Diário de Lisboa

ANO 55.º/18 854 4$00

SÁBADO 30 AGOSTO 1975

Fundador **Joaquim Manso** Director **A Ruella Ramos** Director-adjunto **José Cardoso Pires**

DL

Os cargos que o almirante Pinheiro de Azevedo e o general Vasco Gonçalves passam a ocupar na política portuguesa representam uma solução de equilíbrio dinamizador para a liquidação da crise mais longa da nossa Revolução.

Não se trata — é mais que evidente — de um mero «arranjo diplomático», face às controvérsias e às pressões que se têm vindo a declarar no seio do M. F. A.; nem de uma fórmula de circunstância, face às oposições de prestígio pessoal que certos observadores se empenham em valorizar. Também nesta decisão do Presidente da República não se afigura que tenha prevalecido um sentido de urgência que, para tranquilização do País, o dotasse de uma nova distribuição do Poder, provisória e comprometida.

Queremos crer que não: a morosidade das negociações e a frontalidade com que se debateram as forças em presença demonstram que houve um aturado balanço da situação e que só a partir dele se optou com garantia.

Se as nomeações de Pinheiro de Azevedo e de Vasco Gonçalves não resolvem, nem podiam resolver, desde já a unidade em convulsão, o certo é que, por si sós, significam um esclarecimento das linhas de força político-militares. A escolha de duas personalidades tão definidas elimina qualquer tendência para uma via de ambiguidades provisórias e, pelo contrário, leva a crer que se pretende uma clarificação imediata e realista.

Essa clarificação far-se-á, tudo o indica, por uma dinamização das estruturas militares, de forma a torná-las organicamente mais coesas e menos sensíveis ao imediatismo partidário.

REVOLUÇÃO: A VITÓRIA SOBRE OS 50 DIAS

— Conforme previramos há dias e ontem demos como certo, as estruturas do Poder sofreram importantes alterações que poderão contribuir para uma rápida saída do impasse político a que o País tinha chegado. Assim, na sequência das reuniões quase consecutivas que os elementos do Directório, do Conselho da Revolução e os chefes dos Estados Maiores dos três ramos das Forças Armadas vieram a efectuar nos dois últimos dias, o Almirante Pinheiro de Azevedo foi nomeado Primeiro-Ministro, enquanto Vasco Gonçalves passou a chefiar o Estado Maior General das Forças Armadas. O País, que se encontrava suspenso das medidas a tomar no Palácio de Belém, confundido como estava com notícias contraditórias e especulativas difundidas por alguns órgãos de informação, tomou conhecimento das decisões do Presidente da República através de um comunicado.

«Tornando-se necessário reestruturar os órgãos do M.F.A., o Presidente da República, ouvido o Conselho da Revolução, decidiu:

1 — Nomear Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas o general Vasco dos Santos Gonçalves.

2 — nomear, em sua substituição, para o cargo de primeiro-ministro, o almirante José Baptista Pinheiro de Azevedo.

3 — Reestruturar o Conselho da Revolução, na Assembleia do M.F.A. a realizar no dia 5 de Setembro de 1975.»

— Com estas medidas parece encerrar-se um período de intensa movimentação no seio das Forças Armadas, tudo levando a crer que a partir de agora, a Revolução vai avançar em passos rápidos no sentido de efectivamente se construir em Portugal uma sociedade socialista.

Entretanto, em destacados secotores político-militares fala-se que o almirante Rosa Coutinho, conselheiro da Revolução que actualmente se encontra em Lima, na conferência dos paises não alinhados, será muito provavelmente o novo Chefe de Estado Maior da Armada. Por outrolado, e também de acordo com fontes bem informadas, é quase certo que em breve se iniciará dentro das Forças Armadas uma redistribuição de cargos.

Quanto ao novo Primeiro Ministro, segundo tudo leva a crer, a sua tomada de posse verificar-se-á no princípio da próxima semana, talvez segunda ou terça feira. O Governo sofrerá algumas alterações, mas, no essencial, a sua composição vai manter-se, assim como a sua linha programática. A ipótese de três vice-primeiros-ministros, que ontem corria e de que nos fizemos eco, parece não se confirmar.

MÁRIO SOARES EM BELÉM

Esta manhã o Presidente da República recebeu, às 11 horas, o secretário-geral do Partido Socialista, dr. Mário Soares. Embora nada tenha sido revelado quanto aos motivos desta visita, observadores dão-lhe um significado especial pelo momento em que se verifica. Como é óbvio as decisões ontem tomadas pelo general Vasco Gonçalves serão abordadas neste encontro.

As 10,30, o embaixador da Grã-Bretanha foi também recebido em Belém.

Como já vai sendo hábito em momentos de crise político-militar, ontem à tarde o Palácio de Belém esteve muito concorrido. Se por um lado, o Presidente da República reunia com os generais chefes dos Estados-Maiores dos três ramos das Forças Armadas, Carlos Fabião, Morais e Silva e almirante Pinheiro de Azevedo; por outro, entravam no Palácio, o comandante dos Comandos da Amadora, coronel Jaime Neves, comandante do R.I.O.Q. (Queluz) vários oficiais operacionais.

Continua na pág. 4

Corvacho: Avançar o Poder Popular

— PORTO — «Para dar uma resposta revolucionária à reacção fascista, à social-democracia e ao imperialismo», as organizações políticas signatárias da «Plataforma de 25 de Agosto» (F. S. P., L. C. I., M. D. P./C. D. E., M. E. S., P. R. P./B. R. e P. C. P., através das suas direcções regionais do Porto promoveram ontem, ao fim da tarde, uma manifestação que reuniu na Praça do General Humberto Delgado muitos milhares de militantes daqueles partidos. Gritando palavras de ordem «Apoio a Corvacho, Reaccionários Fora dos Quartéis» e «Avançar, Avançar, Poder Popular» os manifestantes dirigiram-se depois para o Q. G., descendo a Av. dos Aliados para subirem os Clérigos e se dirigirem pela wrua dos Mártires da Liberdade para a Praça de República. Aí, e quando o brigadeiro Corvacho assomou à varanda do Quartel General, a multidão saudou-o gritando «Vitória, Vitória». Dirigindo-se àquela imenda massa humana, o comandante da Região Militar do Norte proferiu as seguintes palavras:

— «Amigos, companheiros, revolucionários: agradeço a vossa presença aqui porque ela significa que estais dispostos a continuar a trilhar o caminho árduo que nos há-de levar ao socialismo e ao fim da exploração do homem pelo homem. O momento político que o país atravessa é muito delicado e cheio de contradições, mas isto não nos deve assustar, por-

Continua na pág. 4

Corvacho, no Porto, foi «apoteoticamente» recebido. No decurso da manifestação unitária, o comandante da Região Militar do Norte afirmou: «O inimigo principal ainda é o fascismo!»
(Ler na página 4)

DINHEIRO CONTRA-REVOLUCIONÁRIO

para "independencia" dos Açores

Vive-se um ambiente de intimidação nos Açores e na Madeira. Este ambiente não envolve, apenas, pessoas e partidos progressistas, mas a população em geral que receia ser agredida ao sair à rua. Circulam notas carimbadas por «movimentos de libertação» ante a passividade das autoridades, que «fecham os olhos». A actual Junta Governativa dos Açores tem já nos seus planos a desnacionalização de empresas nacionalizadas.

— Notas do Banco de Portugal carimbadas com a sigla «FLA» e «FLA INDEPENDÊNCIA DOS AÇORES» circulam livremente pelo arquipélago, ante a passividade das autoridades civis e militares. Ali, a contra-revolução é apoiada, também, em dinheiro português. Nalguns estabelecimentos, os comerciantes não escondem a sua preferência por estas notas marcadas pela «Frente de Libertação», que conta com o apoio do C. D. S., a cumplicidade do P. P. D. e a indefinição do P. S.

Continua na pág. 10

20 PÁGINAS

"UNIVERSIDADE ABERTA": ESCOLA PARA TODOS

— Da agenda de trabalhos do último Conselho de Ministros constava um projecto a discutir e a aprovar que consistia na criação da Universidade Aberta, Uniabe segundo a abreviatura. Não foi possível que o Conselho se pronunciasse sobre esta primeira experiência em Portugal, do ensino à distância que se considera a primeira tentativa da criação de uma verdadeira universidade nacional e popular. Espera-se que na próxima reunião do Conselho de Ministros seja aprovado o relatório elaborado por uma equipa nomeada para o efeito pelo despacho 3/74 emanado da Secretaria de Estado do Ensino Superior.

A Universidade Aberta que deverá começar a funcionar em Janeiro de 1976, preferencialmente para trabalhadores, divide-se em vários níveis, terá delegações (centros regionais) espalhados pelo País segundo as necessidades. Sublinhe-se não ser objectivo nem função da Universidade Aberta dar escoamento às faculdades tradicionais do ensino directo, mas sim promover um desenvolvimento cultural colectivo ao

Continua na pág. 7

Nacional

OS PERIGOS E AS ILUSÕES

As divisões dividem. As divisões enfraquecem. As divisões pulverizam. As forças divididas constituem um perigo mortal. O poder pulverizado cria o vazio e possibilita o caos.

Cada tipo de sociedade implica uma organização e impõe um ordem: fascista, democrática ou revolucionária, ou ainda burguesa ou popular.

As divisões levam fatalmente aos confrontos, os quais atingem o ponto de ruptura na formação de duas frentes. Ficariam assim criadas as condições para uma guerra civil.

Onde está o poder capaz de transformar a sociedade portuguesa? Onde está o poder capaz de superar as divisões e evitar a guerra civil?

— O que se quer evitar: a revolução ou a guerra civil?

— O que se quer defender: a revolução ou a paz? Ou ambas as coisas?

— Nestas horas cruciais por que passa o País, há que analisar serena e friamente as forças e fraquezas em presença. E avançar firmemente nos caminhos do futuro e da história. Enfrentando os perigos, sem ilusões.

MANUEL DE AZEVEDO

A DOIS MESES DA INDEPENDÊNCIA

Savimbi mostra aos jornais um movimento tranquilo

Apelidando-se a si próprio de «movimento de libertação tranquilo» a UNITA, uma das forças políticas implicadas na guerra que decorre em Angola, deu ontem uma conferencia de Imprensa em Lisboa, procurando compensar «a falta de acesso aos órgaos de informaçao angolanos». E, no decorrer deste encontro, mais do que afirmou, desmentiu.

Como pontos salientes do contacto com a Informação, refere-se o desmentido quanto a um acordo de cessar fogo com o MPLA, e também quanto a acções integradas com a FNLA.

Representando o movimento de Savimbi, encontrava-se José Ndele, primeiro-ministro, Wilson Santos, do «bureau» político e comité central, e Paulo Tjipilica, delegado da UNITA em Luanda. Esta delegação veio a Portugal, a mandato do presidente daquele movimento, para «esclarecer pontos obscuros» com o Governo português. Para os jornalistas, não adiantou pormenores sobre as conversações, referindo no entanto que por casualidade também se encontrara com a delegação do MPLA actualmente em Lisboa.

A FORÇA DAS PALAVRAS

A abrir a conferência, Wilson Santos leu um comunicado do seu movimento no qual nomeadamente refere: *«Como movimento de libertação tranquilo, em relação ao apoio disfrutado junto do povo, e a capacidade de mobilização, politização e organização dos camponeses, operários e intelectuais revolucionários conscientes, pensamos, na UNITA, que é uma ilusão que alguma das organizações políticas em presença possa dominar Angola pela força, sobretudo através de actuações de tipo antipopular e antinacional»*.

Na mesma delegação, aquele movimento adianta que «nunca aceitaria participar num Governo de balcanização do país», e noutro ponto que «são indivíduos inimigos do nosso povo os que preparam em Portugal e Angola a *quinta coluna* que se destinaria a lutar no nosso país ao lado de um dos movimentos de libertação».

Como solução viável para o conflito que grassa em Angola, considera o *«diatogo com representantes dos reais interesses do povo angolano com as autoridades portuguesas»*. Para a UNITA, parece chegado momento as soluções políticas.

«GOVERNO DE TRANSIÇÃO NÃO ACABOU»

A solução política passa, segundo José Ndele, por conversações, particularmente com o MPLA «com quem queremos chegar a uma situação fraternal». Neste âmbito inserem-se também as conversações que agora terminaram em Lisboa entre a UNITA e as autoridades portuguesas, «no quadro global para procura de soluções, conscientes como todos estamos de que a situação é grave».

— *Quando ainda podemos dialogar, é preferível entrar em diálogo* — afirmou o primeiro-ministro do Governo de transição angolano.

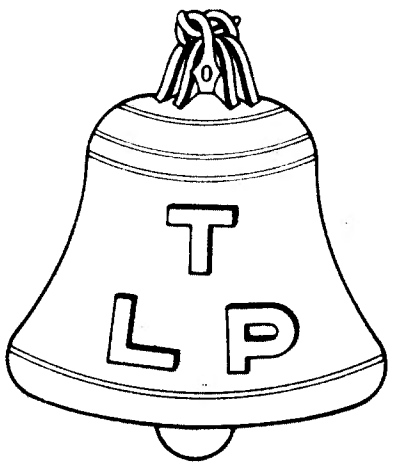
Desmentido qualquer cessar-fogo entre estes dois movimentos, a delegação da UNITA referiu que as conversações havidas com o MPLA visavam troca de prisioneiros e transposição dos obstáculos imediatos para continuação do Governo de transição.

Por outro lado, um elemento do MPLA confiou-nos a informação de que a UNITA tem presentemente cerca de mil prisioneiros do movimento de Neto, alguns dos quais personalidades muito importantes para o actual processo.

Quanto ao Governo português — que como noticiado suspendeu, a título provisório, a vigência dos acordos do Alvor — informa a UNITA que, globalmente, as conversações pretendiam clarificar pontos, de modo a permitir que o Governo de transição de Angola possa governar.

— O Governo de transição existiu sempre. As condições é que não permitem que toda a gente possa estar no lugar das suas funções... — disse José Ndele.

Insistido sobre o tipo de «condições», a que se referia, adiantou tratar-se de uma questão de segurança, que levara a UNITA a retirar-se de Luanda e não poder portanto comparecer às sessões governamentais. No entanto, frisou, Angola sempre teve um Governo de transição.



TELEFONES DE LISBOA E PORTO

CENTRAL MANUAL DO SEIXAL

Informa-se que na noite de 29 para 30 de Agosto, os postos telefónicos com numeração iniciada por «2213» passaram a ficar ligados à Central Automática de Torre da Marinha.

Deverá marcar sempre o número completo do posto destinatário a partir daquela data.

Sindicato dos Administrativos da Marinha Mercante, Aeronavegação e Pesca

CONVOCATÓRIA

Nos termos Estatutários convocam-se todos os sócios do Sindicato para uma Assembleia Geral Extraordinária, a realizar no dia 8 de Setembro de 1975, pelas 21.00 horas, no Teatro Maria Matos, com a seguinte Ordem de Trabalhos :

1.º — Designação da Comissão Directiva a que se refere o artigo 64.º dos Estatutos;
2.º — Designação de uma Mesa de Assembleia Geral que assegure o funcionamento da Assembleia Geral até à eleição de novos Corpos Gerentes.

Nota 1 — Todos os sócios deverão identificar-se para participarem nos trabalhos.

Lisboa, 18 de Agosto de 1975.

A Mesa «Ad Hoc» da Assembleia Geral
Manuel Portugal Ribeiro
Diogo Reis Santos
José Nunes Lourenço

Nota 2 — Transcreve-se o articulado dos Estatutos referentes às Comissões Directivas :

«Artigo 64.º — Verificada a demissão, a incapacidade ou insuficiência numérica dos membros da Direcção, será convocada Assembleia Geral Extraordinária que designará Comissão Directiva nos termos previstos nestes Estatutos.

Artigo 95.º — Às Comissões Directivas designadas nos termos do artigo 64.º são atribuídas as funções e a competência cometidas à Direcção.

§ Único — As Comissões Directivas serão constituídas por número não inferior a sete sócios que, entre si, distribuirão as tarefas habitualmente cometidas aos componentes da Direcção.

Artigo 96.º — Os membros das Comissões Directivas não terão cargos específicos a desempenhar, a menos que a Assembleia Geral entenda útil a designação de um presidente.

Atigo 97.º — As Comissões Directivas manter-se-ão em exercício por período não superior a seis meses completos.

§ Único — Para satisfação do disposto neste artigo as Comissões Directivas requererão ao presidente da Mesa da Assembleia Geral a convocação de eleições nos termos e prazos previstos nestes Estatutos.»

post scriptum

Sismos políticos

O sismo político de 28 de Setembro, foi o primeiro que se registou em Portugal após o 25 de Abril de 1974, seguindo-se-lhe o de 11 de Março.

Embora ambos de certa intensidade não provocaram estragos de monta, as causas que os originiaram foram eliminadas e as forças responsáveis prontamente submetidas à força da razão.

Os *gases* (contra-revolucionários) que estavam sob pressão, escaparam-se uns para paragens longínquas, outros encerrados nos *laboratórios*, foram e estão sendo objecto de *análise*.

Porém, a substância política venenosa, à semelhança do magma, sujeita a elevada temperatura e pressão (Povo-MFA) não desiste de perfurar a crosta terrestre política (Revolução) a que se lhes tem aliado outros gases de elementos diferentes embora, mas concordantes, todos atentos à mais insignificante perfuração (discordância) para imediatamente ali acorrerem, apoiando e aliando-se na intensão de captarem simpatias, venham elas de onde vierem, reagrupando forças nefastas, a tentar que o vulcão que preparavam venha à superfície, espalhando lavas destruidoras pela sua cratera, causando maior número de vítimas, semeando mais dor e luto nesta parte do Continente, a sua própria Pátria-PORTUGAL.

Outro abalo sísmico, e este o que maior perturbação causou ao País, de todos o mais grave, «A AMEAÇA DE PARALISAR A NAÇÃO», prova sublime de patriotismo de um grande responsável político, afirmação consentida pela cúpula desse partido, que decerto deverá ter merecido a reprovação de muitos dos seus militantes e simpatizantes.

Outro brusco sacudidão se lhe segue — A MARCHA SOBRE LISBOA — alvoraçando a capital e o País, etc., etc..

Mas, ao contrário da dominação pronta dos sismos anteriores (tentativas anti-revolucionárias) o vulcão que se forja, agrupando todas as forças destruidoras, comandadas por organizações políticas, legais umas, na clandestinidade outras, não são submetidas pelos químicos políticos (C.R. e Copcon) a qualquer análise (inquérito) nem sequer são sujeitas aos laboratórios, permitindo-se até que os gases venenosos que emanam atitudes divisionistas) poluam a atmosfera deste nobre rincão português, a tentar entravar e negar ao Povo, o direito que têm as forças produtivas a uma distribuição mais justa, mais equitativa das riquezas do solo pátrio, o que só se conseguirá num Socialismo profundo.

Não podem ou não querem os químicos políticos fazer análise profunda às cúpulas dessas forças políticas, mas podem e devem as bases, os seus militantes e simpatizantes negar-lhes o seu apoio, à semelhança daquilo que muitos o têm feito, outros se lhes seguem quase diariamente, desgostosos certamente pelas decisões da cúpula, a encorajar as tóxinas políticas a vir ao de cima, estas a provocar violências de toda a ordem, embora não tendo decerto a aprovação da força política que a desencandeia e muito menos dos seus simpatizantes e militantes, todavia, causam malefícios.

Outros, ludibriados pelo desvio do apregoado — SOCIALISMO-MARXISMO —, para outro tipo de socialismo que submeteria a Nação ao Imperialismo europeu. e este imperialismo também o Povo português o rejeita, como rejeita outros, embora e segundo sempre o tem declarado o MFA, deseja-se sim, ter os melhores laços de amizade com todos os povos deste planeta, mas de cabeça erguida.

Atente a cúpula dessa organização (que não apoio mas respeito) no movimento desagregador das suas bases a dar mostras de descontentamento e de discórdia com a cúpula do partido e até muito recentemente salvo erro) um seu deputado-trabalhador, abandonou o seu lugar na Constituinte e, por alguma razão o fez esse honrado trabalhador que voluntariamente se quis afastar dessa Assembleia, onde se trata mais de insultos mútuos vergonhosos, relegando-se para segundo plano a elaboração e aprovação da nova Constituição Política Portuguesa.

Pode o sr. Sec. Geral ter a certeza que não é com comícios, não é com frases bombásticas, pretendendo impor autoritariamente a sua maneira de ver, a sua razão, se é que a tem, pois tal só agravará a sua posição no partido, desagrega muitos que consigo estiveram consciente ou inconscientemente e se vão afastando.

Não diga depois que são outros a semear ventos. A tempestade avizinha-se de todos os lados a dirigir-lhes críticas.

Talvez já sentindo-se perdido neste mar tempestuoso, lança mão de todas as tábuas de salvação e elas hão-de fugir-lhe.

Há algo de errado e se se pretende afastar os partidos progressistas da cena política portuguesa, mesmo que seja com a intensão reprovável de consolidar então a sua Democracia Pluralista à sua maneira, claro que outra coisa não seria, senão uma Democracia Autoritária Pluralista passe o paradoxo, a seu modo, entenda-se.

Se há momentos na minha vida que me têm desalentado não ter conseguido mais que a 3.ª classe, exame de 1. grau, instrução primária, um deles é esta para que pudesse exprimir em palavras o que penso acerca do procedimento de certos políticos e de outros responsáveis de outros sectores da vida do País que deviam levantar os olhos ao Céu religioso a agradecer ao seu DEUS-BOM a nova política portuguesa que pretende sobretudo ajudar os trabalhadores portugueses mais humildes a sair do lodaçal onde têm vegetado durante 48 anos, a que verdadeiros homens de coração magnânimo desejam pôr em prática, demonstrando de facto, verdadeiros sentimentos cristãos.

António Gomes Neves — Faro

LOTAS E SOCIALISMO

J. SILVA FALCÃO

. Despacho recente do secretário de Estado das Pescas, de 31 de Maio do ano em curso, veio estabelecer normas relativas aos serviços de lota e vendagem de peixe, prevendo a constituição de uma empresa pública destinada a ssegurar as operações comerciais dos primeiras vendas de pescado. Determina-se nesse despacho que «enquanto não se constituir a empresa pública que incorporará tanto as lotas e vendagens que dependiam da Junta Central das Casas dos Pescadores como as que dependiam dos antigos Grémios dos Armadores da Pesca da Sardinha e do Arrasto, estas ficam na dependência administração e sob o controlo do serviço responsável da Direcção-Geral do Planeamento e Fomento das Pescas. No meso despacho determina-se que esta Direcção-Geral providenciará pela criação, junto de cada lota, de uma comissão de carácter consultivo constituída por representantes das partes interessadas: Secretaria de Estado das Pescas, autarquias locias, armadores, pescadores, industriais e trabalhadores da lota.

Deste modo enquanto não se constitui uma empresa pública, cujos estudos se encontram em fase aditanda, procede-se à centralização das lotas que eram geridas ou por entidades que foram extintas (caso dos grémios referidos) ou por entidades cujas funções foram alteradas (caso da Junta Central das Casas dos Pescadores). A única lota que labora com autonomia é agora a lota de Peniche, gerida pela Docapesca, a qual possui características específicas, que desaconselhariam, pelo menos por ora, a inclusão no conjunto das lotas centralizadas.

A primeira fase da comercialização do peixe desembarcado nas nossas costas consiste numa operação de leilão que segue os princípios de uma pura (?) economia de mercado, por confronto directo entre oferta e procura. Este confronto dita um preço de venda na lota, muito inferior ao preço de venda final, aquele que o público paga pelo peixe. Isto em termos genéricos. Se, por hipótese, um armador pretendesse vir a comprar o peixe que capturou e desembarcou teria que pagar quatro/cinco vezes o preço que cobrou pela venda efectuada. Daqui deriva obviamente um encarecimento dos preços que o pública paga, inconveniente obviamente importante. Porque muita gente lucra (muito) de maneira parisitária.

Por outro lado, mostram-se muito variáveis os preços formados nas lotas. Com uma procura que pouco se altera, já a oferta apresenta grandes diferenças a originar, muitas vezes, a aparição ou de preços muiot slevados, demasiadamente elevados para o público, ou de preços muito baixos, demasiadamente baixos para os armadores. Há ainda a prática, por vezes, de manipulação da oferta. Nestas condições não existem as mínimas bases de uma necessário planificação.

E evidente que um Estado socialista não poderá assentar num sistema em que não se verifique uma determinação objectiva do valor dos bens. Ora bem. No caso português a determinação objectiva do valor do peixe, baseada em custos de produção coloca dificuldades técnicas de tomo, designadamente a questão das importações umas vezes que são desembarcadas nas nossas costas muitas espécies de peixes, havendo ainda a acentuada diferenciação dentro de alhumas espécies.

. .Deve ainda considerar-se que não bastará desmontar todo um **esquema-lota**. Há que construir o esquema que o substitua, o que não é assim muito fácil por motivos de ordem vária, com especial relevância para a motivação de base financeira. E os aspectos políticos são importantes. Vive-se um período em que se verifica patentemente carência de autoridade. Modificações profundas arrastam consigo é fatal, reacções desfavoráveis. Os responsáveis terá que estar cobertos por um poder efectivo que permita a superação dos efeitos nefastos de reacções desfavoráveis.

Há muito quem receie a eliminação das lotas. Sabemo-lo de ciência certa. No entanto não se justificam os temores que se sentem por parte de todos quantos colaboram, POR FORMA PRODUTIVA, no actual esquema. Na realidade, serão sempre necessários os manipuladores de peixe, todos os que agora existem, e talvez, mais alguns. serão sempre necessários os funcionários administrativos que trabalham na lota, todos os que agora existem e, talvez, mais alguns.

Estas considerações pretendem evitar o equívoco de se tomar a constituição de uma empresa pública como a consolidação de uma prática que seria anacrónica num Estado socialista que lá chegaremos por maiores que sejam os obstáculos colocados no caminho da formação de tal Estado. Procura-se apenas nroamalizar e uniformizar o funcionamento das lotas enquanto não se monta um esquema racional e objectivo. Que é uma necessidade.

Vale a pena referir que as considerações por mudadas são de índolo pessoal não responsabilizando quem quer que seja. No entanto tem interesse mencionar que o despacho aludido **pela** numa empresa pública destinada a assegurar as operações comerciais das primeiras vendas de pescado, não havendo compromissos formais quanto aos moldes de tais operações. Essa empresa pública poderá controlar o **esquema-lota**, como irá suceder inicialmente, como poderá vir a controlar outro esquema então condizente com o socialismo. O socialismo para que caminhamos.

O JAPÃO SACRIFICA OS SEUS EQUIPAMENTOS COLECTIVOS

Por A. BOLTH

. «É impossível produzir 3000 toneladas de ferro fundido num alto forno que só pode produzir 1.000, mas é possível meter três vezes mais passageiros do que o previsto num comboio urbano, fenómeno que se pode ver assiduamente em Tóquio». Esta citação, já antiga, extraída de um relatório oficial da Agência de Planificação Económica (1), resume bem uma das características fundamentais do crescimento japonês: prioridade absoluta à indústria, pouca atenção prestada à maioria dos consumos e equipamentos colectivos. Esta estratégia teve duas consequências políticas graves: falta de investimentos para as infra-estruturasl nível bastante fraco das transferências sociais.

A falta de equipamentos sociais no Japão, não se deve a uma política não-intervencionista por parte do Estado. Pelo contrário, os investimentos públicos foram e ainda são, bem mais importantes no Japão -- em percentagem do P. N. B. (produto nacional bruto) ou dos investimentos totais - do que na maior parte das outras economias capitalistas. Mas «uma proporção avultada das despesas públicas do equipamento — cerca de 70 por cento entre os exercícios orçamentais 1959 e 1968 — foi consagrada a realizações estreitamente ligadas à expansão do sector das empresas (...) quando menos de um quarto foi afectado aos investimentos em domínios tais como, a saúde pública, o equipamento social e o ensino» (2). Por outras palavras, o papel essencial do Estado, em matéria de investimentos, foi o de ajudar e estimular o crescimento económico do sector privado, nomeadamente por um esforço consideravél feito para a construção de portos, caminhos-de-ferro, para a preparação de zonas industriais...

Em compensação, os dados oficiais mostram que a parte «social» (habitações, hospitais, escolas) no capital económico do país, não parou de diminuir desde 1955 até ao início dos anos 70. Ora esse «capital social» já não era muito elevado em 1955. Foi de facto desde meados dos anos 30 que o Japão descurou os equipamentos colectivos em proveito, primeiro das despesas militares, em seguidal da reconstrução, e finalmente da industrialização.

Estimativas grosseiras do «stock» de capital social, indicam que, por habitante, esse «stock» poderia ser cinco vezes mais baixo no Japão do que nos Estados Unidos e duas vezes mais baixo do que na Alemanha ou no Reino Unido - diferenças bem mais importantes do que as que subsistem ao nível dos rendimentos por cabeça. Exemplos concretos mostram que, em domínios tais como, zonas verdes superfícies de estradas alcatroadas, evacuação de águas sujas e canalizações urbanas, o Japão apresenta atrasos que podem ir do dobro ao quintuplo, em relação à Europa Ocidental ou à América do Norte. Um exemplo entre outros: a superfície de jardins públicos por habitante que é cerca de 10 a 15 m2 em Amesterdão, Berlim, Londres, Nova-York e Roma, desce até cerca de I m2 em Osaka e em Tóquio, valores mais fracos ainda do que os de Paris «intra muros» (1,5 m2)

8 M2 POR HABITANTE

Mas os problemas são talvez ainda mais agudos no dominio da habitação, sector quase inteiramente deixado à iniciativa provada (ogoverno efectua menos de 10 por cento das construcções residenciais desde 1955) . Os preços dos terrenos,, multiplicados por 25 desdenesta data, são provavelmente os mais elevados do mundo, enquanto que as condições de alojamento do japonês médio estão entre as piores dos países desenvolvidos. Nas regiões urbanas, a surperficie total, em média por pessoa, foi estimada em 8 metros quadrados. Uma parte de casa, média, para uma famîlia de quatro pessoas mede portanto, de 30 a 35 metros quadrados e provávelmente ainda menos em Tóquio ou Osaka. É verdade que desde sempre os japoneses habihabiaram em casas pequenas: o hábito milenário do «futon», o leito que se enrola de manhã, permite a transformação rápida do quarto em sala de estar. Isso não obsta a que os habitantes das cidades se quexem bastante.

A poluição japonesa é bem conhecida, depois que os horrores de Minamata foram tornados publicos. Uma equipa de investigadores, reunida em torno do professor Shinohara, estimou em cerca de 8 por cento do P.N.B. japonês, o montante das despesas que seriam necessárias para fazer voltar a poluição ao nível de 1955. Segundo os autores este dado subestimava ainda a realidae.

Depois do fim dos anos 60, os níveis da poluição parecem, no entanto, ter estabilizado e talvez mesmo tenham baixado em certos dominios, em particular no que respeita às emosões de óxido de carbono e de óxido de enxofre nos grandes centros industriais, onde as doenças respiratórias devidas à poluição ainda são correntes.

O atraso do Japão no consumo de bens colectivos e nas transferências sociias tornou-o lanterna vermelha da O.C.D.E. nestas matérias. No que respeita à saude ou à educação o sector privado - muito mais do que na Europa - partcipa no seguro contra a doença ou na educação universitária. Nas grandes empresas e em algumas das mais prestigiosas universidades privadas, o nível dos ordenados ou ensino estão à altura do que se faz nos melhores estabelecimentos publicos. Isto não se verifica nas pequenas e médias empresas (que contituem cerca de 60 por cento da mão de obra salarial) ou na grande maioria das universidades privadas, caras e mediocres e que foenecem três quartos dos lugares universitários.

Mas é sobretudo no domínio

Continua na pág. 18

Nacional

ASSEMBLEIA CONSTITUINTE

"ASSEGURAR O PLURALISMO IDEOLÓGICO"

—A criação de conselhos de informação nos órgãos de comunicação social pertencentes ao Estado ou a entidades directa ou indirectamente sujeitas ao seu controlo, foi consagrada, por forma a «salvaguardar» a sua independência perante o Governo e a administração pública.

—O debate e votação do respectivo artigo (o vigésimo sexto) ligou-se com a votação, na sessão anterior, do artigo relativo à liberdade de Imprensa.

A aprovação do número quatro da proposta da Comissão dos Direitos e Deveres Fundamentais originou duas declarações de voto que definiram as duas linhas de força existentes na Assembleia.

—Por um lado, Mário Mesquita, do P. S., defendeu o estabelecimento, por via constitucional, do «controlo parlamentar dos meios de comunicação social estatizados», salientando em seguida: «Os trabalhadores de cada um dos meios de comunicação estatizados não devem gozar de privilégios de dispor destes a seu belprazer, consoante as suas convicções políticas ou filiações partidárias.»

—Por outro, Vital Moreira, do P. C. P., sublinhou que «a direcção dos órgãos de comunicação social pertencentes ao Estado deve caber ao Estado» que não pode compreender-se que estes «possam ser independentes... do Estado, isto é, do Governo, independentes do Conselho da Revolução, etc. Salientou ainda que aquele preceito visava, ao fim e ao cabo, «afastar os órgãos revolucionários dos meios de comunicação nacionalizados», o que significaria, em suma, «pôr esses órgãos à margem da revolução».

—O referido n.º 4 do articulado acabou por ser aprovado com a seguinte redacção:

«4 — Serão conferidos aos conselhos de Informação poderes efectivos para assegurar uma orientação geral que respeite o pluralismo ideológico.»

—Entrou-se na análise do último ponto do articulado que, após o habitual intervalo de meia hora não chegou a ser debatido, por se ter verificado não haver «quorum».

—Antes da ordem do dia houve várias intervenções de deputados do P. S. e do P. P. D. A assembleia aprovou igualmente um telegrama a enviar ao embaixador de Espanha em Lisboa, sobre o caso da condenação à morte dos dois nacionalistas bascos.

—Os trabalhos prosseguem na terça-feira, à hora regimental.

UM PASSO EM FRENTE NA REVOLUÇÃO

A reunião entre os quatro grandes responsáveis das Forças Armadas acabaria por preparar o comunicado final da Presidência da República. O articulado deste texto foi aceite sem reservas pelos presentes na reunião, à excepção de Carlos Fabião que não se teria pronunciado.

Mais tarde, o general Costa Gomes recomeçou a maratona das reuniões, desta vez com representantes do «Documento dos Nove». Segundo «O Século» comunicava hoje, os «nove» dessolidarizaram-se com as medidas que venham a ser tomadas incluindo a substituição do comando do E.N.G.F.A., agora sob a responsabilidade do general Vasco Gonçalves.

CHARAIS CHEGA DE HELICÓPTERO

O brigadeiro Franco Charais, comandante da Região Militar do Centro e que é um dos subscritores do «Documento dos Nove»» chegok a Belém de helicóptero. Na sequência do comunicado que emitira condenando as vaias de que Costa Gomes fora alvo durante a manifestação de organizações de esquerda comprometidas na «plataforma 25 de Agosto», o brigadeiro Charais teria pressionado no sentido de ser nomeado Primeiro-Ministro o major Loureiro dos Santos. Nome este, aliás, proposto também ao Presidente da República pelos representantes dos «nove».

Entretanto as unidades militares de todo o País entraram de prevenção simples.

De fontes acreditadas, vem-nos a informação que no Regimento de Santa Margarida os soldados teriam posto como condição para partirem para manobras (conforme estava programado) não levarem munições. Numa unidade de Coimbra, os soldados ter-se-iam mesmo recusado a saír.

Entrentanto confirma-se que o Copcon vai ficar dependente do Presidente da República, esperando-se a todo o momento um comunicado daquele comando oepracional.

OS «NOVE» REUNIDOS

Civis e militares, entre os quais se encontravam elementos empenhados no «documento dos nove», estiveram reunidos ontem à noite, até de madrugada, em casa do dr. José Gomes Mota que actualmente e delegado do Estado junto da Sacor. A notícia vem na edição de hoje do jornal «O Século» que deduz ter sido comunicado da Presidência da República, o motivo aparente da reunião.

O major Vítor Alves teria estado presente.

Recorda-se que o dr. Gomes Mota viveu durante muitos meses no Palácio da Ponta Vermelha aquando da estadia de Vítor Crespo em Moçambique como alto-comissário do Governo Português. O dr. Gomes Mota que é genro do almirante Sarmento Rodrigues, foi íntimo colaborador de Vítor Crespo.

«O Século» adianta ainda que Gomes Mota «fora já visto com oficiais do grupo dos «nove» no Ministério dos Negócios Estrangeiros, nas reuniões político-militares ocorridas a seguir à última Assembleia do M.F.A.»

MOVIMENTAÇÃO DE SEGURANÇA

Uma bomba, colocada nos arredores de um Centro de Trabalho do Partido Comunista Português, na Guarda, provocou uma movimentação nas tropas do Regimento de Infantaria da cidade.

Notícias sobre esta movimentação foram confirmadas pelo R.I. 1, que informou estar ligada estritamente às medidas de segurança, desencadeadas pelo rebentamento do petardo.

A movimentação notada no Regimento dos Comandos da Amadora, no princípio da manhã, que chegou a ser comentada com algum alarmismo, deve-se à saída de um contigente que foi render as tropas do RALIS que estavam encarregadas da guarda dos diferentes sectores da 5.ª Divisão do EMGFA.

Também é devido a medidas de segurança, a permanência de um blindado do RALIS em Moscavide, nas proximidades de um depósito de material militar.

M D P/C D E

Logo às primeiras horas da madrugada de hoje tanto a Intersindical como o M.D.P./C.D.E. emitiam comunicados de apoio à substituição do Primeiro-Ministro no V Governo Provisório e à passagem de Vasco Gonçalves para chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas. Se para o M.D.P./C.D.E. «a nomeação do almirante Pinheiro de Azevedo para o lugar de Primeiro-Ministro é a garantia que não serão postas em causa quaisquer das grandes conquistas alcançadas desde o 25 de Abril», para a Intersindical o almirante Pinheiro de Azevedo merece a confiança « o sentido de levar à prática as linhas programáticas assumidas pelo V Governo Provisório».

Quanto à nomeação do ex-Primeiro-Ministro para chefe do EMGFA, considera o M.D.P./C.D.E. que tal «corresponde à confiança depositada em Vasco Gonçalves pelas forças populares e progressistas e ao desejo de serem as Forças Armadas o verdadeiro braço armado da Revolução».

PINHEIRO DE AZEVEDO

—O almirante José Baptista Pinheiro de Azevedo, nasceu em 5 de Junho de 1917, em Luanda.

—Entrou para a Escola Naval aos 17 anos, tendo sido sucessivamente promovido a guarda-marinha (Março de 1939), segundo-tenente (Março de 1954), capitão-de-fragata (Setembro de 1961), capitão-de-mar-e-guerra (Setembro de 1970) vice-almirante (Abril de 1974). De Janeiro de -946 a Março de 1967 comandou os vasos de guerra «Almirante Schultz», «Salvador Correia de Sá» «Corte Real».

—Entre 1955 e 1963 Oinheiro de Azevedo exerceu funções docentes na Escola Naval e na Escola Náutica. Nas antigas colónias desempenhou os cargos de comandante da Defesa Marítima de Santo António do Zaire e, de 1972 a 1974 comandou a Força de Fuzileiros Navais do Continente. Nomeado adido naval junto da Embaixada de Portugal em Londres, de 1968 a Agosto de 1971.

—Pinheiro de Azevedo possui os cursos de professor de Educação Física, Geral Naval de Guerra, Superior Naval de Guerra e Habilitação em Controlo Naval de Navegação. Da sua folha de serviço constam vários louvores e medalhas.

—O novo Primeiro-Ministro tomou posse do cargo de chefe do Estado-Maior da Armada em 30 de Abril de 1974, e pertenceu à Junta de Salvação Nacional e ao Conselho de Estado, até à extinção destes órgãos em 14 de Março de 1975, tendo nesta data sido nomeado membro do Conselho da Revolução.

—Pinheiro de Azevedo já substituiu o Presidente da República durante as viagens do Chefe do Estado ao estrangeiro. Também já representou Portugal em várias missões importantes como nas últimas reuniões militares da N. A. T. O.

VASCO GONÇALVES

—Vasco Gonçalves, ainda como coronel, «foi o cérebro do Movimento das Forças Armadas».

—Vários sectores políticos — incluindo o P. S. e o P. P. D. — consideraram um acto de coragem a comunicação feita ao País pelo Primeiro-Ministro, pouco antes do 28 de Setembro, quando revelou a difícil situação económica que se atravessava.

—«Um olhar inteligente, mas totalmente diferente do de um tecnocrata» — eis como a revista espanhola «Triunfo», de Outubro de 1974, aprecia a personalidade do actual chefe do Estado-Maior das Forças Armadas.

—Apaixonado pela natação e filho de um futebolista, o actual chefe do Estado-Maior das Forças Armadas cumpriu missões de serviço na Índia, em Moçambique e em Angola.

—Embora certas forças políticas tenham tendência em identificar o general Vasco Gonçalves com o P. C. P., os observadores mais atentos costumam, antes, apontá-lo como um estratega que pretendeu, durante a sua permanência na chefia do Governo, unir as forças de des uerda capazes de não permitir o êxito da social-democracia e, posteriormente, do fascismo.

SINDICATO DOS TRABALHADORES DE ESCRITÓRIO DO DISTRITO DE LISBOA

SECTOR TÊXTIL, VESTUÁRIO E MALHAS

(EX - 12.ª SECÇÃO)

AOS TRABALHADORES DE ESCRITÓRIO DESTE SECTOR

Convocam-se os trabalhadores de escritório do sector acima indicado para uma ASSEMBLEIA SECTORIAL com a seguinte Ordem de Trabalhos:

VERTICALIZAÇÃO — Integração dos Trabalhadores de Escritório no Sindicato vertical dos Têxteis de Lisboa, Lanifícios e Vestuário do Sul.

A reunião realizar-se-á no próximo dia 12 de Setembro de 1975, a partir das 18 horas, na sede do Sindicato dos Trabalhadores de Escritório do Distrito de Lisboa, Rua Braamcamp, 9, 1.º andar.

(Serão constituídas outras secções de voto em locais a designar brevemente).

Lisboa, 29 de Agosto de 1975.

A DIRECÇÃO

CORVACHO

"AVANÇAR, AVANÇAR, PODER POPULAR"

Continuação da pág. 1

que significa que já há muitos avanços dentro da linha revolucionária que terminará no socialismo. É urgente que o povo português perceba a complexidade da revolução socialista e que só unidos nas suas organizações unitárias de base e com as comissões de moradores, de trabalhadores e comissões de aldeia, será capaz de enfrentar o inimigo principal que ainda é o fascismo. Só assim criarão o poder capaz de suster o avanço fascista, defendendo as conquistas já alcançadas e criando condições para que se avance verdadeiramente para o socialismo».

«ERROS WQUE A EXPERIÊNCIA AJUDA A CORRIGIR?»

Aplaudido pela multidão, o brigadeiro Corvacho, prosseguiu: «E neste sentido que se tem pronunciado o M. F. A., através de todos os seus órgãos e como elemento do M. F. A. desde a primeira horas, sempre tenho defendido e defenderei a sua aplicação prática. É este o único caminho que um revolucionário, como entendo que tenho sido minimamente, deve trilhar.»

— Continuando: «No decorrer do processo revolucionário surgem alguns erros que só a experiência ensina a corrigir. Assim, contamos com o apoio de todos os autênticos revolucionários, no sentido do dia a dia, de mãos dadas e com um constante esclarecimento, saibam ganhar os menos esclarecidos e indecisos para a revolução socialista, pois os erros são corrigíveis e ultrapassáveis em qualquer processo revolucionário e só às forças reaccionárias não interessadas no processo os aproveitam para levar para diante o regresso do fascismo».

A crise política, desencadeada pelos reaccionários e seus aliados — os manobradores da social-democracia e das multinacionais — a violência que assola impunemente todo o País, mas particularmente o Norte, tornou imperioso e urgente a conjugação das forças progressistas e verdadeiramente revolucionárias e o seu empenhamennnto na mobilizaçãp e na unidade das massas populares, que é condição essencial para a vitória da revolução.

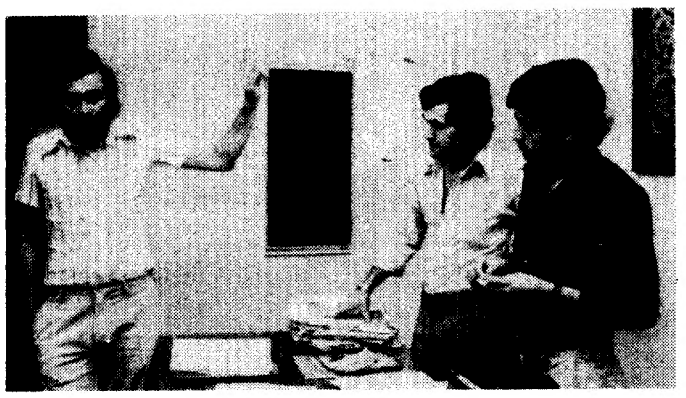
O processo do brugadeiro Corvacho ao Comando da Região militar do Norte onde as sorças contra-revolucionárias tentaram impedir a todo o custo, é uma grande vitória das massas populares e progressistas,) cria condições que permitem o reforço e desenvolvimento dos órgãos de poder popular e abre largar perspectivas para a consolidação da aliança do povo com o M. F. A., aliança que exige, sem tibiezas, o saneamento total dos militares reaccionários e uma acção concertada e decidida para por fim urgente à violência fascista e punir severamente os seus responsáveis, instaurando-se uma verdadeira legalidade revolucionária».

O texto da outra moção é o seguinte: «Milhares de manifestantes presentes na grande manifestação popular do Porto de 29 de Agosto solidarizam-se vivamente com os camaradas espanhóis presos e vítimas da ditadura franquista e repudiam a condenação à morte dos revolucionários Garmendia e Otaegui, exigindo a sua libertação imediata».

Nacional

OCUPAÇÃO DA IBERÓNICA:

O patrão quis despedir e a malta afastou-o



Desde que ocupámos as instalações, as relações de trabalho melhoraram de tal modo que os próprios conflitos partidários que nos opunham foram ultrapassados», afirma-nos a comissão de trabalhadores da Iberónica, uma empresa de comercialização e instalação de material electrónico e de telecomunicações, que desde há uma dúzia de dias funciona sem patrão.

Além da união, do reforço da consciência política e de classe e da melhoria de ambiente humano, os 9 trabalhadores e as 3 trabalhadoras da Ibérica de Comunicações e Electrónica adquiriram na luta a certeza de que são capazes de governar a empresa. Sonho de autogestão? Não; no contexto da sociedade capitalista em que ainda vivemos, eles contentam-se em controlar a produção.

«Não reconheço a simples electricistas e motoristas competência para tal», atira-lhes o patrão do alto da importância que lhe confere o cargo de gerente feito à pressa.

«Nem precisa de reconhecer», respondem-lhes os empregados, empurrando-os para a porta de saída, ao mesmo tempo que asseguram a ocupação das instalações e lhe garantem que não voltará a receber um ordenado de 20 contos mensais por uma gestão megalómana e ruinosa, que punha em risco a sobrevivência da empresa e o pão de quem lá trabalha.

SONHAVA SER PATRÃO

O caso da Iberónica é vulgar e conta-se em poucas palavras. Havia um homem que sonhava ser patrão. Com algum dinheiro no bolso, criou uma empresa de serviços técnicos e autonomeou-se seu administrador. Fê-lo, porém, com tanta falta de jeito, que a firma ruiu em pouco tempo. Mas o homem não desistiu de ser patrão. Teve a sorte de conhecer dois estrangeiros que sonhavam pescar nas águas turvas do fascismo português. Os estrangeiros entraram com uma parte do dinheiro, e o português, além de adquirir a maioria das acções, prontificou-se a entrar com o «know-how». Estava criada a Ibérica de Comunicações e Electrónica, Lda., ou, abreviadamente, Iberónica.

Instalado nos seus postis de patrão e gerente, o homem decidiu viver mais como patrão do que como gerente. O lucro imediato e o imediato gasto do lucro, em proveito próprio, constituiram o seu lema. Um capitalista que se preze deve projectar a sua importância por onde quer que passe: para garantir o prestígio social, o homem comprou apartamentos, mandou construir a sua vivenda, recheou-a do melhor colocou os necessários automóveis à porta e pôs em prática um variado programa turístico com viagens ao estrangeiro, além de engressar regularmente as suas contas bancárias. Mostrou-se rico, em suma. À custa da Iberónica, pois claro? De que modo? Vendendo os artigos importados com uma margem de comercialização que chegava a atingir os 800 por cento, efectuando levantamentos na empresa e, naturalmente, deixando de pagar aos seus empregados o salário justo.

A sua mania das grandezas salta aos olhos dentro da própria empresa, espalhada por 4 andares separados, dotada de 5 carros, 5 linhas telefónicas e uma máquina de «off-set» e recheada de «monos» que ninguém se atreve a comprar, em prejuízo da aquisição dos necessários «stocks» de artigos e materiais de utilização corrente.

O TIRO PELA CULATRA

Ao mesmo tempo que enriquecia a casa com toda a aparelhagem inútil, o patrão-gerente tratava de a empobrecer de material humano. Desde o 25 de Abril de 1974, os empregados foram sendo reduzidos, até não sobrarem mais de 12 dos 32 então existentes. Por falta de consciência de classe, muitos empregados aceitaram o despedimento a troco das indemnizações pagas a pronto. E o valor destas ia sendo acrescentado aos gastos improdutivos da firma. Com o exemplo destes despedimentos, procurava manter os restantes trabalhadores na linha», julgando, assim poder, enfraquecer o seu poder reivindicativo. Mas, um dia, o tiro saiu-lhe pela culatra. Dois dos empregados dispensados no fim do ano não aceitaram de mão beijada ir para a rua. Os restantes colocaram-se imediatamente do seu lado. O conflito chegou até à Praça de Londres e o patrão viu-se obrigado a readmitir os dois trabalhadores. Foi o primeiro conflito de classe aberto na Iberónica. Seis meses depois rebentava outro, desta vez provocado por certas atitudes que denotavam deficiente administração. Temendo que a empresa fosse por água abaixo, os trabalhadores tinham proposto algumas medidas de austeridade, incluindo a redução dos seus próprios vencimentos e, evidentemente, do vencimento do patrão. Este, não só não aceitou, como deixou de comparecer na empresa. Documentos urgentes permaneceram indefinidamente na sua secretária à espera de despacho; importações necessárias deixaram de efectuar-se por falta da sua assinatura nas encomendas; letras ficaram por pagar por falta dos seus cheques; clientes ficaram por satisfazer por se ter esgotado aquilo de que necessitavam. Por fim, chegou a ameaça de despedimento colectivo e encerramento da firma.

Doze postos de trabalho estavam em perigo. Os seus legítimos detentores convocaram o patrão para reuniões no Ministério do Trabalho. Ele faltou. Os trabalhadores ocuparam as instalações. O patrão ameaçou-os de as destruir com uma bomba. Mas a ocupação e a actividade continuam.

SITUAÇÃO TRANSITÓRIA

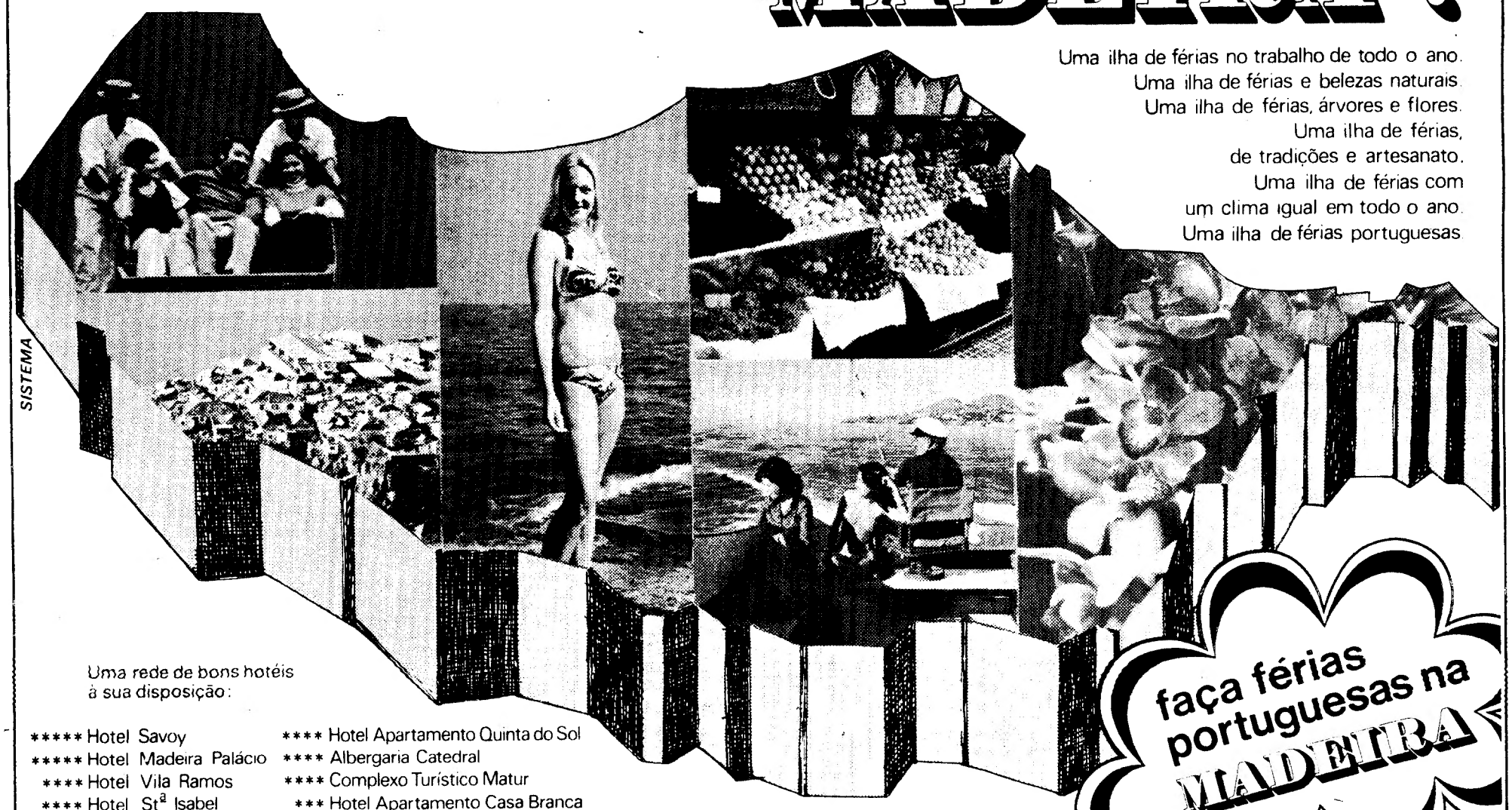
Uma das primeiras medidas foi a redução de ordenados. Todos estiveram de acordo. O leque salarial ficou compreendido entre 5 e 10 200$00.

Os clientes têm permanecido. Os trabalhadores têm-nos atendido com pontualidade. As deslocações à província não pararam. As letras têm sido pagas a horaas. Para isso, muito tem contribuido a colaboração dos trabalhadores das agências do Banco Totta e Açores, na Gomes Freire, e do B. N. U., na Almirante Reis que, juntamente com o Sindicato dos Electricistas e o Ministério do Trabalho têm constituido os principais apoios à luta que se trava na Iberónica.

A situação é transitória. No próximo dia 2, no Ministério do Trabalho, o patrão vai dizer o que pensa fazer. Os trabalhadores já disseram querem um novo gerente, aceitando que seja nomeado pelo patrão, contanto que mereça a sua confiança. E, sobretudo, não aceitam que aquele mantenha os seus privilégios estes são incompatíveis com o seu direito ao trabalho e com a manutenção da empresa como unidade produtora.

Faça agora as férias que já devia ter gozado:

FÉRIAS NA MADEIRA !



Uma ilha de férias no trabalho de todo o ano.
Uma ilha de férias e belezas naturais.
Uma ilha de férias, árvores e flores.
Uma ilha de férias, de tradições e artesanato.
Uma ilha de férias com um clima igual em todo o ano.
Uma ilha de férias portuguesas.

Uma rede de bons hotéis à sua disposição:

***** Hotel Savoy
***** Hotel Madeira Palácio
**** Hotel Vila Ramos
**** Hotel Stª Isabel
**** Hotel Girassol
**** Hotel D. Pedro
**** Hotel Apartamento Quinta do Sol
**** Albergaria Catedral
**** Complexo Turístico Matur
*** Hotel Apartamento Casa Branca
*** Hotel do Carmo

faça férias portuguesas na MADEIRA

consulte o seu agente de viagens

SISTEMA

Nacional

DESPEDIDOS DO "DN" NÃO DESISTEM DA SUA LUTA

. Os «24» que não desistiram de lutar contra a orientação do «Diário de Notícias» (22 suspensos em plenário de trabalhadores que contestam pela «sua falta de representatividade»), órgão que consideram manipulado ideológica e partidariamente, expuseram esta manhã aos órgãos da Informação as coordenadas do processo, adiantando que pensam publicar uma «folha de luta» e efectuar, na próxima quinta-feira, uma manifestação para a qual convidarão «todos os sindicatos progressistas, camaradas da Imprensa e o povo português». Reportando-se propriamente ao que considerou «manipulação partidária do «D.N.», José Sampaio, um dos 22, que são 24 porque Cordeiro Pereira e Jorge Soares, este numa missiva cuja cópia foi lida aos presentes na conferência de Imprensa se solidarizaram com os punidos-despedidos assinalou que o «DN» tem «a tendência histórica de ser um jornal que está com o poder através da mentira e ocultando factos».

SINDICATO DOS TRABALHADORES DE ESCRITÓRIO DO DISTRITO DE LISBOA

A CONTRATAÇÃO COLECTIVA DE TRABALHO APÓS O 25 DE ABRIL

Reivindicações prioritárias por que a Direcção e os trabalhadores têm lutado após o 25 de Abril, uma das tarefas imediatas do movimento sindical foi a luta pela melhoria das condições de vida dos trabalhadores. A necessidade de um salário mínimo, a nível do 3.º escriturário, a proibição de despedimentos sem justa causa, a obrigatoriedade do 13.º mês, o estabelecimento de um período de férias generalizado a 30 dias e a fixação de um subsídio de 100% obrigatórios foram algumas das principais reivindicações. Um dos campos prioritários de actuação para a obtenção destas e outras condições foi a Contratação Colectiva, pelo que houve que repensar e delinear a política a seguir neste importante campo de acção sindical.

PELOS CONTRATOS VERTICAIS!

A reestruturação da Contratação foi definida principalmente com base na luta por Contratos Colectivos Verticais e de âmbito nacional, procurando com estas medidas, superar as dificuldades que o fascismo nos deixou, ao dividir-nos em mais de 300 sindicatos. De facto, a elaboração destes contratos abrangendo todos os trabalhadores de determinado sector económico, independentemente das profissões e das regiões onde exerçam actividade, é um **indispensável** factor de UNIDADE e coesão, ultrapassando as distorções salariais e outras.

A negociação vertical não foi contudo possível, em todos os casos, pois, que ela não depende só de um sindicato, havendo portanto alguns contratos horizontais, embora em número reduzido.

Desde o dia da tomada do Sindicato pelos trabalhadores, em 27 de Abril de 1974 até ao mês de Agosto de 1975, foram, como corolário da constante actividade no campo da contratação publicados um total de 34 contratos dos quais cerca de 20 são verticais. Entretanto acrescendo a este número estão já totalmente acordados, aguardando publicação no Boletim do Ministério do Trabalho, outros 13 contratos, sendo 11 deles verticais. Outros estão já em negociação com o patronato ou previstos para se iniciarem as negociações (31 CCT, todos VERTICAIS).

Foram ainda publicadas administrativamente 5 Portarias das quais 4 alargando o âmbito de alguns contratos a sectores que em princípio não estariam abrangidos por regulamentação contratual e sendo a quinta portaria a PORTARIA DE ORDENADOS MÍNIMOS que está neste momento a ser revista para actualização, tendo já sido mesmo publicado anteprojecto para discussão entre os trabalhadores, o qual está à distribuição no Sindicato (Secção de Apoio a Delegados Sindicais).

MELHORES CONDIÇÕES PARA MILHARES DE TRABALHADORES

Desta actividade resultou a melhoria de condições para 43 468 de escritório, num total dos 74 000 do Distrito de Lisboa, sendo o número de trabalhadores beneficiados muito superior se tivermos em conta o âmbito nacional de grande parte dos Contratos. A este número acresce o de beneficiados pela POM, cerca de 40 000 dos quais 23 000 neste Distrito. Esta última cifra já não é actualmente exacta. Destes 23 000 trabalhadores cerca de 10 000 já foram abrangidos por novos contratos colectivos e os 31 contratos já em negociação ou a negociar reduzirão o número de trabalhadores abrangidos pela POM para somente 9000.

Os 4000 trabalhadores que — sócios deste Sindicato — não eram abrangidos por contratos e nem sequer pela Portaria, **hoje** reduzem-se a 267.

ATENÇÃO TRABALHADORES!
40 CONTRATOS E PORTARIAS PUBLICADOS! 30 ESTÃO NA FORJA!
CONVENÇÕES COLECTIVAS DE TRABALHO PUBLICADAS

— Indústria Vidreira (tabela)
— Fabricantes de Material Eléctrico (Vertical)
— Indústria de Especialidades Farmacêuticas (tabela)
— Indústria de Construção Civil e Obras Públicas do Sul
— Exportadores de Têxteis
— Indústria e Exportação de Produtos Resinosos
— Importadores, Agentes e Vendedores de Automóveis do Sul (tabela)
— Empresas de Cinema (tabela)
— Comerciantes de Ferro, Ferragens, Metais, Máquinas e Acessórios de Lisboa (tabela)
— Indústria de Reconstrução de Pneus
— Indústria de Composição e Transformação de Matérias Plásticas (tabela)
— Indústria Transportes Automóveis
— Indústria de Carne
— Indústria de Moagem, Bolachas, Chocolates e Massas Alimentícias
— Importadores e Armazenistas de Lanifícios (Vertical)
— União de Lojistas de Lisboa e Federação, Grémios Comércio Distrito de Lisboa
— Importadores de Material Electrónico e Electrodoméstico
— Armazenistas de Papel
— Indústria de Óleos Vegetais, Seus Derivados e Equiparados
— Importadores e Armazenistas de Lanifícios (acta adicional)
— Alimentos Compostos para Animais (texto moagem)
— Colas, Aprestos Ágar-Ágar e Produtos Afins (texto tintas e vernizes)
— Associação de Estúdios Laboratórios e Distribuidores de Filmes
— Indústria Hoteleira
— Óptica
— Armazenistas de Mercearia, Batata, Azeite e Exportadores de Frutas
— Indústria Vestuário
— Indústria Fosforeira
— Telefones de Lisboa e Porto
— Carris — rectificação dos aumentos previstos no protocolo de 8-6-74
— Telefones de Lisboa e Porto (aditamentos e alterações)
— Armazenistas de Malhas, Tecidos e Confecções
— Firestone
— Telefones de Lisboa e Porto (Tabela).

PORTARIAS

— Portaria de Ordenados Mínimos para Empregados de Escritório e Correlativos
— Portaria de Alargamento de Âmbito do CCT Indústria Construção Civil às Cooperativas de Construção Civil
— Previdência (tabela de remunerações e outras alterações)
— Portaria de Alargamento de Âmbito do CCT Lojistas de Lisboa e Federação Grémios Comércio Distrito Lisboa às empresas retalhistas de Mercearia, Supermercados e Cooperativas
— Portaria de Alargamento de Âmbito do ACT Armazenistas de Malhas, Tecidos e Confecções às restantes empresas grossistas de Tecidos, Malhas e Confecções
— Portaria de Alargamento de Âmbito do CCT Importadores de Material Electrónico aos Armazenistas de Materiais de Construção.

OUTRAS CONVENÇÕES AGUARDAM PUBLICAÇÃO PARA BREVE

É o caso dos Contratos Colectivos de Trabalho para os sectores de:
— Indústria de Especialidade Farmacêutica (1.ª e 2.ª divisões)
— Indústria de Moagem, Massas Alimentícias e Arroz
— Indústria e Exportação Têxtil, e Indústria de Malhas e Importadores de Algodão em Rama.
— Indústria de Conservas de Peixe e outras, Exportação de Conservas de Peixe e Seca de Bacalhau
— Armazenistas, Exportadores e Comércio de Vinhos
— Fabricantes de Material Eléctrico
— Anarec/Agaren
— Despachantes
— Editores e Livreiros, Gráficos, Litografia e Fotogravura, Actividades Publicitárias e Fotografia
— Ensino Particular
— Metalúrgicos e Metalomecânicos, Construção Naval e Oficinas de Reparação Automóvel e ainda o Acordo Colectivo de Trabalho para as Empresas de Transportes Fluviais.

DELEGADOS SINDICAIS, TRABALHADORES! OS CONTRATOS ESTÃO A SER CUMPRIDOS?

Colegas, existem no nosso Sindicato serviços especializados em **Informação Contratual e Legislação de Trabalho.**

Estes serviços prestam todo o apoio no campo da informação aos sócios dando andamento às situações em que os direitos dos trabalhadores não estejam a ser respeitados, por não cumprimento do disposto nos CCT, na POM, código geral do trabalho, etc. Subdivide-se em dois tipos de serviços afins, comummente designados por informação oral e escrita.

A secção de informação oral recebe todo e qualquer sócio que necessite de uma informação neste campo e canaliza-os, caso as irregularidades assim o exijam, para a secção de informação escrita e para a secção de apoio a delegados (ou para o contencioso). Por seu lado, a informação escrita, em princípio, só recebe os delegados sindicais.

As secções de informação funcionam entre as 9 e as 12 e as 13,30 e as 23,30 horas.

COLEGA:

Dirige-te ao Sindicato informa-te! **VERIFICA E EXIGE O CUMPRIMENTO DOS CONTRATOS!**

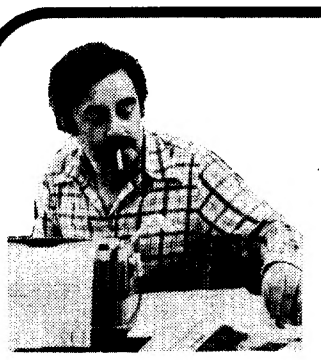
MANTÉM-TE ATENTO À REVISÃO DA P.O.M.

PEDE O PROJECTO DE REVISÃO, NO SINDICATO! DISCUTE-O! PROPÕE ALTERAÇÕES!

UNIDADE + ORGANIZAÇÃO = **VITÓRIA**

Lisboa 28 de Agosto de 1975.

A DIRECÇÃO do Sindicato dos Trabalhadores de Escritório do Distrito de Lisboa



O reporter de serviço

ANTÓNIO TADEU

NA RUA ESTREITA

. Na rua estreita, pequena multidão em grande alarido. Na rua estreita, um homem, sangrando, continuava a ser pontapeado por furibunda gente. Dentre a gente furibunda erguiam-se gritos «Malandros, malandros, não têm vergonha Ela também havia de levar nas trombas Não queremos cá disto na nossa rua »

. Pessoas de bem, caladas e tristes, ergueram o homem e levaram-no ao hospital. Ficou internado.

O repórter nem sequer estava de serviço, diga-se. Mas sabia que na cidade próxima, na véspera, a violência andara à solta, sangue correra, gente fora enganada por energúmenos que sob capas liberais discretamente comandam ataques a sedes de partidos progressistas e residências de militantes. O reporter nem sequer estava de serviço mas sabia que na cidade próxima um indivíduo de fato e chapéu preto dera ordens em voz baixa, não se sabe a quem, e lá ia conseguindo, nas calmas, seus secretos objectivos: destruir, incendiar.

Para matar — um passo, um passo breve. Fato preto e chapéu preto já visto noutras cidades e vilas se passeou naquela cidade para súbito desaparecer e de novo reaparecer naquela, noutras cidades e vilas e aldeias. O repórter nem sequer estava de serviço, mas sabia, amargamente sabia, desse homem de preto. E o amargor crescia no repórter porque o homem de preto andava anda à solta em ruas e campos. Até quando, até quando, digam lá meus concidadãos leitores

. Na rua estreita mora um militante de um partido progressista Queres ver — perguntou-se o repórter — que já foram lixar aquele » Mas não. Ainda não foi daquela vez. O que aconteceu, porém na rua estreita, diz muito, ai diz, diz. O que aconteceu foi os vizinhos espreitadores darem por um caso de amores escusos. E a moral inquisitorial funcionou. Houve quem saltasse ao telhado e arrancasse o pecador — anátema, anátema — e o sovasse para exemplo dos moradores ho-

Continua na pág. 18

VENDEMOS
ANDARES
para habitação própria

Com as facilidades que concedemos, de colaboração com os estabelecimentos de crédito nacionais, e devido ainda aos preços acessíveis que praticamos, pode AGORA adquirir a SUA HABITAÇÃO PRÓPRIA.

GRANDE CAMPANHA DE LANÇAMENTO
ASSEGURE JA O SEU ANDAR
CALÇADA DE CARRICHE
Andares com 3 assoalhadas
Parque privativo
CALÇADA DA TAPADA
Andares com 4 e 6 assoalhadas
Loja com a área de 220 m2, dois pisos

SOMOS UMA EMPRESA DE CONSTRUÇÃO
ecurbe

PRONTOS A SERVI-LO DE UMA FORMA NOVA
CONSULTE-NOS
nos nossos Escritórios
RUA DOS ARNEIROS — LOTE 1449 - 1.º A — BENFICA
Telefones 74 91 53 ou 70 05 54
LEVAMO-LO AOS LOCAIS, SE DESEJAR. OS NOSSOS PREÇOS NÃO PERMITEM A INTERFERÊNCIA DE INTERMEDIÁRIOS

Nacional

UNIVERSIDADE ABERTA À FREQUENCIA POPULAR

Continuação da pág. 1

mesmo tempo que um aperfeiçoamento individual, numa perspectiva profissional.

A Universidade Aberta (Uniabe) poderá ser o «pivot» de uma cultura autenticamente popular. Por outro lado, sabemos bem como a Uniabe poderá ser importante (indispensável mesmo) na regionalização do ensino superior.

Docentes poderão acumular funções, poderão adquirir no ensino à distância o interesse necessário para o ensino que se mantém «escolar» — o ensino directo, tradicional, criando novas relações «professor-aluno»

O QUE É A UNIABE?

Temos diante de nós o relatório sobre a criação de uma Universidade Aberta. São 43 páginas a um espaço. Densas, prometedoras de uma revolução no ensino superior.

Se não vejamos: porque surge neste momento a necessidade de uma Universidade Aberta? Primeiro, porque a Universidade Aberta (universidade de ensino à distância) pode cobrir efectiva e eficientemente todo o País, num prazo relativamente breve; segundo, porque reduz drasticamente os encargos, instalações e sustento a suportar pelos alunos ou suas famílias; finalmente, porque se pode organizar e difundir através do ensino de vários níveis e não só de nível superior, actuando assim como agente de detecção, estimulação e preparação para o acesso aquele nível, nas classes mais desfavorecidas, de elementos dotados de aptidões pessoais para o atingir.

Em suma: a Universidade Aberta aparece como uma organização particularmente adequada à realização da democratização da «cultura superior» em amplas camadas do povo. Em face do exposto, mais do que qualquer outra, pode a Universidade Aberta ser uma universidade constantemente votada ao serviço do povo e, muito particularmente, das classes trabalhadoras: uma verdadeira universidade nacional popular. «Instrumento de grande eficácia, no campo educacional, para o progresso da democracia e a construção do socialismo» — assim a classifica e pretende o relatório a apresentar ao Conselho de Ministros — a Uniabe tem nos seus objectivos três componentes fundamentais. Em primeiro lugar, incremento da igualdade de oportunidades de acesso a cursos universitários ou equivalentes, de indivíduos pertencentes às classes trabalhadoras; em segundo lugar, um movimento de promoção cultural colectivo de amplas camadas do povo, que as torne mais aptas a participar na construção e gestão da nova sociedade; em último lugar, um contacto e uma interacção dialéctica constante entre a chamada «cultura superior» e a experiência e vivência social e prática do povo.

OBJECTIVOS DA UNIABE

Preferencialmente dirigida aos trabalhadores, a Universidade Aberta visa proporcionar-lhes meios de formação individual diversificados segundo vários níveis, que se estendem desde um primeiro escalão, pouco mais elevado que o ensino primário, até ao grau mais alto dos cursos superiores; meios também para aqueles que, por motivos económicos tiveram de abandonar os seus estudos em fase mais ou menos adiantada.

Nesta linha, abre-se um campo vasto à Uniabe: desde contribuir de forma eficaz para a promoção social das mulheres, até servir para a manutenção de laços culturais com os emigrantes. A Universidade Aberta, através do ensino à distância, liberta do conservadorismo existente nas estruturas do ensino directo (o ensino «escolar») pode transformar-se num «laboratório» de inovações pedagógicas, de formas e racionalização do ensino e de produção de textos didácticos de que, a exemplo do que se passa noutros países, as restantes universidades venham a beneficiar.

Constituiria, no entanto, grave redução e desvirtuação do significado da Uniabe, entender a sua criação como uma das possibilidades de escoamento das universidades de ensino directo, de Lisboa, Coimbra e Porto. Se, por um lado, atraiçoava os seus objectivos prioritários (ensino para trabalhadores) por outro iria manter um sentido de classe directamente ligado a uma carreira escolar. Com efeito, os jovens que neste momento no País, têm acesso ao ensino superior são oriundos, na sua esmagadora maioria, das classes sociais até hoje mais privilegiadas. Além do mais, correria a Uniabe um sério risco com a entrada de um contingente de alunos não trabalhadores. Em breve se transformaria a Universidade Aberta, no ambiente, nas orientações, no tipo de actividades, em escolas superiores convencionais, fortemente marcadas por conceitos de classe.

CENTROS REGIONAIS

O ensino superior à distância, baseado em lições concebidas e realizadas longe do contacto directo do professor com o aluno, tem necessariamente, como um dos seus órgãos fundamentais, os centros associados regionais.

Se o ensino à distância conta como meios de comunicação a correspondência, a Rádio a Televisão, não prescinde, no entanto dos contactos indispensáveis entre alunos e docentes, da realização de trabalhos de laboratório, da frequência de bibliotecas, da discussão em grupo de assuntos curriculares ou outros. Aqui reside a importância e necessidade dos centros regionais de apoio.

Por outro lado serão indispensáveis estes centros numa política de regionalização do ensino superior, na criação de universidades de ensino directo na província. Os centros de apoio funcionariam, pois, não como alternativa, mas como complementaridade dos novos estabelecimentos regionais de ensino directo que venham a ser criados.

Tal complementaridade implica, até por questões financeiras, que a política de regionalização do ensino superior directo e o da criação desenvolvimento e projecção regional da Universidade Aberta sejam pensadas e definidas em conjunto e devidamente articuladas.

A questão (crucial) que se põe é esta: a decisão de criar em Portugal uma universidade aberta terá de ser fruto de uma clara opção política, quanto a prioridades em matéria de democratização de ensino e da cultura e de afectação dos recursos financeiros do Estado.

EMPRESA PÚBLICA

Defendem os autores do relatório que à Universidade Aberta seja atribuida a forma jurídica de empresa pública.

Entre outras das recomendações da equipa que elaborou o relatório figura a necessidade de a UNIABE ser um organismo novo, implantado de raiz, totalmente independente de quaisquer outros, auto-suficiente e de âmbito nacional.

Por outro lado, é ponto extremamente importante para os autores, que, desde o princípio e por força de lei, o diploma da criação da UNIABE a coloque em situação de plena igualdade jurídica com as universidades convencionais, no que se refere ao reconhecimento do valor ou equivalência dos graus universitários que venha a conferir.

O estatuto legal da Universidade Aberta terá de ter como características bàsicas extrema flexibilidade e plasticidade o que implica necessesariamente conferir à nova instituição, personalidade, jurídica, autonomia administrativa e financeira, autonomia curricular e pedagógica.

O financiamento da UNIABE, por proposta dos autores do documento que estamos a citar, terá de ser assegurado simultânemente por dotações orçamentais anualmente distribuidas através do MEC, por dotações provenientes de outras fontes, por receitas obtidas por serviços prestados venda de materiais didácticos, etc.

CURSOS DE ACESSO

As actividades fundamentais da Universidade Aberta serão englobadas em cursos de acesso distribuidos por dois níveis. Os cursos de «nível um» destinam-se a indivíduos cuja preparação cultural seja ou possa ser correspondente ao ciclo preparatório. Os cursos de «nível dois» destinam-se a indivíduos cuja preparação cultural seja ou possa ser considerada correspondente ao primeiro ciclo secundário.

Além destes cursos haverá ainnda cursos de estudos superiores, formação profissional, aperfeiçoamento e reciclagem, extensão e promoção cultural e apoio a reconversões económicas e sociais.

No que respeita à avaliação dos conhecimentos dos alunos, designadamente nos cursos de acesso e nos cursos superiores, ela passa por exercícios de auto-comprovação (relativos a cada «tema») que o aluno efectua em casa e cuja resolução se encontra nos próprios textos que lhe são remetidos; porrr «testes de avaliação a distância», com periodicidade determminada; por «provas presenciais» (escritas e / ou laboriatoriais), realizadas uma ou duas vezes por ano, perante os docentes da organização central.

ESTRUTURA DA UNIABE

A strutura orgânica da organização central da UNIABE deverá incluir um conselho directivo, uma comissão executiva, núcleos de actividades, departamentos, grupos de trabalho, comissões consultivas, serviços administrativos e serviços técnicos.

O conselho directivo (órgão da direcção e orientação superior da UNIABE) deverá na sua forma definitiva ser constituido por representantes eleitos por cada um dos núcleos de actividades. A comissão executiva, cujo presidente será o presidente da UNIABE, será constityida por indivíduos a que correspondam o perfil e as habilitações, não de professor, mas de gestor empresarial com amplas provas dadas.

Quanto aos centros regionais, entendem os autores do relatório, que a iniciativa da sua criação e a responsabilidade financeira da sua manutenção sejam partilhadas pela organização central da Universidade Aberta e por entidades locais Isto implicaria que cada centro tivesse um órgão patrocinador em que participassem representantes da UNIABE e dos organismos locais interessados.

O número e a localização destes centros regionais deverá obedecer a um plano nacional, proposto pela organização central da UNIABE e aprovado pelo Governo, de modo que baseando-se em critérios não arbitrários, assegurem a mais completa e racional cobertura eo País.

PROGRAMAÇÃO DA UNIABE

A programação desejável da UNIABE deverá ser formulada dentro de três perspectivas distintas: a longo prazo, a médio prazo e a curto prazo. A curto prazo, seria já o plano de actividades para 1976; a médio, entre o segundo e quarto ano de actividade; a longo, após cinco anos, no fim dos quais a Universidade Aberta deverá ter atingido um estádio de «maturidade institucional».

Quanto ao início do ano lectivo, a proposta dos autores do relatório, defende que decorra entre 2 de Janeiro e Outubro / Novembro de 1976, coincidindo assim o ano lectivo com o civil.

As actividades do próximo ano lectivo iniciar-se-iam com um programa de formação pedagógica e complemento das qualificações do pessoal docente do ciclo preparatório e do ensino secundário.

Nesta primeira fase, e sobretudo no «ano experiemental» de 1976, deverão utilizar-se em toda a medida do possível, estruturas existentes e prover a realização de contratos, quer com professores quer com investigadores.

ENSINO À DISTÂNCIA

Numa breve resenha poderemos dizer que o ensino à distância, o fundamento da UNIABE está espalhado por toda a Europa, quer no sistema capitalista, quer no socialista, assim como na América. Nos E. U. A. cerca de dois milhões de alunos cursam estudos superiores porr este método: na Rússia tal número eleva-se a quatro milhões; na França, anda pelo meio milhão; na Inglaterra está inscrita em sistemas de ensino superior à distância 15 por cento da população activa; as 34 escolas dos países memmbros do Conselho da Europa de Ensino por Correspondência (CED) êm três milhões de alunos inscritos; em Espanha entre os inscritos na UNED e instituições privadas, o número dos matriculados atinge os 200 mil.

SEGUROS, LISTA B

PARTICIPAÇÃO DOS TRABALHADORES NO CONTROLO DA INDUSTRIA

Democraticidade interna, central sindical única, controlo da actividade sob hegemonia operária, dinamização das comissões de trabalhadores — são os grandes objectivos programáticos da lista B, «Um Sindicato Novo para uma Sociedade Nova», candidata aos corpos gerentes do Sindicato dos Trabalhadores de Seguros do Sul, e enunciados ontem no discurso de uma conferência de Imprensa.

Esta lista «surgiu do esforço colectivo de vários trabalhadores que fizeram parte de comissões de trabalhadores, delegados sindicais e grupos de trabalho» constitui o «resultado natural da actividade sindical até hoje desenvolvida».

Entre os candidatos, encontram-se três elementos da direcção cessante (José Francisco de Almeida, Manuel Joaquim da Silva e Vítor Manuel Monteiro de Almeida), embora não exista uma linha de continuidade entre a actual lista e os anteriores dirigentes, segundo foi afirmado.

Trata-se de uma adesão individual «a um programa e uma linha sindical para cuja discussão contribuiram e não, de forma nenhuma, qualquer dependência ou continuidade em relação aos corpos gerentes em exercício, até porque da lista fazem parte igualmente camaradas que assumiram posições críticas face a algumas actuações da direcção».

A formação da lista B e a discussão do seu programa decorreram através de um processo aberto a todos os trabalhadores interessados em participar, «nunca se tendo posto em causa as suas opções partidárias».

Os candidatos defendem uma «ampla democraticidade interna» do Sindicato, «segundo o princípio da subordinação das minorias às maiorias e livre direito de expressão, sob qualquer forma», rejeitando, no entanto, o chamado direito de tendência na estrutura sindical.

A lista «Um sindicato Novo para uma Sociedade Nova» ntende que os corpos gerentes «devem assumir a sua direcção convictos de que o fazem apenas por exigências organizativas e enquanto legítimos representantes dos trabalhadores executores da sua vontade» O Sindicato terá de ser absolutamente independente do aparelho de Estado, das organizações partidárias e de todas as organizações não sindicais.

Um ponto original: a defesa da «revogabilidade», a todo o momento, dos elementos das estruturas sindicais, incluindo os próprios corpos gerentes».

Por outro lado, a lista B entende que a «adesão à Central Sindical Única, aprovada pela classe, deverá ser levada à prática pela defesa, no seu seio, das posições decididas pelos trabalhadores de seguros». Reconhece-se, também a necessidade de reformulação da central sindical.

Um dos pontos fundamentais do programa, consoante foi sublinhado, é a defesa do controlo da actividade seguradora sob hegemonia operária, que tornará possível, segundo os candidatos: «pôr em causa a própria lógica da gestão capitalista; contribuir para fazer cessar concretamente a concorrência nas diversas formas que assume; unificar os critérios de direcção; educar e formar os trabalhadores, preparando-os para as tarefas que desempenharão numa sociedade socialista; pôr em causa a divisão entre o trabalho «intelectual» da direcção e o trabalho burocrático e repetitivo; a tomada de consciência, na prática, da solidariedade entre todos os trabalhadores».

Entendem os candidatos que, «nas sociedades capitalistas, e ainda mais numa sociedade socialista, os diversos sectores de actividade são de tal forma interdependentes que não é possível isolá-los uns dos outros». A indústria de seguros está ligada intimamente a outros sectores de actividade, como a banca, a indústria e a agricultura, e às classes sociais, através do exemplo, dos seguros de acidentes de trabalho.

«Desta forma compreende-se claramente a necessidade da participação de representantes de outros trabalhadores na definição e execução do controlo da indústria de seguros. Além disso, também se entende facilmente que o controlo não é um fim em si mesmo,» mas antes um meio que poderá «contribuir poderosamente para o avanço no sentido da revolução socialista».

E intenção da lista B dar um cunho marcadamente político à campanha de divulgação que antecede as eleições, marcadas para o dia 12 de Setembro, por considerar ser essa a única via para dar a conhecer a sua posição face aos problemas fundamentais do sindicalismo e aos problemas específicos do Sindicato dos Seguros.

São candidatos, por esta lista à Assembleia Geral: João Manuel Constantino Fernandes (União), José Constantino Leal Ferreira (Ourique), Luis Filipe Simões Caldas (Bonança) Vicente Augusto Bolina (Império). A direcção candidatam-se: António Horta Tavares de Bastos (Ourique), Diamantino Gomes dos Reis (Ourique), Hermínio Simões Martins (Comércio e Indústria), Ilídio Maia dos Reis Casais (Comércio e Indústria), Jorge Manuel da Silva Domingues (Garantia Funchalense), José Carlos Lança Páscoa (Tranquilidade), José Francisco de Almeida (Molinari), Manuel Joaquim da Silva (O Trabalho), Nuno Manuel Mendes Lourenço (Tranquilidade) e Vítor Manuel Monteiro de Almeida (Comercial Union).

SOLIDARIEDADE COM OS BASCOS

Os candidatos da lista B enviaram ontem à Embaixada de Espanha o seguinte telegrama:

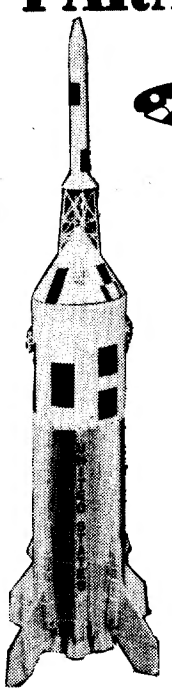
— «Candidatos lista B para as eleições Sindicato Trabalhadores de Seguros Sul repudiam com veemência sentença de morte para Garmendia e Otaegui que regime assassino Franco proclamou. Exigem sua libertação imediata bem como de todos aqueles que se encontram nas tenebrosas cadeias da «Pide» espanhola, que lutam pela libertação do proletariado espanhol, pelo derrube do estado burguês, pela revolução proletária e socialista.

Viva a solidariedade internacionalista para com os nossos camaradas espanhóis!

— Portugal, Espanha: R volução socialista!»

PARA AS SUAS FÉRIAS

ESTES



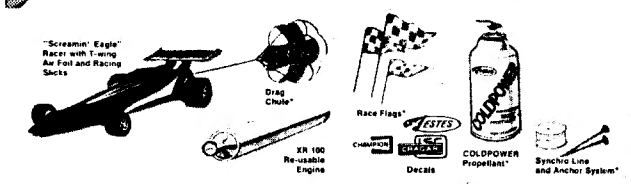
NO CAMPO OU NA PRAIA
LANCE AS RÉPLICAS
DOS FOGUETÕES EJECTADAS
DE CABO KENNEDY

— Modelos desde 90$00 —

AUTOMÓVEIS
FOGUETÕES DE TERRA
CONSTRUA E FAÇA CORRIDAS

4 SENSACIONAIS MODELOS
«COLD POWER»

— Modelos desde 180$00 —



PEÇA FOLHETOS AO REPRESENTANTE:
NUCLEON
Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 57-A — LISBOA
(Metro Palhavã) — Telefs. 77 03 51 / 77 02 37

Nacional

TRIBUNAL PARA JULGAR OS CRIMES CONTRA AS MULHERES:

EM QUE PAÍS?

Continua por decidir a escolha do País onde terá lugar a primeira sessão do Tribunal Internacional das Mulheres. A última reunião preparativa deste tribunal teve lugar em Paris, em Março último, e contou com a presença de representantes de vários países da Europa, África, Estados Unidos da América e América Latina.

Foi então decidido que a realização do Tribunal teria lugar em Lisboa no próximo mês de Novembro. Em segundo lugar foi escolhida Bruxelas e por último Amesterdão. A escolha de Portugal já nessa altura levantou agitada controvérsia, tendo sido evocados como aspectos negativos a insegurança da situação política e a fraqueza do movimento feminista português. Países como a Inglaterra e os Estados Unidos manifestaram-se, decididamente, contra a votação da Assembleia que escolheu Lisboa.

Estabeleceu-se então que a eleição definitiva ficaria dependente do expediente que cada um dos três países escolhidos enviasse ao Comité Coordenador juntamente com informação relativa às facilidades materiais e oportunidade política do acontecimento. O Comité Coordenador internacional formado por mulheres da Noruega, Estados Unidos, Inglaterra, Austria, Itália e México procede à ligação entre os diversos Comités Nacionais, tendo ainda a seu cargo a coordenação prática das actividades para a realização do Tribunal.

Na referida reunião, a par do comité para a escolha do local constituiu-se o Comité de Finanças integrado por feministas belgas com o objectivo de planear a recolha dos fundos necessários. Finalmente, o Comité «Media», constituído por inglesas, tem a cargo a difusão de notícias relativas ao Tribunal provenientes de diversas fontes.

O Tribunal terá a duração mínima de cinco dias durante os quais mulheres de vários países denunciarão, publicamente, a opressão sofrida. Outras participantes apresentarão casos anónimos acompanhados de películas, fotos, gravações, etc. Sobre cada um dos temas serão organizadas mesas-redondas e discussões.

Quem faz justiça a esta mulher?

OBJECTIVOS DO TRIBUNAL

Tendo em conta que não basta denunciar os crimes, as mulheres que participam no Tribunal propõem-se apresentar soluções e caminhos de luta para a transformação da actual situação da mulher, reforçando a solidariedade feminista internacional com todas as acções que se planeiem levar a cabo.

Neste sentido, precisou-se que o Tribunal terá como objectivo sensibilizar e tentar chegar junto do maior número possível de mulheres através da denúncia dos crimes contra ela cometidos: de carácter médico. (Recusa da contracepção e do aborto, esterilização, experiências perigosas, etc); descriminação no trabalho; denúncia do direito de família; opressão exercida através da religião, ideologia e política (prisão, torturas, etc); crimes sexuais (violação, prostituição, amutação do clitóris práticada ainda no Sudão, Kénia e Tanzânia), etc.

A pornografia e tudo o que contribui para manter a mulher numa situação de inferioridade que atenta contra a sua dignidade e integridade constituem campos de acção para a noção de crime que neste Tribunal será muito ampla e porá em causa a concepção de «legal», tal como é definida pela sociedade patriarcal.

Conscientes de que a libertação da mulher só será possível numa sociedade socialista, as mulheres que defendem a sua auto-organização sabem que a par da luta contra o capitalismo é necessário combater todos os vestígios da ideologia machista que durante séculos privou a mulher de autonomia, mentendo-a uma posição subalterna.

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO SUL E ILHAS

CONVOCATÓRIA

ASSEMBLEIA GERAL
(Sessão Ordinária)

ASSEMBLEIA ELEITORAL

Convocam-se os sócios deste Sindicato até ao número 30 353 inclusivé, que estejam no pleno gozo dos seus direitos sindicais para uma Sessão Ordinária (Assembleia Eleitoral) a realizar no dia 30 de Agosto das 8 às 24 horas, nos seguintes locais:

EM LISBOA: PAVILHÃO DOS DESPORTOS
NA PROVÍNCIA E ILHAS: DELEGAÇÕES DISTRITAIS

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto único — ELEIÇÃO DOS CORPOS GERENTES E COMISSÃO DE REPRESENTAÇÃO DE TENDÊNCIAS

Lisboa, 27 de Agosto de 1975.

PELO SECRETARIADO DA MESA
DA ASSEMBLEIA GERAL
Francisco Teodósio Juradinho Serrano

Diario de Lisboa

ASSINATURAS DE FÉRIAS

Aceitam-se assinaturas pelo período mínimo de 10 dias, ao preço de 4$00 por dia

NÃO SE ENVIAM RECIBOS À COBRANÇA

SINDICATO DOS TÉCNICOS DE DESENHO

Av. Duque de Loulé, 126 - 3.º — Telefones 55 39 77 / 8
LISBOA - 1

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

CONVOCATÓRIA

De acordo com o já aprovado nos novos Estatutos, convoco a Assembleia Geral deste Sindicato, para as Assembleias Gerais a realizar conforme abaixo se indica e com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS:

— ÚNICO: Apreciação, discussão e votação do Relatório e Contas, relativas ao exercício de 1974.

— Dia 19/9/75, às 21 horas, em Lisboa, nos Bombeiros Voluntários Lisbonenses, Rua Camilo Castelo Branco, 33.

— Dia 20/9/75, às 15 horas, no Porto, no Círculo Católico Operário Portuense, Rua Duque de Loulé, 202.

Se à hora marcada não estiverem presentes a maioria dos Sócios, a Assembleia reunirá 30 minutos depois com qualquer número.

Lisboa, 30 de Agosto de 1975.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral
Francisco Dias Bernardino

BATAS PROFISSIONAIS

ALTAMENTE ESPECIALIZADOS
PARA HOMEM E SENHORA
TINTURARIA GUANABARA — Dep. de confe...
v. João XXI, 5-D — Rua ... 16 55-C

EXTERNATOS

MARQUÊS DE POMBAL
Rua Morais Soares, 93 • tel. 82 02 21 / 83 46 58

ÁLVARES CABRAL
Avenida Grão Vasco, 1 • (Benfica) • tel. 70 69 74 / 5

SÃO VICENTE
Rua Edith Cavell, 8 (ao Chile) • tel. 84 88 64 / 5

- CICLO PREPARATÓRIO
- CURSOS LICEAIS — GERAL E COMPLEMENTAR
- CURSO GERAL ADM. E COMÉRCIO
- CURSOS C/ PROGRAMAS PRÓPRIOS (EM PREPARAÇÃO)

Aulas de MANHÃ — TARDE — NOITE
Inscrições abertas p.ª o próximo ano lectivo

CURSOS DE FÉRIAS
AGOSTO — SETEMBRO
(Exames de 2.ª época)

BRASÍLIA

UM ÊXITO QUE SE REPETE
Em EXPOSIÇÃO até às 23 horas — Dias úteis
AUTO MONUMENTAL DO AREEIRO
Av. Padre Manuel da Nóbrega, 10-A — Lisboa

Nacional

A ULTIMA ASSEMBLEIA DO SINDICATO DOS JORNALISTAS

. «A direcção divulgará, no prazo de uma semana, os vencimentos de todos os jornalistas sindicalizados — eis uma das conclusões da assembleia geral do Sindicato dos Jornalistas anteontem reunida na Casa da Imprensa.

A ordem do dia — «discussão do decreto-lei sobre contratação individual e regulamentação de despedimentos» — não chegou a ser discutida.

Vários problemas actuais mereceram a análise dos jornalistas, que aprovaram diversas propostas no sentido de responder à nota oficiosa do Ministério da Comunicação Social, solidariza-se com os dezasseis trabalhadores suspensos na Emissora Nacional e com os vinte e dois saneados do «Diário de Notícias».

Exigiram os jornalistas que «termine a pressão económica sobre o **República**. Um pedido de empréstimo feito ao Governo — disseram — não foi ainda satisfeito». O MRPP, entretanto, declararam que o **República** não está aberto a todas as correntes antifascistas, uma vez que não conta no corpo redactorial nenhum elemento afecto àquele movimento.

«Que os trabalhadores do **República** — afirmaram em moção os MRPP's — levem a sua luta até ao fim, abrindo o jornal a todas as correntes patrióticas, democráticas e antifascistas» e que «não permitam que, nas suas páginas, seja caluniada a luta dos trabalhadores».

Resumindo, a facção dos jornalistas presentes ainda se debruçou sobre o «projecto Jesuíno», exibiu o seu anticomunismo e não se lembrou das **invenções** d «Jornal Novo», «Tempo» e «Expresso», jornal este ultimamente processado por Mário Murteira.

NACIONALIZAÇÃO DAS CERVEJAS

—Foi hoje publicado no «Diário do Governo», I Série, o decreto-lei que nacionaliza a indústria da cerveja.

—O diploma, que tem o número 474/75, nacionaliza integralmente a Sociedade Central de Cervejas, Companhia União Fabril Portuense, Cergal, Copeja e Imperial. São também nacionalizadas as quotas de nacionalidade portuguesa da Empresa de Cervejas da Madeira e da Fábrica de Cervejas e Refrigerantes João Mello Abreu.

COMPRA DE VINHOS DA COLHEITA DE 74

. A Junta Nacional do Vinho anunciou oportunamente o segundo alargamento da operação de compra de vinhos da colheita de 1974, para o qual deveriam as respectivas propostas de venda ser entregues até ao passado dia 20 de Agosto.

Entretanto, e porque alguns vinicultores poderiam não ter tido conhecimento desta operação a tempo de fazerem a sua inscrição dentro do prazo fixado, torna-se público que continuam a aceitar-se propostas de venda para além daquela data, nos locais habituais.

ALTERAÇÃO DE TRÂNSITO NOS RESTAURADORES

Por um período de 10 dias, a partir da próxima segunda-feira, vai ser condicionado o trânsito de veículos nas faixas centrais da Avenida da Liberdade, ficando contudo duas faixas livres em cada um dos sentidos. O facto deve-se a obras de ampliação da estação do metropolitano dos Restauradores.

SINDICATO DOS TRABALHADORES DE ESCRITÓRIO DO DISTRITO DE LISBOA

AOS TRABALHADORES DOS SECTORES DE:

—DESPACHANTES
—TRANSPORTES FLUVIAIS
—ENSINO PARTICULAR
—FORENSE
—CASAS DE SAÚDE

Conforme já anunciado em lista anteriormente publicada foram já acordados ou estão em fase final de negociação Contratos Colectivos de Trabalho para os sectores acima indicados, entre outros.

É de salientar que todos estes sectores nunca tinham sido abrangidos por qualquer regulamentação específica, pelo que estes novos e primeiros contratos constituem importantes vitórias, fruto da determinação e unidade das respectivas classes. Refira-se também que todos eles são de âmbito vertical e nacional.

Nestes cinco novos contratos, à semelhança do que acontece com todos os negociados após o 25 de Abril, estão consignadas as principais e imediatas reivindicações dos trabalhadores nomeadamente um período de férias de trinta dias, respectivos subsídios, promoções automáticas, um salário mínimo ao nível de 3.º escriturário, proibição de despedimentos sem justa causa, etc.

Os contratos para os trabalhadores forenses e casas de saúde estão em fase final de negociação tendo já sido nomeadas as respectivas Comissões.

No que respeita ao sector de despachantes, ensino particular e transportes fluviais foram já terminadas as negociações devendo ser publicados em breve. Seguidamente damos conhecimento das tabelas acordadas para os sectores de:

DESPACHANTES

— Chefe de Secção, Guarda-Livros e Programador	10 500$00
— Correspondente em Línguas Estrangeiras	9 000$00
— 1.º Escriturário, Caixa, Op. Mecanog. e Op. Máq. Cont.	8 000$00
— 2.º Escriturário e Perfurador-Verificador	7 300$00
— 3.º Escriturário	6 500$00
— Estagiário de 2.º Ano, Dactilóg. 2.º, c/ habilitações, dactilógrafo de 3.º ao 5.º Ano	5 700$00
— Estagiário do 1.º Ano, Dactilóg. 1.º (c/ habilitações), Dactilóg. do 1.º Biénio s/ habilitações	5 200$00

NOTA: Os Chefes de Escritório terão uma remuneração em 20 % superior à do Chefe de Secção, enquanto os Chefes de Divisão e Tesoureiros tê-la-ão superior em 15 %.

Esta tabela produzirá efeitos retroactivos de 90 dias a contar da data de publicação.

ENSINO PARTICULAR

— Estagiário e Dactilógrafo do 1.º Ano	5 000$00
— Dactilógrafo e Estagiário do 2.º Ano	5 500$00
— 3.º Escriturário	6 500$00
— 2.º Escriturário	7 250$00
— 1.º Escriturário e Caixa	8 000$00
— Correspondente em Línguas Estrangeiras e Secretária de Direcção	8 750$00
— Chefe de Secção e Guarda-Livros	9 250$00

A entrada em vigor deste CCT será a partir de 1 de Agosto de 1975.

C. C. T. FORENSES E CASAS DE SAÚDE

O primeiro destes contratos têm algumas cláusulas acordadas, tendo sido as restantes remetidas para o Ministério do Trabalho por não ter havido acordo entre as partes, pelo que sairá através de uma Portaria Administrativa. Quanto ao CCT das Casas de Saúde, está nomeada uma Comissão encarregada de prosseguir as negociações no Ministério do Trabalho.

Lisboa, 29 de Agosto de 1975

A DIRECÇÃO
DO SINDICATO DOS TRABALHADORES
DE ESCRITÓRIO DO DISTRITO DE LISBOA

SINDICATO DOS TRABALHADORES DE ESCRITÓRIO DO DISTRITO DE LISBOA

CCT EDITORES E LIVREIROS, GRÁFICOS, LITOGRAFIA E FOTOGRAVURA, ACTIVIDADES PUBLICITÁRIAS E FOTOGRAFIA

AOS TRABALHADORES DO SECTOR

Encontra-se já concluída a negociação deste Contrato Colectivo de Trabalho Vertical, de âmbito nacional, que obriga todas as empresas da Associação Portuguesa dos Editores e Livreiros e Associação Portuguesa de Indústrias Gráifcas e Transformadoras de Papel, bem como as empresas proprietárias das agências telegráficas e noticiosas, agências publicitárias, e fabricantes, distribuidores, importadores de material fotográfico, cinematográficos, audio-visuais e industriais de fotografa. No que respeita às tabelas salariais elas foram já arbitradas pelo Ministério do Trabalho, sendo em breve conhecidas.

VIGÊNCIA E ACESSO AUTOMÁTICO

O presente Contrato Colectivo de Trabalho entra em vigor e contar de 15 de Maio de 1975, no que respeita a todas as matérias de natureza pecuniária e vigorará pelo prazo do um ano.

Para efeito de promoção automática estipula-se expressamente que os estagiários ascendam automaticamente a 3.ºº escriturários no mês em que completem dois anos na categoria ou atinjem os 20 anos de idade. Os 3.ºº e 2.ºº escriturários ascendem automaticamente à classe imediata no mês em que completem quatro anos de permanência na categoria respectiva.

PROIBIÇÃO DE DESPEDIMENTO

É proibido o despedimento sem justa causa de qualquer trabalhador e os meios de prova para eventual justa causa em qualquer despedimento efectuado cabe à entidade patronal, tendo de ser comunicado ao trabalhador por escrito e de forma inequívoca nos dois dias úteis imediatos à ordem de despedimento. O trabalhador tem direito a oito dias para apresentar a sua defesa ao processo disciplinar que obrigatoriamente terá de ser elaborado. No caso de não se apurar justa causa o trabalhador terá direito a optar entre a reintegração imediata e uma indemnização de:

— Um mês e meio de retribuição por cada ano de antiguidade na empresa, não podendo ser inferior a quatro meses para os trabalhadores com menos de cinco anos de casa;
— Dois meses de retribuição por cada ano de antiguidade na empresa, para os trabalhadores com mais de cinco anos de casa. No caso da entidade patronal recorrer para os tribunais competentes, contra a decisão do Conselho Disciplinar Paritário (que elabora o processo disciplinar) o trabalhador tem direito à sua remuneração mensal, subsídios e demais regalias como se estivesse ao serviço até à decisão do tribunal. Sempre que esta decisão seja e de inexistência de justa causa para o despedimento, o trabalhador terá direito, igualmente, a optar entre a reintegração imediata e uma indemnização de:
— Dois meses de retribuição por cada ano de antiguidade na empresa, não podendo ser inferior a oito meses para os trabalhadores com menos de cinco anos de casa.
— Três meses de retribuição por cada ano de antiguidade para os trabalhadores com mais de cinco anos de casa.

No caso de recusa por parte de entidade patronal em readmitir o trabalhador após o apuramento de que não há justa causa, o trabalhador terá direito a uma indemnização de seis meses por cada ano de antiguidade, nunca inferior a um mínimo de trinta e seis meses.

FÉRIAS

Os trabalhadores que estejam ao serviço da empresa há mais de um ano, terão direito a trinta dias de férias de calendário, sem prejuízo de retribuição normal por inteiro, ecrescida de um subsídio de 100 %. Os trabalhadores com menos de um ano de serviço terão direito a quinze dias de férias, em iguais condições, sendo o subsídio proporcional à antiguidade.

TRABALHO FEMININO

Às trabalhadoras é facultada a dispensa de comperência ao trabalho, 2 dias em cada mês, sem perda de retribuição. Durante o período de gravidez e até três meses após o parto, a entidade patronal fica obrigada a atribuir às trabalhadoras tarefas compatíveis com o seu estado, sem prejuízo de garantia de lugar, período de férias, subsídios e quaisquer outras regalias. Por ocasião do parto será concedido um período de licença de sessenta dias consecutivos sem perda de retribuição, podendo esse período ser dilatado nas mesmas condições, por mais trinta dias no caso do médico da Previdência o entender por conveniente.

Além disso, durante um período de 180 dias após a licença do parto, as trabalhadoras terão direito a duas horas por dia, seguidas ou interpoladas, sem perda de retribuição.

TRABALHADORES ESTUDANTES

Os trabalhadores que frequentam cursos de reciclagem ou de aperfeiçoamento profissional têm direito à redução de horário até ao limite de 120 horas anuais, sem prejuízo de remunerações ou regalias.

No caso do curso frequentado ser o ensino preparatório geral, complementar ou superior, oficial ou equiparado, a redução do horário será de uma hora diária durante o período escolar.

Por altura de prestação de provas, será concedida dispensa no dia do exame e no meio dia imediatamente anterior. Os trabalhadores deverão informar a entidade patronal, com trinta dias de antecedência, do início da frequência do estudo. No caso dos cursos de reciclagem e antecedência será de uma semana.

Entretanto, a entidade patronal custeará na totalidade as despesas de frequência dos cursos de aperfeiçoamento profissional ou reciclagem, se eles se integrarem no âmbito das actividades específicas da empresa.

ESTEJAMOS ATENTOS À PUBLICAÇÃO DO CONTRATO
E RESPECTIVAS TABELAS!

UNIDOS E ORGANIZADOS VENCEREMOS!

Lisboa, 29 de Agosto de 1975.

A DIRECÇÃO
DO SINDICATO DOS TRABALHADORES DE ESCRITÓRIO
DO DISTRITO DE LISBOA

Nacional

Notas do Banco de Portugal circulam nos Açores com carimbo da contra-revolução

A REVOLUÇÃO RECUA NOS AÇORES

Junta quer desnacionalizar empresas nacionalizadas

Continuação da pág. 1

No sentido de fornecerem esclarecimentos sobre o que se passa nas ilhas adjacentes e particularmente nos Açores, membros do Partido Comunista Português promoveram ontem uma conferência de Imprensa no Centro de Trabalho de Alcântara do PCP.

Contra a lei universal do desenrolar do tempo e contra os interesses dos trabalhadores açorianos, está-se a implantar de novo o 24 de Abril nos Açores.

A afirmação foi produzida por Blanqui Teixeira que insistindo no facto de os Açores fazerem parte integrante de Portugal, declarou: **Nenhum português pode ser indiferente ao seu futuro.**

Blanqui passou a referir-se, depois, à onda de terrorismo e à perseguição brutal que, nos Açores, atinge comunistas e outras organizações políticas e sindicais, padres católicos, militares e açorianos progressistas. Para o dirigente do PCP, «do que se trata nos Açores não é de independência ou não independência, é de exploração ou não exploração, é de opressão ou liberdade».

Reconhecendo que os Açores necessitam de uma larga autonomia administrativa (trata-se de acabar com um clima de abandono alimentado por 50 anos de fascismo) Blaqui Teixeira referiu-se, noutro passo, ao problema que considerava mais preocupante: «é que as autoridades dos Açores em vez de ajudarem, de proporcionarem condições para que os Açores não só ganhem o 25 de Abril como o 11 de Março, estão auxiliando concretamente o recuo no tempo, estão auxiliando a contra-revolução».

DESTRUÍDAS AS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS

Entretanto, o ponto da situação viria a ser feito por Carlos Fraião que, falando igualmente em nome do PCP, disse que se tornava urgente a solução dos problemas agudos que se avolumam nos arquipélagos dos Açores e da Madeira, sem o que assistiremos ao triunfo da manobra reaccionária da «independência». Foi dito que «nos Açores foram já suprimidas as mais elementares liberdades democráticas» e que «as medidas e posições oficiais de um poder local de características francamente reaccionárias vieram dar ampla cobertura 'legal' ao desenvolvimento de uma situação fascizante».

Não hesitando em referir-se às posições extremamente arbitrárias assumidas pelos governadores militares dos Açores e da Madeira, o representante do PCP viria a abordar, noutra altura, o caso das organizações separatistas clandestinas, «com apoios nos partidos conservadores legalmente organizados, e nos quais se entrincheiram aqueles cujos interesses de classe se opõem à construção do Socialismo em Portugal». O objectivo da «independência» por parte dessas forças — disse — oculta uma manobra política ultra-reaccionária que visivelmente consiste em tentar subtrair as ilhas à marcha de Portugal para o Socialismo e à qual estão fortemente associados interesses imperialistas.

Vejamos quem são os «libertadores». Nos Açores, a FLA (Frente de Libertação dos Açores), o CAJ 75 (Comité Açoriano da Juventude 75) e a FRIA (Frente Revolucionária para a Independência dos Açores). Na madeira, existem a FLAMA (Frente de Libertação do Arquipélago da Madeira), a UNIARMA (União dos Movimentos de Libertação do Arquipélago da Madeira) e a BRIMA (Brigada Revolucionária para a Independência da Madeira)

AGENTES DA PSP DISTRIBUEM PROPAGANDA SEPARATISTA

A julgar pelas afirmações produzidas ao longo da conferência de Imprensa, desde os fins de Maio vêm sendo levadas a efeito nos Açores, de modo aberto e impune, muitas vezes à luz do dia, acções contra-revolucionárias como estas: distribuição de propaganda separatista na via pública (na Horta foram detectados três agentes da P.S.P. a distribuírem propaganda às escondidas); preparação de emboscadas ao longo das estradas, contra os comunistas e outros antifascistas; provocações e agressões directas ao MFA, nomeadamente nas pessoas de tripulantes de barcos da Marinha de Guerra; distorções grosseiras e hostilizações frontais ao processo revolucionário português nas colunas diárias dos jornais, a par de uma defesa clara de separatismo nas suas páginas; «saneamento» de homens que estão ao lado da Revolução, chegando-se ao cúmulo de ser exigido o «saneamento» de militares, padres, professores, empregados — de todas as opções ideológicas — só porque são contra a FLA ou porque nasceram no continente; manipulações obscuras de trabalhadores que conduziram à aprovação de moções que repudiam as nacionalizações efectuadas nas respectivas empresas: os recentes e violentos assaltos, incêndios e agressões levados a cabo contra os centros de trabalho do P.C.P. e os seus militantes em Angra, Ponta Delgada, Vila Franca do Campo, Ribeira Grande, Sta. Cruz da Graciosa e Horta.

Na Madeira, sobretudo nos últimos quinze dias — esclarece o P.C.P. — também se tem agravado a escalada de violência reaccionária e separatista: têm-se sucedido os atentados bombistas e viaturas de militantes do P.C.P. e nas residências ou locais de trabalho de elementos progressistas.

APOIO À INDEPENDÊNCIA: P.S., P.P.D. e C.D.S.

Nos Açojes, circulam por toda a parte notas do Banco de uPortugal cvm o carimbo «FLA» ou com a inscrição «FLA Independência dos Açores». Por parte das autoridades militares — disse-se — não foi tomada qualquer decisão no sentido de que não só os bancos como os estabelecimentos comerciais não recebam estas notas. Fecha-se os olhos. «A actual Junta Governativa tem já nos seus planos desnacionalizar empresas nacionalizadas, e faz parte da Junta alguém que se declara da Frente de Libertação dos Açores».

Quanto aos partidos políticos: Em Ponta Delgada, P.P.D., em todo o tipo de ideias que desenvolve, favorece o clima de agitação. Aliás, foram vistos em manifestações separatistas elementos respossáveis do P.P.D., alguns dos quais davam a entender que restava ao Povo um «comunismo de miséria» como única alternativa para a independência..

Muito mais claro está, no wentanto, a posição do C.D.S. chegou, inclusivé, a referir-se à necessidade de um referendo. Significativamente, assina os comunicados como como o C.D.S. Açoreano.

Pela sua parte, o P.S., à medida que prossegue a violênta campanha anti-comunista, vai perdendo aderentes. Numa reunião recente em Angra apareceram, somente, 14 militantes. Para contestar. Da Horta um dirigente do partido (o dr. Jaime Gama) recusou-se a dar uma resposta clara aos militantes quanto è posição do P.S. face à FLA. Muitos abandonaram a sala, e o partido.

PLANO ECONÓMICO DO MINISTÉRIO DO TRABA

UMA CRESCENTI PARA GARANTI

..Criar um esqueleto básico da estrutura económica por forma a contribuir para a estabilização da vida política portuguesa na defesa do princípio de que o aspecto económico condiciona e determina os parâmetros políticos e as necessidades das populações é, em síntese, a justificação para o Plano, a que o major Costa Martins chama complicação de ideias , do Ministério do Trabalho, que anteontem foi tema principal da reunião do Conselho Económico entre os muitos assuntos de natureza económica que lhe foram apresentados. Não surpreende, portanto, que a definição das orientações relativas à demarcação dos sectores públicos e privados no âmbito dos princípios definidos nas linhas de acção programatica e tarefas de transição do Governo com vista à aprovação de uma resolução sobre matéria em próximo Conselho de Ministros, bem como a apreciação da situação em diversas empresas de intervenção do Estado, como decisões tomadas nessa sessão de trabalho tenham levado em conta o respectivo documento de 30 páginas e três quadros que regulamentam na sua diversificação centralizadora a estrutura produtiva, o departamento sectorial da construção civil e obras públicas e uma proposta de estrutura para o Comérico Externo.

Assinala o plano ser premente criar órgãos de gestão central para o conjunto de cada sector estatal de modo a facilitar uma direcção racional, planificada e homogénea para cada um deles, porque sem planificação dos sectores fundamentais da economia não há arranjo de forma organizada, Nesse enquadramento e porque os objectivos imediatos do Plano incidirão sobre a resolução do problema do desemprego, a redução do défice da balança de pagamento e o aumento do PNB, urge que, paralelamentte a essa planificação dos sectores fundamentais, esse esqueleto disponha da necessária flexibilidade que permita os ajustamentos que a evolução política venha a determinar e de forma a evitar a elaboração de novos planos económicos que, muitas das vezes, o ritmo dos acontecimentos ultrapassa.

FACILIDADES DE CREDITO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

O âmbito do programa, quando muitas das grandes empresas ainda não foram nacionalizadas e o Plano se dispõe a salvaguardar esse aspecto através de propostas para uma simbiose de actuação e objectivos, bem como a sua dimensão, são aspectos que o documento tem em conta e reconhece, posto que muitas das pequenas e médias empresas. como foi salientado no Congresso da CIP efectuado no Laboratório de Engenharia Civil pouco mais de um mês, atravessam uma situação crítica e degradante originada pelo aumento dos seus custos de produção, diminuição generalizada da produtividade e vendas e graves problemas de liquidez, prevê, assim, apoio e estímulo às mesmas através de facilidades de crédito, carácter financeiro, assistência técnica, garantia do abastecimento das matérias-primas essenciais e de colocação de toda a sua produção e pronto pagamento de todas as suas vendas. Aponta ainda o documento para a participação de todos os trabalhadores por forma a que o planeamento seja efectivamente cumprido.

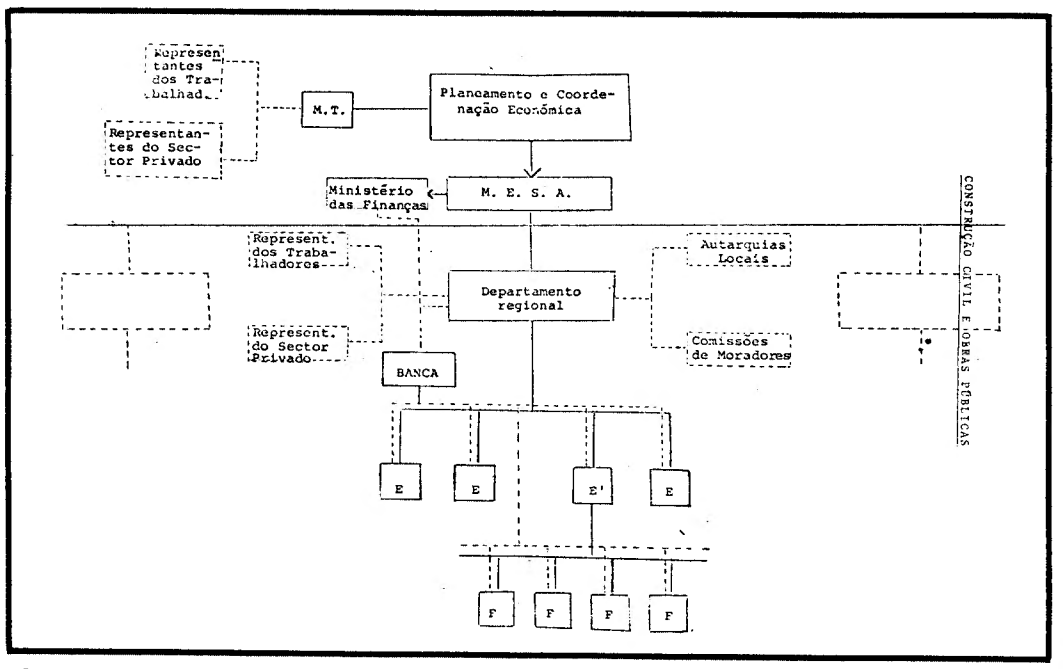
O Estado tem que se substituir», refere noutro passo o Plano ou compilação de ideias , à iniciativa privada investindo sem demora em novos empreedimentos «produtivos» porque não parece ideal, neste momento, que empenhe na aplicação dos escassos recursos de que dispõe em Obras Públicas que criam empregos temporários sem efeito multiplicador. É, também, em unidades indiustriais com efeito multiplicador elevado que se criam postos de trabalho numerosos e permanentes de modo a aumentar a produção nacional e a minorar, simultaneamente, o défice da balança de pagamentos e o desemprego. «Não é», assinala mais adiante o documento, essencialmente por falta de Obras Públicas que a economia está em crise». É», sublinha-se mais adiante, pela quase total ausência de investimentos, pela retracção da iniciativa privada . É essa retracção que, não aumentando a oferta de empregos, quer na construção civil, quer noutros ramos industriais, que provoca uma taxa cada vez mais acentuada no desemprego.

APLICAÇÃO REGIONAL NA CONSTRUÇÃO CIVIL

..O esquema de intervenção apresentado para o vastíssimo sector da Indústria Transformadora, da Construção Civil e do Comércio Externo — três aspectos que polarizam as linhas mestras do Plano — merece no documento algumas considerações prévias, encaradas sob forma genérica e particularizante para o primeiro campo Indústrias Transformadoras), e menos minuciosamente para os outros ramos.

No que respeita à Construção Civil o esquema tem em conta a sua aplicação regional, adaptando-se a todo o sector e justificando-se a sua aplicabilidade imediata pela urgência em dinamizar urgentemente tão crítico sector. Relativamente ao Comércio Externo, a forma de intervenção estatal terá de ter em conta a sua importância no conjunto da economia e a degradante situação da balança de pagamentos, justificando-se, até, que em determinados casos a intervenção estatal se opere de imediato, não pondo em causa actividades particulares, uma vez que, pelas suas relações internacionais lhes competirá por ora assegurar o fluxo de exportação.

Nesta fase de transição para o socialismo — refere ainda o texto — «deverá a economia portuguesa dispor de uma estrutura básica que permita uma evolução suave, sem grandes sobressaltos nem convulsões ou solavancos, porque a maior ou menor rapidez da transição será determinada pela própria dinâmica do proces-



A estrutura produtiva apontando para a desburocratização do aparelho de Estado

Nacional

ALHO

E INTERVENÇÃO DO ESTADO
R A INDEPENDÊNCIA NACIONAL

so e pelas condições objectivas do mesmo . Considera o Plano que uma mudança brusca na economia poderá levar a uma grave desorganização da mesma com reflexos incómodos, designadamente em matéria de desemprego, baixa na produção e incapacidade de adaptação aos novos mercados internacionais. E, para a garantia de um normal funcionamento e do desenvolvimento da economia, tornando-se necessária a criação de uma estrutura adaptada às realidades actuais, propõe o documento que essa mesma estrutura, no avanço para o socialismo se processe sem perturbações no sector laboral de modo a que a rentabilidade se não ressinta das novas medidas nem que a fuga de «quadros se verifique.

DESBUROCRATIZAÇÃO DO APARELHO DE ESTADO

. Na reformulação estrutural que se pretende para a indústria, no sector produtivo, o Plano aponta como objectivos imediatos a desburocratização do aparelho de Estado tornando-o actuante em relação mesmo ao sector produtivo, de modo a evitar a duplicação de orientações dispersas ao nível de sectores, uma efectiva coordenação, controlo e orientação dos mesmos, uma centralização, ao nivel sectorial, das orientações de planificação global a fim de permitir uma reelaboração com base nas indicações concretas fornecidas pelas unidades de produção e uma orientação do sector crédito como se pode ver no quadro aqui apresentado e financiamento, para além da ligação entre o controlo da economia e o controlo da produção ao nível de empresa. Relativamente à criação de departamentos sectoriais, a curto prazo, prevê o mesmo documento a reorganização dos sectores em crise através de uma secção coordenadora das empresas nacionalizadas e com intervenção governamental, o estudo e aplicação de financiamentos concedidos pelas instituições de crédito, a tomada de resoluções em relação a algumas empresas em situação de crise declarada, bem como uma «inspecção» nas empresas para as quais foi requerido a aplicação do Decreto-Lei 660/74.

O departamento sectorial estará dependente do Ministério da Indústria, sendo o responsável pelo planeamento do sector, porque lhe é cometida a supervisão e execução do mesmo, assim como o controlo de actvidade do sector. O quadro mostra, ainda, assinalado em *E*, as empresas públicas ou privadas concorrentes para o Plano, as empresas públicas centralizadoras da produção e outras que, privadas ou públicas, concorrem para a produção de uma empresa pública. Refere noutro passo o documento que poderão ser criados subdepartamentos sectoriais, quando tal se justifique, nomeadamente por razões de ordem geográfica.

PESCAS E CONSERVAS E SOLOS URBANOS

. A publicação de uma lei de solos urbanos, a definição do sistema do crédito bancário à construção, a simplificação do sistema do concurso de obras públicas e a elaboração e publicação de planos de urbanização para os agregados populacionais com um número de habitantes superiores a fixar em relação a um limite são propostas do documento para fazer face à paralisação que afecta a construção civil e as obras públicas. Este sector deverá ter como base a cobertura do País através de um rede de departamentos regionais vejamos o quadro que acompanha esta matéria dependentes do Ministério do Equipamento Social e Ambiente, cuja competência incide sobre elaboração de planos de urbanização para as suas regiões, projectos de tipo de habitação, expropriação de solos urbanos necessários à execução dos planos e coordenação no sector da construção em ligação directa com a empresa em regime de sub-empreitada ou sub-contratação por forma a manter em funcionamento empresas privadas, dado que não se justificam os desfasamentos ainda existentes entre os términos de determinadas obras e outras com inícios retardados.

Não se justifica, também — e o Plano refere-o —, que as obras públicas municipais estejam a ser levadas a cabo pelas autarquias locais em directa administração. Visa a proposta, assim, eliminar esse aspecto, posto que a ausência de capacidade e estrutura técnica das edilidades para o fazer nas melhores condições aumente o custo de obra. Nesse aspecto tem o Governo de definir concretamente a sua actuação nesse campo, para que a colectividade não arque com os encargos e défices das empresas falidas onde interveio.

Pescas e conservas debatem-se com dois graves problemas forte flutuação de preços e deficiente abastecimento do mercado, mormente no que respeita à indústria conserveira. Refere nesse aspecto o Plano que estes problemas só se resolverão, encarando desde já a solução dos dois principais estrangulamentos existentes, a renovação da frota diminuta e obsoleta) e a montagem de uma rede de frio nos principais portos pesqueiros. Sem esta rede os preços do peixe estão sujeitos a fortes flutuações e é impossível um normal abastecimento da indústria conserveira, o que lhe acarreta as graves dificuldades que neste momento atravessa».

Como a existência, acentua-se em seguida, de uma rede de frio poder-se-ia garantir a compra do peixe por exemplo através de uma empresa nacional) que abasteceria o mercado consumidor garantindo preços de compra e venda, podendo ao mesmo tempo garantir o abastecimento à indústria conserveira. Sujeita às contigências actuais dificilmente esta indústria se poderá manter, pois não conseguirá assegurar uma laboração normal e um mínimo de dias de trabalho semanal.

INDEPENDÊNCIA NACIONAL NA POLÍTICA DE EXPORTAÇÕES

. Fortemente dependente do Comércio Externo, que em 1973 representou cerca de 48 por cento do PNB (18 por cento para as exportações e 30 por cento para as importações , é necessário colocar a economia nacional, porque dela se ocupa desenvolvidamente o Plano do Ministério do Trabalho, ao serviço da Economia em geral, que o mesmo é dizer ao serviço das populações.

Assinala nesse aspecto o documento

. A concentração geográfica das importações e exportações num número reduzido de países da Europa ocidental, da América do Norte torna o nosso País dependente economicamente e permite uma grande vulnerabilidade do comércio externo português repercutindo na nossa economia as crises inerentes ao sistema capitalista. Uma verdadeira política de independência nacional passa obrigatoriamente pela conquista da independência económica a nível interno e externo já que esta condiciona aquela. Assim, para inflectir para o objectivo prioritário de independência nacional é fundamental intensificar as relações económicas externas com os países socialistas e com os países do Terceiro Mundo, que actualmente se apresentam como clientes e fornecedores importantes por três razões essenciais 1. — Porque podemos diversificar a nossa fonte do abastecimento quer de matérias-primas, quer ainda de produtos alimentares, de equipamento, de know-how», etc. 2.— Porque podem permitir o desenvolvimento de trocas equilibradas; 3. — Porque podem permitir o escoamento da produção nacional oriundos de sectores em crise .

Na indispensável reestruturação deste sector, para o qual se impõe uma intervenção estatal crescente, tenhamos em conta que a importação de produtos ligados à alimentação não tem deixado de crescer nos últimos anos, o que faz acentuar a nossa dependência externa com a consequente saída de divisas, particularmente na importação de cereais. Espera-se que os efeitos da reforma agrária possam contribuir, com a rapidez necessária nesse aspecto, para a redução dos preços e do consumo, de modo a que o valor de compras que em 1974 se cifrou em 22 milhões de contos mais 72,5 por cento que no ano anterior) possa ser encurtado. A intervenção estatal, de acordo com o esquema do Plano, poderá ainda eliminar as actividades parasitárias de determinados importadores que auferem lucros avultados com produtos que nem sempre são transaccionados nas bolsas internacionais.

Esforço sério , aponta o texto do major Costa Martins, deverá ser levado a cabo, também, no sector agrário, dada a dependência de Portugal no que se refere à importação de produtos alimentares . Repetimos esbanjamos 22 milhões de contos, ou uma grande parte desse total, em importações no ano findo. Nesse domínio, sublinha o Plano: «Considerando que a anulação do déficite da Balança Comercial não se consegue apenas com a substituição das importações por haver produtos que por falta de condições ou escassez de mercado nunca viremos a produzir, *haverá que fazer um esforço sério na exportação, quer promovendo e incrementando as actuais exportações, quer investindo na produção de novos bens que sejam exportáveis».*

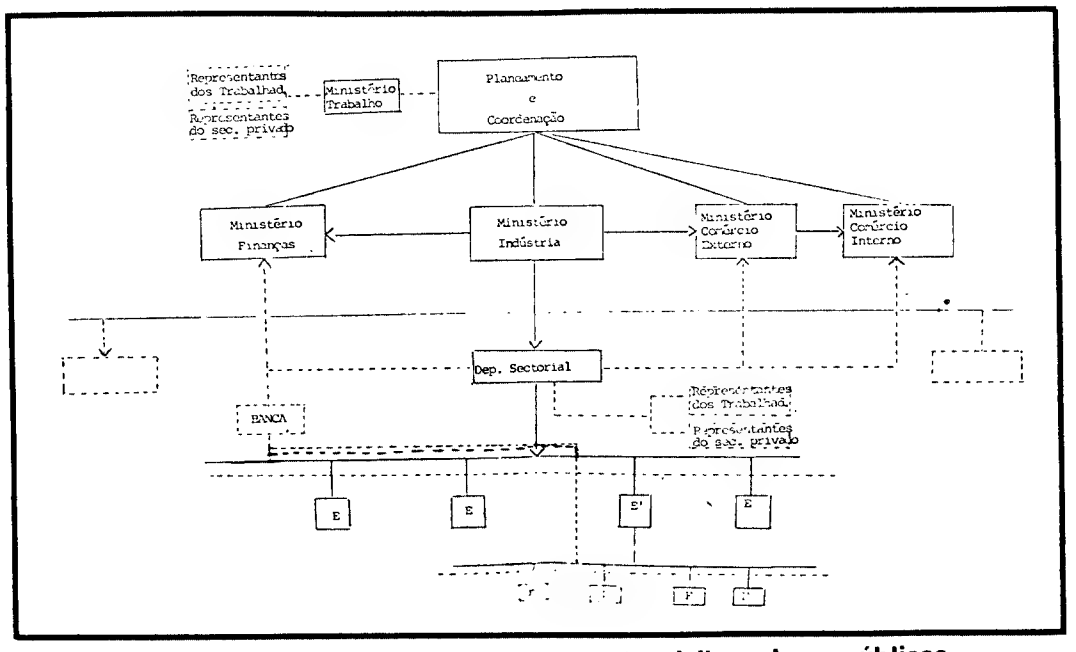
SUPORTE DE APOIO ÀS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

. A nacionalização do Comércio Externo, conforme o Plano refere, permitirá uma política de independência nacional progressista, uma reorientação do mesmo e o termo da importação de bens supérfluos com a consequente alteração da estrutura de consumo das classes economicamente mais desfavorecidas. Torna-se, assim, necessária a criação de um organismo estatal que controle, de facto, os valores importados e exportados de molde a pôr fim à subfacturação e à sobrefacturação.

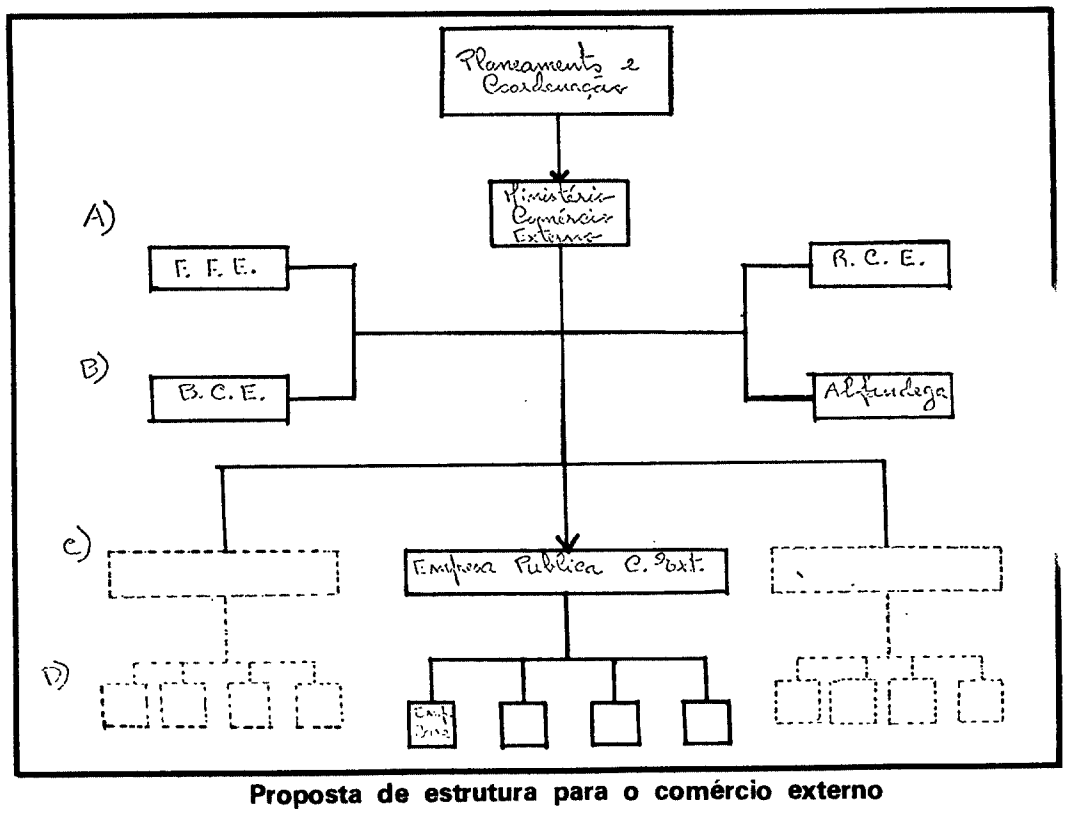
Nas Empresas Públicas Sectoriais há razões de ordem política, que a seguir escalonamos, a ter em consideração, nomeadamente o reforço do isolamento dos monopólios e o reforço da independência nacional o suporte de apoio às pequenas e médias empresas o controlo estatal do comércio externo num Portugal socialista e a canalização para a colectividade de proventos retidos no sector privado. Razões de ordem económica forte dependência da economia nacional do comércio externo, economia fortemente deficitária, desequilíbrio estrutural da balança comercial, forte concentração das exportações num número reduzido de produtos, concentração do comércio externo em países capitalistas desenvolvidos e reorientação das nossas exportações para produtos em que o valor acrescentado seja mais significativo. E, por último, implicações de ordem comercial assim esquematizadas fragilidade das unidades produtivas nacionais face à concorrência internacional, dificuldades de um grande número de empresas em enfrentarem os problemas de exportaçao e prepomderância do sistema monopolista, posto que 92 empresas 2,5 por cento do total exportam mais de 50 por cento do total das nossas exportações, 382 10 por cento exportam cerca de 30 por cento e, finalmente, 3312 empresas 37,5 por cento exportam os restantes 20 por cento. É através destas empresas públicas que poderá revestir-se de fundamental a intervenção estatal, actuando sectorialmente por meio de organismos de coordenação económica já existentes, e intervindo, ora monopolisticamente, ora por implantação gradual e progressiva — conforme os sectores — com a flexibilidade que a estrutura do nosso Comércio Externo aconselha e a situação deficiatária impõe.

Ao anco do Comércio Externo e ao Fundo de Fomento

Continua na pág. 18



Linhas de recuperação na construção civil e obras públicas



Proposta de estrutura para o comércio externo

Estrangeiro

LAOS: "LIBERTAÇÃO" DEMOCRÁTICA

BRUNO DE THOMAS

Vivendo em paz dois anos antes dos seus vizinhos Khmer e Vietname — após a assinatura dos acordos de Vienciana em 21 de Fevereiro de 1973 — o Laos aparecia na cauda das revoluções indochinesas. Isto porque a frente patriótica escolheu o caminho difícil da democracia.

Escaldado pelas duas experiências de Governo de União Nacional de 1957 e de 1962, que terminaram em 1958 pela prisão dos dirigentes de esquerda em em 1964 pela fuga dos mesmos para não sofrerem idêntica sorte, o Pathet-Lao exigia certas garantias antes de regressar a Vienciana.

O enfraquecimento da posição americana em 1973 e o reconhecimento na pessoa do príncipe Souvana Phouma de um verdadeiro nacionalista, permitiram a assinatura dos acordos de Vienciana e particularmente a neutralização das duas principais cidades ainda na posse da direita Luang-Prabang, a capital real e Vienciana a capital administrativa. A incorporação das tropas do Pathet-Lao numa força mista assegurava a segurança dos dirigentes da frente patriótica nestas duas cidades.

A partir destes acordos — vitória das forças de esquerda que controlavam quatro quintos em vez de compromissos — iria desenvolver-se um processo político sem falhas que deveria conseguir a libertação da cidade de Vienciana, sábado 23 de Agosto de 1975, pelos seus próprios habitantes.

A RETIRADA AMERICANA

Em 1973, quando a facção de Vienciana — a direita — disputava algumas pastas ministeriais, tão remuneradas como honoríficas, a esquerda, dava particular importância ao Conselho Político Nacional da Coligação C.P.N.C.) que inspirou uma política que o Governo Provisório de União Nacional (G.P.U.N.) seria encarregado de aplicar.

Em 24 de Maio de 1974, um programa político nacional de dezoito pontos, foi adoptado por unanimidade pelo Conselho sob a presidência do príncipe Souphanouvong, dirigente da frente patriótica laociana. Além das grandes orientações da acção governamental, previam-se as modalidades para a resolução definitiva do conflito e em particular o restabelecimento das liberdades democráticas indispensáveis a fim de permitirem eleições realmente livres.

Estas liberdades definidas, este programa político — praticamente seu — adoptado, a frente patriótica vai assistir — quase como espectador — à revolução lao na facção de Vienciana, contentando-se em organizar os movimentos de massas, em os dirigir e os proteger.

Nos dias 1 e 9 de Maio de 1975, pouco depois da queda de Saigão e Phnom-Penh, manifestações populares contra a carestia da vida, contra a presença americana e contra certos ministros da direita, acusados de se oporem à aplicação dos acordos e do programa político, levam quatro ministros a deixar o país na companhia de numerosos generais e altos funcionários, membros dessas grandes famílias que regiam a política e a economia do Laos desde a independência.

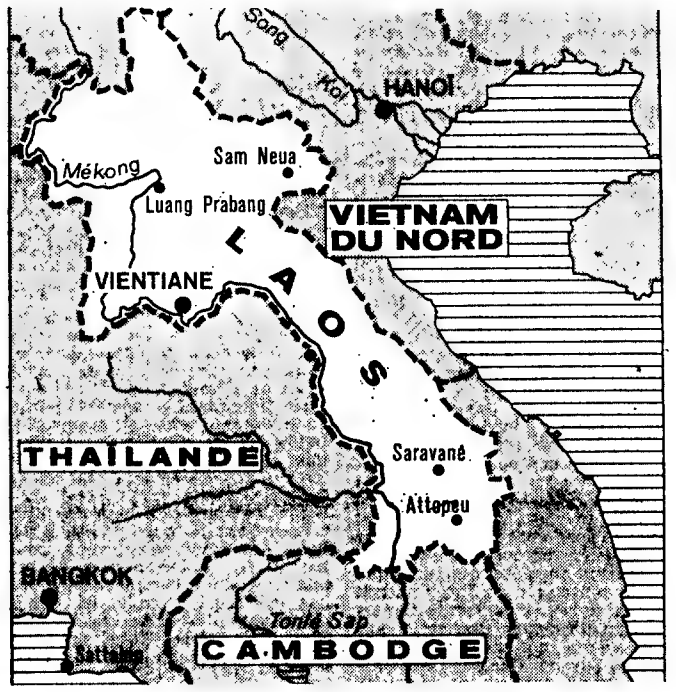
Os movimentos populares surgem então no país inteiro tanto mais facilmente que o reino atravessa uma crise económica e financeira sem precedentes o preço do arroz quintuplicou em três anos e a moeda — o kip — desvaloriza-se cada dia sob a pressão dos comerciantes vietnamianos e chineses desejosos de deixarem o país, mas com dólares.

Esta revolução de Maio-Junho terá como resultado a retirada dos americanos que, de mil e oitocentos no princípio do ano ficarão reduzidos a cem no mês de Julho, e provocará também um saneamento na administração e no Exército, enfim, foram ultrapassados os acordos de Vienciana, a pedido das populações da província que exigiam a entrada das tropas do Pathet-Lao nas suas cidades para as proteger de uma eventual agressão dos homens da direita refugiados na Tailândia.

Mas sobretudo o Laos vai tornar-se uma imensa universidade popular. Os funcionários mais corrompidos serão enviados para um estágio de reeducação, primeiro perto de Vienciana e depois para Sam-Neua na zona do Pathet-Lao, o mesmo acontecendo com os militares. Em vez de participar numa administração considerada como muito corrompida, os partidários da frente, ajudados pelo movimento das vinte e uma organizações movimento político próximo da frente, que reúne estudantes, camponeses, militares, funcionários, professores... vão multiplicar os seminários de formação política nos escritórios, nas casernas, nos pagodes.

De cada vez, estuda-se a situação no mundo, na Indochina no Laos e o programa em dezoito pontos. Trata-se, ao despertar a consciência política da população, de lhe fazer compreender a necessidade de destruir a antiga administração e de ela própria tomar o poder, de se libertar.

Segundo o modelo de conselho-governo, uma nova estrutura foi posta em prática ao nível nacional com uma comissão administrativa revolucionária que orienta e controla a acção de uma comissão executiva e isto nas aldeias, nos distritos, nas províncias. A comissão administrativa revolucionária compreende representantes do povo e das diversas camadas sociais que escolhem uma equipa de gestão administrativa.



Esta libertação desenvolveu-se, no mês de Agosto, em todo o Laos com a excepção de Vienciana e Luang-Prabang. A 18 de Agosto, uma comissão revolucionária foi instalada na capital real, e finalmente a 23 de Agosto em Vienciana, última cidade a ser libertada.

Ao mesmo tempo eram suprimidas as forças mistas, que já não são necessárias na situação actual. A segurança é feita agora — em cooperação com a Polícia e o Exército — por milícias populares.

Mais frequentemente do que a bandeira vermelha ornamentada com um elefante branco, flutua agora em Vienciana a bandeira encarnada e azul da frente patriótica sinal do seu ascendente sobre a totalidade do Laos. Ao tomar o Poder por acção militar a esquerda preferiu a via democrática. Ao anunciar, desde a criação da comissão revolucionária, a sua obediência ao Governo Provisório de União Nacional deu uma prova suplementar, mesmo se este Governo aparece cada vez mais como uma ficção. O próximo acto da revolução nacional democrática lao será sem dúvida a preparação das eleições gerais recentemente anunciadas para 1976.

Países pobres cada vez mais pobres

. A recessão não afecta apenas os países ricos. Atinge gravemente as nações proletárias, e, sobretudo, os pobres entre os pobres, aqueles cujo rendimento por pessoa é inferior a cinco mil escudos por ano. Para o bilião de pessoas que subsistem abaixo deste limiar de miséria, o rendimento médio «não aumentou absolutamente nada» durante os últimos doze meses, indica o Banco Mundial no seu relatório anual.

O futuro é igualmente inquietante: segundo as extrapolações daquela instituição internacional, o rendimento destes povos ameaça aumentar apenas de 1 por cento ao ano daqui até ao fim da década. Ora, para que os Estados em vias de desenvolvimento consigam alcançar «um grau razoável de desenvolvimento económico e social», a sua taxa de crescimento deveria atingir 6 por cento ao ano daqui a 1980. Cava-se assim ainda mais o abismo entre as nações desenvolvidas e as outras, acentuando-se mesmo no interior do Terceiro Mundo o atraso das mais desfavorecidas.

Outro índice dramático: o número de homens que vivem numa «pobreza absoluta», subsistindo com o auxílio de um rendimento anual inferior a sete mil e quinhentos escudos por pessoa (650 milhões) aumenta em cerca de 2 por cento ao ano. O analfabetismo alastra: atinge hoje perto de cento e cinquenta milhões de indivíduos maiores de quinze anos. Se não forem tomadas rapidamente medidas adequadas, dentro de dez anos serão mais cento e cinquenta milhões. Em numerosas nações as despesas públicas de saúde representam no total, menos de um dólar (cerca de 25$00) por habitante...

Face a esta acumulação de sombrias estatísticas, não vale a pena cultivar a má consciência ou ceder a uma espécie de fatalismo. Segundo o Banco Mundial, primeiro que tudo há que aumentar de modo maciço o auxílio aos países mais pobres, aqueles que não podem pagar as importações necessárias para o seu arranque, e, com este fim, «garantir a cooperação entre países industrializados, países exportadores de petróleo e países em vias de desenvolvimento».

Mas a contribuição de capitais não basta: para que, no seu conjunto, o mundo em vias de desenvolvimento atinja o objectivo de um crescimento anual de 6 por cento, o auxílio dos países industrializados tem de passar de 0,33 por cento do produto nacional bruto (foi assim em 1974, quando em 1963 de 0,51 por cento) para 0,81 por cento em 1980. Ora, segundo as estimativas actuais do Banco Mundial, o montante de auxílio ameaça vir a representar apenas 0,24 por cento do P. N. B. em 1980. A Suécia tem sido até aqui, o único país a atingir o nível de auxílio de 0,7 por cento que, em tempos, os Estados da O. C. D. E. a si próprios se fixaram.

A tendência deve ser alterada com a máxima urgência: uma mudança de política parece indispensável por razões, tanto financeiras como psicológicas. A caridade internacional não é uma solução. Trata-se, para as nações industriais, de abrir as suas fronteiras às importações de produtos de base — para assegurar receitas importantes aos produtores — e liberalizar as suas compras de artigos manufacturados — que representam actualmente um quarto das exportações totais dos países em vias de desenvolvimento, mas apenas seis por cento do comércio mundial destes produtos.

Num Universo perturbado pela crise e que se encerra nos egoísmos nacionais não será utópico pensar-se numa tal mudança? E será lícito pensar ainda que um aumento do auxílio e uma liberalização do comércio remediariam os dramas actuais ou futuros sem que profundas alterações de estrutura se operem igualmente nos países da fome? Aqui a política condiciona a economia.

E. «Le Monde»

A paz e a segurança são essenciais para o desenvolvimento

. MOSCOVO, 30 (ANI) — A Imprensa soviética abordou ontem o aspecto da evolução económica mundial, a qual influi directamente no grau de estabilidade da paz e da segurança universal.

Esse problema reflectiu-se nos documentos finais da Conferência de Segurança e Cooperação na Europa.

Como assinalou Leonid Brejnev, secretário-geral do CC do PCUS, no seu discurso proferido em Helsínquia, a conferência aprovou uma série de acordos importantes que vêm completar o desanuviamento político como o militar.

Isso é também um grau qualitativamente novo no fortalecimento da confiança entre os Estados».

Atribuindo um significado decisivo à garantia da paz e da estabilidade do clima internacional, os países em desenvolvimento da África vêem nisso a garantia de uma solução eficiente dos problemas socioeconómicos vinculados à liquidação dos resquícios do colonialismo e à ascensão da economia e da cultura nacionais.

Como declarou R. Andriamanjato, membro do Conselho Mundial da Paz e prefeito da cidade de Tananarive, apenas em condições do desanuviamento e de segurança, para o que contribuiu a conferência de Helsínquia, é que os países desenvolvidos poderão destinar novos meios para a ajuda económica aos países em desenvolvimento...

ORÇAMENTOS MILITARES

«Nós, africanos, vemos já agora que a conferência de Helsinquia oferece as possibilidades de se estabelecerem novas formas de cooperação pacífica entre todos os povos no Mundo, novas formas de ajuda aos países em desenvolvimento e novas perspectivas para o progresso social e económico dos povos», frisou Andriamanjato.

Com respeito a isso, convém lembrar a resolução tomada por iniciativa da União Soviética na 28.ª sessão da Assembleia Geral da ONU de reduzir em 10 por cento os orçamentos militares dos países membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU e de utilizar uma parte dos recursos economizados para ajudar os países em desenvolvimento.

Essa e outras iniciativas importantes da URSS — a convocação da Conferência Mundial de Desarmamento, a não utilização da força nas relações internacionais, a proibição definitiva da utilização de armas nucleares, a necessidade de se chegar a um acordo que proíba a criação de novos sistemas e tipos de armas de extermínio em massa — encontram um amplo apoio de todas as pessoas de boa vontade.

Por outro lado, as iniciativas citadas acima testemunham sobre a política consequente e invariável de paz e cooperação em pé de igualdade seguida pela União Soviética e outros países da Comunidade Socialista.

CONTRA A «GUERRA FRIA»

Essa linha de paz e defesa da sobernia e da independência nacionais dos países, tanto grandes como pequenos, foi completamente reflectida nas posições dos países socialistas na preparação e realização da Conferência Europeia.

A conferência, convocada por iniciativa dos países da Comunidade Socialista e apoiada pelos países da Europa, os E.U.A. e o Canadá fez um balanço dos resultados políticos na Segunda Guerra Mundial, confirmou a inutilidade e a nocividade da política de força e da «guerra fria».

Além disso, abriu novos horizontes para a solução do problema central de nossos dias: a garantia da paz e da segurança dos povos.

Eis porque é perfeitamente justo que os povos do continente africano encarem os resultados da Conferência Europeia como uma contribuição significativa para a elaboração e efectuação das normas de direito internacional que correspondem aos interesses vitais dos jovens Estados independentes e dos movimentos de libertação nacional.

No tocante aos dez princípio da soberania e da Helsínquia, o jornal «Zambia Daily Mail» assinalou que o mais importante deles, o vrincípio da sobernia e da igualdade das nações e o de não utilização da força ou ameaça de sua utilização, é um dos princípios básicos pelo qual se orienta a União Soviética.

Os dez princípios, frisa adiante o jornal, abrangem praticamente quase todos os ângulos da vida da sociedade humana, não apenas na Europa, mas também em todo o Mundo, inclusive na África.

O DIREITO À PAZ

Avaliando os resultados da conferência de Helsínquia, do ponto de vista das novas possibilidades para a solução de sérios problemas e desacordos internacionais, através de conversações pacíficas que abrem perspectivas para garantir o progresso social e económico dos povos, os homens públicos, eminentes, da Imprensa e da rádio dos países africanos consideram que a experiência da Conferência Europeia é de grande importância para eles.

De facto, a resolução de muitos problemas regionais africanos, assim como das relações dos países independentes da África com o mundo exterior podem ser complementadas com os métodos e a experiência dos participantes da Conferência Europeia e dos acordos por eles alcançados, levando-se em consideração os pontos de vista e os interesses de todos, mediante a concordância geral.

Como assinalou o jornal «Khiddigta Oktober» da Somália, os documentos assinados na conferência contribuirão, sem dúvida, não apenas para melhorar a atmosfera na europa, que durante séculos foi arena de guerras, mas também para o progresso geral de desanuviamento no mundo.

Sim, as resoluções desta conferência tem um grande significado, e não apenas para os europeus.

Cada homem do nosso planeta tem direito à paz.

O desanuviamento deve ampliar-se, aprofundar-se e difundir-se a todas as regiões do Mundo.

Estrangeiro

SEGUNDO OS MEIOS POLÍTICOS

Reforçado o processo revolucionário no Peru

. LIMA, 30 — (F. P. e A. N. I.) — O processo revolucionário peruano saiu reforçado na sexta-feira com a tomada do Poder pelo general Francisco Morales Bermudez, pensavam os meios políticos horas depois do «pronunciamento» do Exército, a que aderiram a Marinha, a Aviação e a Polícia.

Considerado «conservador» quando era ministro da Economia, o general Morales Bermudez agiu com decisão quando se tornou primeiro-ministro e ministro da Guerra,no começo deste ano, a favor do processo revolucionário.

Tinham surgido dentro do exército duas correntes, uma «radical», de que faziam parte o general Morales e os «coronéis» — agora generais — do golpe de Estado de Outubro de 1968, e outra «moderada», que englobava os «conservadores» dirigidos pelo general Januario Tantalean Vanini, ministro da Pesca, que se encontra na Europa. Esta corrente tornara-se de tal forma preponderante que o general Velasco Alvarado tinha, dizem nos meios políticos, cada vez mais tendência a confiar nela. Isto explicaria, dizia-se, a expulsão quase sistemática do país há algum tempo, dos intelectuais extrema-esquerda, entre eles muitos jornalistas conhecidos. Além disso, publicações da esquerda, como «Sociedad y Política», dirigida por Anibal Quijano e Julio Cotler, e «Marca», dirigida por um grupo de marxistas foram encerradas e os seus directores expulsos do Peru. Os principais dirigentes do grupo dos moderados, acrescenta-se, constituem um verdadeiro bastião político na medida em que domina o Ministério do Trabalho, o Ministério da Indústria, o sector industrial, o sector da Pesca, o serviço de Informação, os jornais, a Rádio e a Televisão.

MENSAGEM DE ALVARADO

«Ao afastar-me da condução do processo revolucionário, responsabilidade que assumi em 3 de Outubro. de 1968, faço-o com a íntima satisfação do dever cumprido e de ter erguido as bases para um novo Peru», afirma Velasco Alvarado numa mensagem à Nação, depois de ter sido substituido na chefia do Governo peruano pelo general Francisco Morales Bermudez.

Velasco Alvarado acrescenta que, «como gestor e condutor da revolução peruana», agradece «ao povo da Pátria, às Forças Armadas e policiais», o apoio concedido nesta difícil tarefa de transformar a nossa sociedade e pede finalmente «a todos os homens e mulheres do Peru, com uniforme e sem ele», a «manterem-se sempre unidos e a dar todo o apoio que requeira a continuidade do processo revolucionário».

PROCLAMAÇÃO

. É o seguinte o texto do «Manifesto ao País» divulgado pelos chefes do golpe de Estado peruano:

«Nós peruanos que desejamos uma Pátria livre em que se realizem os indivíduos como pessoas, assim como a sociedade peruana, em pleno, pronunciamo-nos revolucionariamente para eliminar os personalismos e os desvios que o nosso processo vem sofrendo por aqueles que se equivocaram e não avaliaram o exacto sentir revolucionário de todos os peruanos.

«Confiamos em que a direcção que o senhor general de divisão Francisco Morales Bermudez Cerrutti imprima ao novo Governo peruano concretize as justas aspirações do povo, das Forças Armadas e das forças policiais do Peru».

O comunicado salienta que o general Morales Bermudez teve o apoio das cinco unidades do Exército peruano além da Polícia, durante o golpe de Estado que apanhou de surpresa a Nação e os membros do gabinete.

Não há ainda notícia de que tenha havido oposição ao golpe ou recontros armados.

O ministro peruano dos Negócios Estrangeiros, Miguel Angel de La Flor, regressou imediatamente ao palácio do Governo em Lima, depois da Conferência dos Países Não-Alinhados, que estava a decorrer na capital.

Não se verificou reacção imediata entre os outros dirirentes peruanos.

A notícia do golpe foi recebida na rua com surpresa, tendo provocado alguns rumores, mas não houve quaisquer manifestações de protesto ou regozijo.

DEMISSÕES

. Os directores dos sete diários de Lima, socializados em Julho de 1974 pelo Governo Militar, apresentaram a sua demissão sexta-feira à tarde pouco depois de terem conhecimento da substituição do general Juan Velasco Alvarado pelo general Francisco Morales Bermudez. Não foi apresentada nenhuma razão para estas demissões em série.

REACÇÕES DOS NÃO-ALINHADOS

A notícia do golpe de Estado Militar no Peru surpreendeu profundamente os delegados da Conferência dos Países Não-Alinhados, que, no entanto, prosseguiu os seus trabalhos sem interrupção.

Porém, alguns ministros contactados manifestaram o seu espanto e alguns deles deram a entender que poderiam deixar Lima ainda na sexta-feira. Diplomatas que participam na Conferência recordaram, a propósito, que o princípio da não-ingerência nos assuntos internos dos outros Estados figura entre os princípios básicos do movimento não-alinhado.

PERU: há lugar para esperança

Que se passa, ao certo no Peru? Um golpe teleguiado de Washington? Ou uma mudança no sentido de impulsionar a revolução? Pela leitura dos telegramas das agências, fica-se na dúvida. Muitas vezes os rótulos que por telex nos chegam para qualificar os acontecimentos, são totalmente errados, quando não tendenciosamente distorcidos.

Se avaliarmos os acontecinentos do Peru sob uma óptica de teoria revolucionária, seremos levados a concluir que a instabilidade é o preço inevitável a pagar por uma revolução que se pretende impor «de cima para baixo» e que se afirma como uma «terceira via» entre capitalismo e socialismo. Contudo, esses critérios são manifestamente insuficientes e perigosos, pois podem induzir-nos em graves erros de apreciação. As realidades não podem ser amputadas para caber nos esquemas. Nunca como, desde o 25 de Abril, os portugueses puderam aperceber-se dos erros de análise que os comentaristas mais brilhantes e os jornais mais bem informados cometem. Sem falarmos das falsas informações que acerca da nossa revolução correm no estrangeiro e que se inscrevem na campanha de descrédito contra um processo que se receia, temos de reconhecer que, mesmo quando os comentaristas pretendem manter a maior objectividade possivel, dizem muitas asneiras. Levados pelo receituário de revoluções de que dispõem nas suas bibliotecas, não conseguem aperceber-se do sentido dos acontecimentos em Portugal, cuja via é, de facto original.

Como original é a via peruana. Com todas as reservas que possam fazer-lhe, o certo é que o Peru é hoje, com Cuba, um território livre na América Latina. Com todos os erros que os «generais» tenham cometido, o certo é que já produziram alterações qualitativas na estrutura social do País.

A vitória dum golpe teleguiado de Washington seria, na verdade, uma perda para todos os povos em luta contra o imperialismo e a exploração capitalista.

Teremos a lamentar essa perda, em face dos acontecimentos de Lima? Há fortes esperanças de que o falado «golie» seja, na verdade, um impulso dado no sentido da aceleração do processo.

Essas esperanças são legítimas em face da nota que Miguel Urbano Rodrigues escreve hoje em «O Século». Trata-se duma análise baseada não em teorias ou receituários de revolução, mas no contacto directo com amigos de Lima. E decorrente do conhecimento vivo do processo. Daí que pela nossa parte, confiemos também. E registemos a mensagem de Lima para o nosso camarada de Imprensa: «Nao se trata dum golpe contra-revolucionário. Tranquiliza-te. É difícil, no momento, dizer alguma coisa sobre as causas profundas dos acontecimentos de hoje, mas a impressão geral é a de que a revolução peruana prosseguirá sem se afastar da linha de rumo. E sem concessões ao imperialismo».

ALICE NICOLAU

ESPANHA

COMOÇÃO E TERROR PELA PENA APLICADA AOS DOIS BASCOS

. MADRID, 30 — (A. N. I. e R.) — Tensão, comoção e terror causou em toda a Espanha a confirmação da sentença da pena de morte contra Garmendia e Otaegui, supostos autores da morte do cabo da guarda civil, Gregorio Pesadas, em Azpeitia, em Abril de 1974.

A sentença foi oficialmente confirmada esta manhã através de nota do serviço de Imprensa da Capitania General da VI Região Militar com sede em Burgos.

O Conselho de Guerra que os julgou realizou-se ontem durante seis horas e, segundo os informadores locais, não se cmfirmou que a autoria do atentado fosse dos dvs condenados.

As próprias testemunhas oculares do atentado não reconheceram Garmendia como um dos elementos que teria participado no acto.

A sentença ainda não é final, pois os advogados têm três dias para recorrer, mas tudo faz crer que não lhes vai ser dada satisfação e, segundo se julga em todo os meios de observadores, os dois condenados poderão ser executados pelo sistema de garrote.

Dado o ambiente criado com a publicação da lei antiterrorista e antisubversiva e a violenta repressão que está sendo praticada no p2s, inclusive para satisfazer a extrema-direita, supõe-se que os dois condenados não serão indultados.

A concessão do indulto transformando a pena de morte em prisão perpétua, pertence ao Chefe do Estado.

A última execução pelo bárbaro método do garrote foi em aneiro de 1974, na pessoa de Pig Antich.

. Ontem e hoje estão-se organizando em toda a Espanha, mas principalmente no Norte, manifestações contra o modo do processo e contra a sentença e sua possível aplicação.

Nas províncias bascas verificou-se ontem uma greve geral que teve a adesão de grandes massas das principais fábricas. Calcula-se que 130 mil trabalhadores aderiram à greve.

Essa greve, que atinge as províncias de Biscaia e Guipuzcoa, tornou-se hoje mais intensa e consta que inclusive os comércios das pequenas localidades fecharam. Ontem, em São Sebastian, verificou-se tiroteio entre alguns manifestantes e as forças policiais da repressão.

De todo o Mundo e de toda a Espanha surgem pedidos de clemência.

VIGILIA EM LISBOA

Um grupo de antifascistas portugueses convoxa todos os democratas para uma concentração de vigilia permanente frente à Embaixada de Espanha, até se saber em definitivo
f000
a sorte dos dois guerrilheiros, que o regime de Franco se prepara para assassinar.

SINDICATO NACIONAL DOS TRABALHADORES DA INDUSTRIA ALIMENTAR

R. ALEXANDRE HERCULANO, 23 - 2.º Esq.º — TEL. 24171

SANTARÉM

Informa todos os trabalhadores, de que as eleições para os corpos gerentes inicialmente marcadas para domingo 31 de Agosto de 1975, serão adiadas para data a indicar oportunamente, uma vez que a sua existência oficial continua pendente da publicação dos estatutos no «Diário do Governo». Assim, e considerando ainda que grande parte dos trabalhadores se encontra em regime de laboração contínua na campanha do tomate, o que os impossibilita de exercerem o seu direito de voto, verificou-se não estarem reunidas as condições para a efectiva participação de todos os trabalhadores no acto eleitoral que, a realizar-se, poria em causa o ideal democrático do nosso Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Indústria Alimentar.

Quem é o general Bermudez

. O general Francisco Morales Bermudez, que hoje tomou conta do poder no Peru, ocupava o posto de primeiro-ministro e de ministro da Guerra desde 1 de Fevereiro de 1975.

Nascido em 1922, casado e pai de cinco filhos, o novo chefe do Estado é sobrinho do ex-presidente Remigio Morales Bermudez, que governou o país entre 1890 e 1894.

O general Morales fez os seus estudos primários e secundários num colégio de jesuítas em Lima. Em 1939 entrou para a Escola Militar de Chorillos, donde saiu em 1943 com o posto de alferes. Alguns anos depois era director da economia do Exército.

Diplomado pela Escola Superior de Guerra da Argentina e pelo Centro de Altos Estudos do Peru, Morales entrou pela primeira vez no Governo como ministro das Finanças durante a presidência de Fernando Belaunde Terry, lugar que ocupou apenas durante dois meses no começo de 1968.

Sob o regime militar presidido pelo general Juan Velasco Alvarado, que ontem foi afastado do poder, o general Morales voltou ao lugar de ministro das Finanças em 1 de Março de 1969. Ocupou-o até 1 de Janeiro de 1974. Nesta data foi designado chefe do Estado-Maior do Exército.

A partir de 1 de Fevereiro de 1975, o general Morales passou a ser primeiro-ministro e ministro da Guerra.

Espectáculos

SINDICATO DOS ENFERMEIROS DA ZONA SUL

TODOS À ASSEMBLEIA GERAL!

Conforme foi sugerido na reunião de sócios de 25/7/75, no Anfiteatro de Electricidade do Instituto Superior Técnico, dá-se início ao processo eleitoral no dia **3 de Setembro**.

Convocamos-te, pois, para uma **ASSEMBLEIA GERAL a realizar no dia 1 de Setembro no Salão Nobre do Instituto Superior Técnico, às 21 horas**, com a seguinte Agenda de Trabalhos :

1. — Apresentação de contas do ano de 1974;
2. — Discussão sobre a Campanha Eleitoral.

Lisboa, 12 de Agosto de 1975.

Pel'A DIRECÇÃO
(Ilegível)

— NÃO FALTES!

— NÃO DEIXES QUE OS OUTROS DECIDAM POR TI!

— PARTICIPA!

— DIVULGA!

— É IMPORTANTE A TUA COMPARÊNCIA!

COMPANHIA PORTUGUESA DE PESCA

Informa que concentrou os seus Serviços Administrativos, incluindo Tesouraria, Aprovisionamento, Pessoal e Produção nas suas instalações da DOCA DE PESCA, em Pedrouços (Lisboa), com os telefones — **61 28 82, 61 21 20** e **61 21 06**.

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS DE SALUBRIDADE E TRANSPORTES

ADMISSÃO DE COVEIROS

Para futura admissão de coveiros da 1.ª Repartição Higiene Urbana, está aberta a inscrição, nas seguintes condições:

REMUNERAÇÃO MENSAL DE 5 500$00

Estes trabalhadores, com a idade de 18 a 35 anos, de preferência com a habilitação mínima da 4.ª classe, receberão além da remuneração mensal o subsídio de férias e o 13.º mês.

Inscrições e informações na Secretaria da Repartição de Higiene Urbana, Rua da Boavista, 3, às horas normais de expediente.

Crítica de Cinema

LAURO ANTÓNIO

UMA ANATOMIA INCOMPLETA

SEM QUAISQUER PRECONCEITOS
Título original: Bof, Anatomie d'Un Livreu
Realização: Claude Faraldo, 1971 (França)
Intérpretes: Julien Negulesco, Paul Crachet, Marie Dubois, Marie-Helene Breillat, Mamadou Diop, etc.
Distribuição: Mundial Filmes;
Estreia: Cinema Vox

Bof é o primeiro filme de Claude Faraldo a estrear-se em Portugal. Oriundo de uma família pobre, Faraldo estreia-se no teatro com uma peça estranha **(Doux Metroglodytes)**, passa depois ao cinema, assinando **La Jeune Morte**, posteriormente **Bof, Anatomia d'Un Livreu** (1971) e finalmente **Themroc** (1973), que nos dizem ser até à altura o seu filme mais importante.

Sem Quaisquer Preconceitos é, portanto, a revelação de um jovem cineasta francês, com algo a dizer, mas ainda com muita confusão na cabeça e um certo oportunismo à mistura. Sabendo-se como é raro aparecer no cinema francês um protagonista oriundo de um meio operário, **Bof** apresenta essa característica inicial: como personagem principal de **Bof** temos um distribuidor de uma companhia de vinhos. Um homem ainda jovem que principia o seu trabalho entregando vinho de porta em porta, carregando às costas dúzias de garrafas. A película descreve esse quotidiano carregado e sombrio, dolorosamente sufocado pelo peso de uma carga que se transporta subindo e descendo intermináveis escadarias. Depois, esse jovem distribuidor casa, é promovido no esquema empresarial, passa a dispor de um camião para as suas entregas. Entretanto o pai, depois de ficar viúvo, vem viver com o filho, compartilhar da casa, da mesa, do leito, finalmente da mulher. **Só de tempos a tempos**. E com conhecimento, e consentimento, do filho e da nora. Mas a **menage a trois** passa a **menage a quatre**, logo que o pai, depois de ter abandonado o emprego, encontra uma rapariga que se junta ao grupo. Alegremente...

Temos, portanto, uma comédia ambientada num meio operário, com o seu quê de fábula moralista, ou libertária se preferirem. O que não deixa de ser surpreendente, sobretudo para um público habituado a ver este «género de coisas» passado entre representantes da burguesia que, nada mais tendo com que ocupar o tempo, se entretêm a matá-lo desta forma, **boulevardesca**.

Mas Faraldo não tem talento para desenhar um suporte político que torne consequente esta ideia inicial, que acaba assim por se esfrangalhar e diluir numa certa gratuiticidade de tonalidade utópica e levemente anarquizante. Pena é que tal tenha acontecido, dado que a interpretação é bastante boa (referência especial para o brilhante Paul Crauchet) e alguns achados da obra mereceriam melhor sorte. Esperemos contudo a estreia de **Themrc**, a ver no que consiste realmente o talento de Faraldo.

A EVITAR

Alguns títulos ultimamente estreados em **écrans** de Lisboa e cuja visão representou para nós somente perca de tempo. Dado que nós já o perdemos, aqui fica a referência que poderá aproveitar a alguém. Comecemos por **O.K. Patrão**, de Claude Vital (e não de Georges Lautner, como abusivamente era reclamado, dado que Lautner somente «supervisou»), uma comediazinha desinteressante e amorfa, com Mireille Darc, a Mafia e Jacques Dutronc, este último «boss» por engano. Nas fitinhas de especulação sexual, teremos de assinalar a estreia de mais três títulos inúteis: **Pecados em família, Dilema em Noite de Núcpias e Anna, Aquele Particular Prazer**. E ainda dois títulos de violência e sadismo: **O Gladiador Invencível** e **Kung Fu no Oeste Selvagem**.

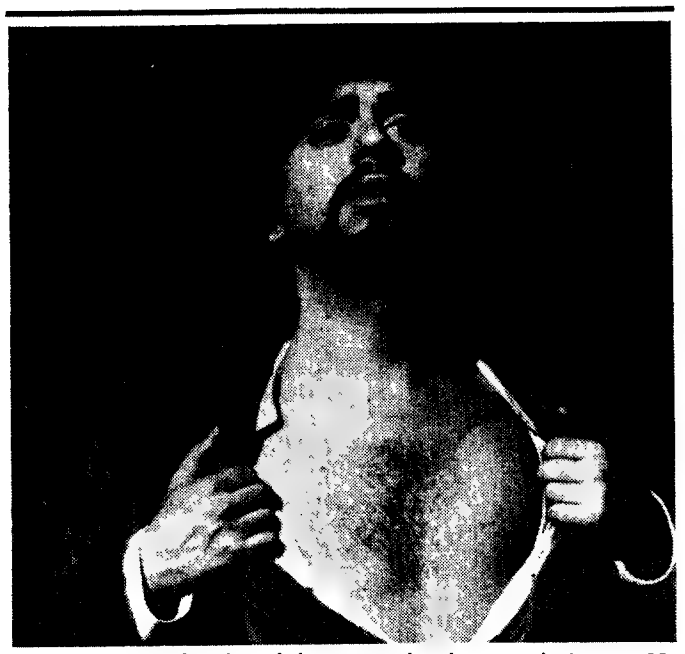
PARA CRIANÇAS

Entretanto, as crianças, normalmente muito esquecidas pelos distribuidores nacionais, têm uma nova oportunidade para assistirem a um espectáculo com a marca Walt Disney. **Carrocel Walt Diesney** consta de uma selecção de curtas metragens da melhor época de Walt Disney, protagonizado por algumas das suas criações mais famosas: Pato Donald e sobrinhos, Rato Mickey, Pluto, Goofy e tantos outros. Como é costume nestas produções, os vícios são alguns, mas as qualidades inventivas igualmente assinaláveis. O que torna relativamente recomendável este programa. Lamenta-se porém que a distribuidora (SIF) não tenha encontrado outro complemento para preencher hora e meia da praxe, senão repetir pela milionesima vez uma antiquada e manhosa reportagem sobre o Danúbio.

A ESCOLHA DA SEMANA

Entre os filmes presentemente em exibição nas salas de Lisboa, alguns títulos merecem citação especial:

Os Contos de Canterbury, de Pier Paolo Pasolini (S. Jorge);
Balbúrdia no Oeste, de Mel Brooks (Apolo 70);
. **As Noites de Cabíria**, de Federico Felini (Caleidoscópio);
. **Os Contos Imorais**, de Walerian Borowczky (Castil e Estúdio 444);
. **Os Canibais**, de Liliana Cavani (Estúdio);
. **O Cio**, de Andy Warhol (Satélite);
. **Dois Homens e um Destino**, de George Roy Hill (Condes);
. **John and Mary**, de Peter Yates (Londres);
. **O Último Tango em Paris**, de Bertolucci (Cinebolso).



Prossegue com invulgar êxito a carreira da peça de Lorca «Mariana Pineda», numa encenação da poetisa Fiama Hasse Pais Brandão. O espectáculo é apresentado pelo Grupo Teatro Hoje no Teatro de Bolso da Sociedade Portuguesa de Autores, Av. Duque de Loulé, 31. Interpretam-no, entre outros, Elisa Lisboa, Josefina Silva, Ana Paula, Leonor Poeira, Baptista Fernandes, Rui Furtado e Carlos Fernando (no foto)

Quatro tarzans debaixo de uma árvore

LOG ANGELES, 30 (R.) — Quatro **Tarzans** juntaram-se ontem debaixo de uma árvore em Los Angeles e soltaram em conjunto o conhecido grito do «rei da selva» perante a admiração de três Janes.

Os quatro achavam-se entre 15 pessoas que interpretaram o papel do lendário herói da selva em diversos filmes. A sua reunião assinalou o aniversário do nascimento de Edgar Rice Burroughs, o escritor que criou Tarzan.

Os gritos dados foram fracos, com excepção do do antigo campeão olímpico Johny Weissmuller, agora com 71 anos, o único do quarteto que soltava realmente o grito nos filmes.

Buster Crabbe, com 67 anos, outro ex-campeão de natação e **Tarzan** nos anos 30. Declarou a jornalistas que o seu grito era gravado com antecedência e depois incluído nas películas devido à sua voz ser demasiado fraca.

James Pierce, de 75 anos, um famoso jogador de futebol norte-americano que casou com Joan, a filha de Burroughs, interpretou o papel de **Tarzan** no cinema mudo. O quarto era Jock Mahoney, de 56 anos, que apareceu como «o rei da selva» no anos 60.

As três Janes eram Louise Lorraine, que surgi em 1918 com o primeiro **Tarzan** da tela, Elmo Lincoln, Joyce Mackenzie, de 49 anos, e Eve Brent.

Durante a reunião foi anunciado que Los Angeles observaria a próxima segunda-feira como o «dia de Edgar Rice Burroughs». O escritor viveu num subúrbio de Los Angeles, que se chama agora Tarzana e está sepultado debaixo de uma árvore no jardim da sua residência.

SURDOS

CASA SONOTONE

Não vá para fora a ouvir mal. Podemos remediar o seu problema. Faça um exame audiométrico que é gratuito, sem compromisso algum e verá os resultados que obtém ouvindo perfeitamente. Temos as últimas novidades em aparelhos de bolso, atrás da orelha, óculos só de encostar à cabeça, Laringes Electrónicas para os operados à Laringe, pilhas de todas as voltagens.

Facilitamos o pagamento. Trabalhamos com as Caixas de Previdência. Assistência permanente a todos os aparelhos, sejam ou não vendidos por nós de qualquer casa ou marcas.

VISITE-NOS SEM HESITAR, E DESDE JÁ OS NOSSOS AGRADECIMENTOS

LISBOA — Poço do Borratém, 33 - s/l. — Telef.: 86 83 52
PORTO — Praça da Batalha, 92-1.º — Telef.: 31 56 02

AMORTECEDORES

Reparo e reconstruo todas as marcas, com garantia
MENDES
Tel. 76 84 23
R. Capitão Ramires, 2-A
(Ao Campo Pequeno)
Representante
dos amortecedores «J M»

Televisão

CANAL DA CRÍTICA

MÁRIO CASTRIM

IMPERIALISMOS E CONFUSIONISMOS

A rubrica devia ser *Panorama*, mas em seu lugar veio *Relatório*. Ou vice-versa, não me recordo bem. Tanto faz. Todas as rubricas se confundem tanto...

Bom. Ontem esteve a Coreia na berlinda. Género pingue-pongue, a Coreia do Sul é assim, mas a Coria do Norte é assado, na Coreia do Sul faz-se isto, na Coreia do Norte faz-se aquilo. Resultado: são tão maus uns como os outros, bem... a Coreia do Sul é um bocadinho melhor, claro, os coreanos do Norte são um bocado beras, provocam, querem sempre sentar-se em cadeiras mais altas, abrem túneis, em resumo: pintam a manta.

Vem tudo a propósito de os Estados Unidos terem ameaçado com o lançamento de uma bomba atómica. Os coreanos do Norte riram-se, disseram que as bombas atómicas *só levantam pó, não assustam ninguém*. Toda a gente achou muita piada a esta resposta e os Estados Unidos parece que ficaram embatucados. Mas por que diabo foram eles para um género de ameaça que caiu tão mal em todo o mundo? Isto mesmo nos foi explicado nas palavras iniciais do *Relatório: É que os americanos julgavam estar perto a invasão da Coreia do Sul pela Coreia do Norte. Podemos aquilatar das dificuldades para o equilíbrio político-militar se deflagrasse um conflito naquelas paragens orientais. O susto americano está certo.*

E mais adiante: *O imperialismo americano pode julgar-se em perigo noutros locais. Isto porque outros imperialismos estão longe de desistir de o pôr em xeque e de lhe contestar a hegemonia político-económico.*

Repare-se na água-benta com que se pretende cobrir a intervenção americana. Foi assim, com esta desculpa de defender o seu espaço vital, que a América levou a guerra longe. Já houve tempo em que as fronteiras da América passavam pelo Vietname. Foi o crime que se viu.

Repare-se depois na menção dos «imperialismos». É a velha táctica da reacção internacional, para confundir os povos. Ouçamos Fidel Castro: *Toda a tentativa de fazer entrar em confronto os países não-alinhados com o campo socialista é profundamente contra-revolucionário e beneficia única e exclusivamente os países imperialistas. Inventar um falso inimigo só pode ter um objectivo: camuflar o inimigo verdadeiro.*

Esta a realidade. O resto é má-fé que leva a água ao moinho do imperialismo.

A LIÇÃO VEM DE ALCÁCER DO SAL

O serão compôs-se, na sua maior parte, com mais uma emissão dos *Jogos sem fronteiras*, desta vez brincados na Inglaterra.

Antes disso, o jogo foi outro. A sério. Jogado entre nós, em Portugal. Com um árbitro de excepcional categoria: Pitacas Antunes. Que, no domínio do efeito televisual do processo didáctico, da eficácia política construiu um trabalho notável que pode servir de modelo de inteligência e de imaginação.

Primeiro, contactámos com uma classe em sérias dificuldades de reestruturação: a dos alfaiates – dificuldades essas acrescentadas pelo carácter individualista da profissão. Daqui as reservas, a pouca flexibilidade para vencer os obstáculos.

Passámos para uma pequena oficina de costura. A mestra dá-nos conta da exploração a que estão sujeitas: vestidos feitos ali e que não ficarão por mais de 300 escudos aparecem depois em lojas da Baixa vendidos por dois mil escudos...

Igualmente aqui a ideia lançada de cooperativa encontra resistência. Não por falta de vontade, mas por ignorância do progresso, por receio dos obstáculos a vencer.

Se o programa tivesse acabado aqui, acabaria por assumir aspecto negativo: as dificuldades, o encolher de outros, quando muito uma certa espectativa. Eis que Pitacas Antunes, em rápida mutação, nos leva até Alcácer do Sal. Aqui, a teimosia de um homem, a dedicação de um colaborador (que nunca exigiu salário enquanto não havia condições para isso...) e o trabalho e a confiança de um grupo corajoso de 19 mulheres, organizaram uma cooperativa, a *Cooperativa Revolução.*

Todas as dificuldades foram vencidas. Mais 14 companheiras foram admitidas. Compraram-se máquinas. Estão a criar-se condições para cerca de 200 postos de trabalho...

Assim, com espírito revolucionário, é possível, será possível, transformar as nossas condições de vida. Importa que os trabalhadores saibam, tenham a consciência de que a sua iniciativa não encontrará entraves ao nível das instâncias oficiais, de que todos os seus esforços serão acarinhados.

Esforços louváveis, esses. Criminosos são os actos de trabalhadores que, nas costas dos trabalhadores, tragam prejuízos morais e materiais à empresa, colocando assim em perigo postos de trabalho que, em certos casos, garantem o pão a centenas de famílias. Esses que agem por razões de ordem pessoal ou partidária (mesmo que se digam *apartidários*, a fingir uma inocência em que ninguém acreditará) não podem utilizar o alibi de trabalhadores quando gravemente lesam outros trabalhadores.

A Cooperativa Revolução de Alcácer do Sal, pelos sacrifícios que soube fazer, pelo esforço e responsabilidade que exigiu a todos os trabalhadores, merece bem o nome que tem. Revolução é construir e desenvolver. Destruir e paralisar é contra-revolução.

NOVO HOSPITAL DISTRITAL DE PORTALEGRE

ADMITE:

MÉDICOS: várias especialidades, pela Ordem ou carreira hospitalar.

ENFERMEIROS: com ou sem especialização.

TÉCNICOS PARAMÉDICOS: diplomados.

Pedir informações detalhadas à Administração, enviando «curriculum»

CENTRO DE PRODUÇÃO Teatro Maria Matos

A RTP apresenta todas as noites, às 21.30 h., e aos domingos também, às 16 h., a peça de Miguel Franco

«LEGENDA DO CIDADÃO MIGUEL LINO»

Desc. às 2.as Feiras

Não acons. a menores de 13 anos

Bilheteira Tel. 89 70 17

ABEP — Telef. 32 88 23

Primor

ROSSIO, 115

AV. DE ROMA, 17-A

R. ALMEIDA E SOUSA, 20-A

R. FREDERICO AROUCA, 45 — CASCAIS

SALDA A PARTIR DE 2.ª FEIRA

PASSAPORTES abreu

Av. da Liberdade 160 - LISBOA

Hoje

I PROGRAMA

17.30 *Expedição*
18.00 *«A Ilha do Tesouro»*
18.30 *Cinema de Animação*
19.00 *Cada Dia uma Esperança*
19.15 *Cartaz TV*
19.30 *Sabe o que é o Ginásio Clube Português?*
20.30 *Telejornal*
21.05 *Há Só uma Terra*
21.30 *Noite de Cinema* – «Chapéu Alto» – com Fred Astaire, Ginger Rogers e Eric Bloke.
23.15 *Telejornal*

II PROGRAMA

20.00 *Desenhos Animados*
20.15 *Stop*
20.30 *«O Perigo é a Minha Profissão»*
21.00 *Diário de um Professor»*
21.30 *Telejornal* – 2.ª edição em diferido do I Programa
22.00 *«O Barão von der Trenk»*
23.05 *Movimento das Forças Armadas*

Amanhã

I PROGRAMA

12.00: Missa de Domingo; **12.45**: Expedição; **13.15**: Eurovisão Campeonato do Mundo de Ciclismo transmitido directamente de Yvoire (prova rainha estrada); **13.40**: Telejornal; **14.00**: «Wickie, o Viking» **14.25**: Se Bem Me Lembro **15.00**: TV Infantil; **15.25**: TV Rural; **16.00**: Eurovisão Campeonato do Mundo de Ciclismo transmissão directa de Yvoire da parte final da prova rainha estrada **17.00**: Tarde de Cinema – «O Gigante no Paraíso» – um filme realizado por Rolf Losansky, com Ralf Schlasser, Angelica Herman e Frank Wutting. **18.30** Pauta Livre; **19.30**: «Os 4 do Blindado e o Seu Cão»; **20.30**: Telejornal; **21.00** Teleforum; **23.00**: Telejornal.

II PROGRAMA

20.00: Desenhos Animados; **20.25**: Documentário; **21.00**: Expedição; **21.30**: Telejornal; **22.00**: Foi Êxito na TV «Os Inquéritos do Comissário Maigret».

PARA REPARAÇÃO DO SEU TV

CLÍNICA DE TELEVISÃO E ASTRONAUTA

COM RÁDIO-TELEFONE PARA MAIOR RAPIDEZ E EFICIÊNCIA

Deslocação e orçamento grátis

Telefs. 72 27 86 - 83 42 71

Avenida S. João de Deus, 13-B - Praça Mac

Nacional

FEDERAÇÃO DOS SINDICATOS DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS

Av. Visconde de Valmor, 30, 2.º-Dt.º — LISBOA-1

COMUNICADO

A TODOS OS MOTORISTAS E A TODOS OS TRABALHADORES ABRANGIDOS PELO CONTRATO COLECTIVO DE TRABALHO VERTICAL DOS TRANSPORTES RODOVIÁRIOS:

Conforme promessa feita no último comunicado, passamos a informar o que se passou nos últimos dias das negociações: na cláusula dos Despedimentos, ficou esta adiada até terça-feira próxima, para que o Decreto seja revisto, visto a matéria não interessar aos trabalhadores. Na segunda cláusula, Horário de Trabalho, que levou dois dias a discutir, as entidades patronais não aceitaram em princípio a proposta sindical, e pretendiam que se mantivesse a intermitência praticada, e mais, que fosse até 6 horas. Os Sindicatos rejeitaram tal posição e bateram-se por um horário fixo ou móvel, mas que seja de 8 horas diárias, 45 semanais. Depois de grande discussão apenas só uma posição não aceita a proposta sindical, ou seja, a entidade privada do serviço público. Ficou para a próxima terça-feira o acerto da cláusula.

As empresas nacionalizadas, em princípio, aceitam 9 horas diárias em cinco dias.

Camaradas, vigilantes nas empresas, principalmente nas empresas privadas de passageiros.

Vigilantes e Unidos Venceremos

SAUDAÇÕES SINDICAIS

Pelos SINDICATOS DO CONTRATO COLECTIVO VERTICAL E MOTORISTAS DO PORTO

José de Oliveira Madanços

SINDICATO DOS TRABALHADORES DO COMÉRCIO E ESCRITÓRIO DO DISTRITO DE LEIRIA

Rua Henrique Sommer, 2 — LEIRIA

CONVOCATÓRIA

Nos termos dos artigos 75.º e 77.º, convoca-se a Assembleia Eleitoral para o dia 19 de Outubro de 1975, a partir das 9 horas até às 19 horas, para a realização de eleições dos Corpos Gerentes do Sindicato — Triénio 1975 - 1978.

As Mesas de Voto funcionarão nas sedes dos Concelhos de :

— ANSIÃO
— LEIRIA
— CALDAS DA RAINHA.

A Mesa da Assembleia Geral

AGENTES

Para equipamento de escritório, para todo o Pais (incluindo zona de Lisboa).

Resposta a este Jornal ao n.º 1603.

ANTONINO FERNANDES DIAS

5.º aniversário

Seus filhos mandam celebrar Missa do 5.º Aniversário amanhã dia 31, pelas 11 horas, na Igreja Santa Isabel, desde já agradecendo a todos que se dignem comparecer

SOREFAME:

"PROFISSIONALMENTE SÃO OS MELHORES!..."

• palavras do ministro do Comércio Externo dr. Lopes Junior

«Os trabalhadores da Sorefame são reconhecidos profissionalmente pelas nações mais evoluidas tecnologicamente e pelos indivíduos ligados às grandes empresas internacionais como os mais avançados operários de todo o tempo...» Palavras do ministro do Comércio Externo, dr. Lopes Júnior, quando se inicou ontem, dia 29 de Agosto, no estaleiro provisório da Sorefame em Beirolas, o carregamento de uma enorme estrutura metálica. Trata-se de uma plataforma de produção para exploração de petróleo, no Mar do Norte — a primeira jamais construída no nosso País — e encomendada pela Philips Petroleum Co., por intermédio da Thyssen Rheinstahl, da Alemanha, associada da Sorefame na actividade de «offshore». Esta estrutura mecânica tem as gigantescas dimensões de 80x73x42 metros, aproximadamente.

A construção de uma plataforma deste tipo constitui um desafio tecnológico para qualquer país industrialmente avançado, apresentando problemas técnicos de difícil resolução, nomeadamente no campo da metalurgia e tecnologia de soldadura.

A estrutura em questão é uma peça única de cerca de 4 000 toneladas de peso. O levantamento e posicionamento dos painéis que constituem a estrutura, durante a fase de construção, (pesos superiores a 400 toneladas), bem como a operação de colocação da estrutura, (4000 toneladas), sobre a barcaça que a deve transportar, para o Mar do Norte, constituem problemas de engenharia que exigem equipamento e técnica especializada, além de precauções de segurança excepcionais. A precisão requerida na colocação especial dos painéis e da estrutura na barcaça é da ordem de milímetros. Basta dizer, para ver a complexidade desta operação, que para instalar a plataforma na barcaça é necessário conjugar a subida da maré, o peso da plataforma e a força dacorrente que equivale a 60 toneladas...

Os materiais para a consrução da obra, na maior parte aços especiais de alta resistência, foram fornecidos pela Thyssen Rheinstahl colocados em Portugal pela Philips Petroleum, sem encargos para a Sorefame. Deste modo a incorporação nacional, em mão-de-obra e tecnologia, atingiu o valor aproximado de 140 000 contos.

Por outro lado a Sorefame tem em curso de instalação na área da Mitrena (Setúbal) um estaleiro de «offshore» onde poderá construir 3 a 4 plataformas deste tipo por ano, bem como plataformas de outro tipo.

Com este projecto virão a ser criados cerca de mil postos de trabalho e poderão vir a ser captadas divisas em valor superior ao meio milhão de contos por ano. A Sorefame tem actualmente cerca de dois milhões e quatrocentos mil contos de carteira de encomendas que lhe garante trabalho até meados de 1977 além que as prespectivas de novas encomendas sejam grandes para a Sorefame.

A plataforma foi verdadeiranente um bom negócio. Com efeito, quando se negociou esta encomenda as autoridades portuguesas quiseram ser pagas numa moeda que tivesse a possibilidade de subir. Recusaram ser pagos em escudos e em dólares e exigiram o pagamento em marcos alemães... Não foi mal visto, não senhor.

O ministro do Comércio Externo numa declaração ao nosso jornal, disse-nos: «Vim aqui para agradecer, em nome do Governo e em especial do Ministério do Comércio Externo, aquilo que os trabalhadores da Sorefame estão a fazer pela revolução. O trabalho por eles efectuado é reconhecido no âmbito das nações mais evoluidas tecnologicamente e por indivíduos ligados a grandes empresas dessas nações como um trabalho profissionalmente impecável. Por outro lado os trabalhadores da Sorefame têm um verdadeiro comportamento revolucionário na medida em que a revolução só se vence através de um trabalho produtivo e inequivocamente ao serviço da Nação».

É, efectivamente de realçar que a Sorefame exporta para 25 países com especial relevo para a América Latina e para a África. Não é de estranhar a opinião unânime dos engenheiros da Philips Petroleum que afirmam ser o nível de qualidade atingido pela Sorefame o melhor dos 22 estaleiros que para eles trabalham em todo o Mundo, alguns deles na América.

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

PRESIDÊNCIA

EDITAL (N.º 83/75)

(RECTIFICAÇÃO)

ao Edital n.º 51/75

Eu, Joaquim Angelo Caldeira Rodrigues, Presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Lisboa, faço saber, nos termos e para os efeitos constantes do Decreto-Lei n.º 181/70 de 28 de Abril de 1970, que por Sua Excelência o Secretário de Estado da Cultura e Educação Permanente do Ministério da Educação e Cultura, foi determinada a classificação como valor concelhio do prédio situado na Avenida de Berna n.ºs 1 e 3 e Avenida da República nesta cidade, do que resulta a constituição da zona de protecção conforme consta de planta topográfica que junto se afixou.

O referido prédio fica sujeito às disposições do art.º 19.º do Decreto n.º 46 349 de 22 de Maio de 1965. (Corpo do artigo e números 1.º, 3.º e 4.º do seu § 1.º).

Os interessados podem, dentro do prazo de 30 dias contados da data da afixação deste edital, apresentar quaisquer reclamações tendo por objectivo a ilegalidade ou inutilidade da constituição da servidão resultante da referida classificação. Essas reclamações devem ser formuladas por escrito e entregues na 2.ª Secção-Expediente Contabilidade da 1.ª Repartição da Direcção dos Serviços Centrais desta Câmara Municipal, no prazo referido.

E, para geral conhecimento se publica o presente edital.

Paços do Concelho de Lisboa, 25 de Agosto de 1975.

O PRESIDENTE,

Joaquim Angelo Caldeira Rodrigues

ROSSIO, 118
AV. DE ROMA, 17-A
R. ALMEIDA E SOUSA, 20-A
R. FREDERICO AROUCA, 45 — CASCAIS

SALDA A PARTIR DE 2.ª FEIRA

COMPRA-SE USADA

SOLDADORA DE PLÁSTICOS DE ALTA FREQUÊNCIA.

Resposta a este Jornal ao n.º 1602.

Desfalque de 500 contos

..O pessoal dos Serviços de Transportes Colectivos do Porto reuniu-se ontem na Caixa de Previdência dos S. T. C. P. para debater o problema verificado com as irregularidades iraticadas pela direcção daquela caixa.

..Foi decidido aprovar uma moção que foi enviada, por telegrama, ao Ministério dos Assuntos Sociais, do seguinte teor:

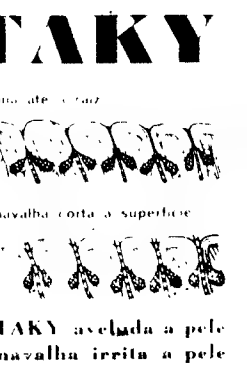
. «Considerando as últimas ocorrências verificadas na Caixa de Previdência e Abono de Família do S. T. C. P., nomeadamente o desfalque de cerca de 500 contos por parte de um funcionário, Benjamim Pinto dos Reis Kingwell, técnico de 1.ª classe de organização e métodos;

. «Considerando a passividade do Governo e dos trabalhadores perante a Caixa de Previdência do S. T. C. P., que, 16 meses depois do 25 de Abril, ainda mantém a mesma direcção, embora tenham sido nomeados representantes por parte dos trabalhadores;

. «Considerando que a direcção da Caixa de Previdência, além da culpabilidade que possa ter no desfalque verificado, é constituída por indivíduos afastados de outros sectores como: direcção do Sindicato dos Carros Eléctricos, senhor Duarte, e direcção do Sindicato dos Electricistas, sr. Ernesto, ambos saneados, e da direcção do S. T. C. P., engenheiro Barroca, também afastado;

..«Os trabalhadores do S. T. C. P. aprovaram o seguinte: que o Ministério dos Assuntos Sociais considere desde já saneada a direcção da Caixa de Previdência e Abono de Família dos S. T. C. P. e proceda à imediata nomeação do delegado por parte do Estado, uma vez que os restantes elementos estão já escolhidos, e que esta comissão administrativa faça um inquérito a toda a Caixa de Previdência e Abono de Família dos S. T. C. P.»

..Esta moção foi aprovada por unanimidade.



Desporto

COMO VAMOS DE FUTEBOL

Benfica ganha o jogo mas perde o torneio

O Benfica, no último jogo efectuado em Jacarta, conseguiu vencer a turma de Rosário, da Argentina, mas perdeu o torneio: e perdeu porque não venceu a turma adversária por dois golos de diferrença. Quedou-se num 2-1, sendo de referir que entre outros acontecimentos nada simpáticos, Vitor Baptista falhou a transformação de uma grande penalidade e Nelinho atirou a um poste. Toni foi expulso, mas os argentinos também tiveram dois jogadores com o cartão encarnado à frente da cara.

Enfim: a turma de Mário Wilson continua a galgar quilómetros, a efectuar jogos em condições anormais, mas ainda não perdeu. Jordão juntar-se-á aos seus companheiros em Paris, já que assinou pelos «encarnados» por mais duas épocas.

SPORTING

. Depois do Benfica, Belenenses, Boavista, Vitória de Setúbal etc. cabe a vez ao Sporting de se estrear (rodar) em terras de Espanha: os «leões» estrear-se-ão amanhã em Vitória, actuando frente ao Alavés, da 2.ª divisão espanhola e 15.º classificado na época anterior.

VITÓRIA

. O Vitória de Setúbal defrontará esta noite o Penãarol, em jogo que conta para o torneio Cidade de Tarranza. Na equipa do Sado estrear-se-á o ex-sportinguista Manaca.

ALVES

. Segundo notícias chegadas de Granada, há acordo total entre o Granada e o Boavista no sentido de Alves (o jogador das luvas pretas) se transferir para aquele clube espanhol. Apenas há um problema a resolver: o jogador não cede no quantitativo exigido e os espanhóis acham que Alves «abriu a boca de mais...»

A. F. PORTO

. Resultados dos jogos já efectuados a contar para o Torneio Início da A. F. Porto: Salgueiros, 1-Leixões, 1; Porto-7; Vilanovense, 0. Hoje jogam; Paços de Ferreira-Penafiel e Boavista-Paredes.

COSTA VERDE

J

. Para o Torneio Costa Verde, Espinho e Vitória de Guimarães defrontam-se hoje, para apurar o vencedor.

VEM AÍ O TOTOBOLA

O Totobola está a chegar: a partir de segunda-feira, os amantes dos vaticinios futebolísticos tem ao seu dispor os boletins da 15.ª época do Totobola. Algo diferente do dos anos anteriores, e com uma inovação no aspecto informativo: o Totobola vai editar semanalmente um pequeno jornal, onde se dão todas as informações sobre os clubes que constam dos boletins. E atenção: em alguns concursos vão surgir prémios-extra, como sendo um automóvel, por exemplo!

HÓQUEI EM PATINS

Escolhidos os dez para Viareggio

Torcato Ferreira anunciou já quais os dez jogadores que na próxima sexta-feira sairão de Lisboa com destino a Viareggio, onde vão defender o título de campeão da Europa, conquistado há quatro anos em Lisboa e confirmado em 1973 na Alemanha. Os dez seleccionados para este Europeu são os seguintes: Ramalhete e Castro (guarda-redes), Casimiro e Manuel Pereira (defesas); Garrancho e Rendeiro (medios) e Chana, Livramento, Cristino e Fernando Gomes da Costa (avançados).

Neste lote de dez (no dizer do seleccionador-treinador, os melhores que de momento há no nosso país e que maiores garantias podem oferecer dadas as características do campeonato), há a salientar a inclusão do jovem Manuel Pereira, um jogador ainda com idade de junior, mas que reune já as condições exigidas para bem cumprir a sua missão num torneio europeu. Segundo Torcato Ferreira e salvo qualquer motivo imprevisto, o «cinco» base de Portugal será o seguinte: Ramalhete, Manuel Pereira, Garrancho, Chana e Livramento; ou seja uma equipa que se baseia na experiência de alguns e na juventude e entusiasmo de outros.

Os treinadores vão continuar a decorrer no ritmo do costume: ontem à noite os seleccionados estiveram uma vez mais no rinque da Salesiana e hoje cumprirão novo treino em Sintra. E, até sexta-feira próxima (dia de saída para Itália), os jogadores continuarão a apurar a sua forma e a ensaiar os esquemas imaginados por Torcato Ferreira. Diga-se de passagem que o treinador está a exigir aos jogadores uma rapidez e velocidades incriveis, quase que não permitindo que cada jogador tenha a bola em seu poder mais do que dois ou três segundos. Portugal irá pois jogar em Viareggio, sob o signo da velocidade.

Vila do Conde: Carros, competição, espectáculo. Duas centenas de pilotos perante o entusiasmo de dezenas de milhares de espectadores

Vila do Conde: 197 concorrentes!

Disputa-se este fim-de-semana em Vila do Conde uma importante competição de desportos motorizados, que incluirá seis corridas de automóveis e duas de motos, para as quais se inscreveram 197 concorrentes. Tal número é perfeitamente elucidativo da inegável popularidade dos desportos motorizados, nomeadamente do automobilismo, que muitos acusam demagogicamente de ser incompatível com a actual situação portuguesa. Mas o que é um facto é que, tal como todos os sectores das mais diversas actividades, também o automobilismo e o motociclismo ocupam o seu lugar na vida portuguesa, não sendo evidentemente prioritários mas ocupando o lugar que lhes compete sem incompatibilidades de espécie alguma. E como desporto motorizado e turismo são aliados perfeitos, os 197 inscrios para as provas de Vila do Conde vão atraír um público entusiasta, constituído por milhares de pessoas, provenientes do Norte e não só. Numa vasta zona próxima de Vila do Conde a indústria hoteleira encontra-se completamente esgotada, devendo-se à realização do Circuito de Vila do Conde tão extraordinário afluxo de pessoas, incentivando-se assim o tão apregoado turismo interno.

O PROGRAMA

Embora seja amanhã, domingo, que o Circuito de Vila do Conde terá as corridas mais importantes do programa, já hoje os automóveis e as motos serão vedetas naquela bela estância de veraneio.

Assim a partir das 9 horas iniciaram-se as verificações, entrando as viaturas em Parque Fechado, tendo a pista sido encerrada às 14 horas. Depois têm-se disputado sucessivamente os treinos de motociclos (Agrupamento A), Motos (B.C. e D), e automóveis. A única corrida que se disputará hoje será a dos motociclos até 50 c.c., para a qual se inscreveram 47 concorrentes. A prova inicia-se às 17.20 h. e o vencedor da última corrida disputada no Autódromo do Estoril, Sande e Silva, numa Derbi, é um dos favoritos. Amanhã depois dos veículos concorrentes entrarem novamente em Parque Fechado, a pista será encerrada das 14 às 14.30h., hora a que se dará início à corrida de motos que incluirá 22 participantes. Será essencialmente uma guerra entre as Yamaha e as Kawasaki, as primeiras mais competitivas e as segundas mais potentes. A primeira corrida de automóveis disputa-se às 15.10 h., reservada ao Agrupamento B do Campeonato de Promoção, e que inclui os carros dos Grupos 2/3/4, tem 15 concorrentes. Às 15.50 h., incluindo 17 concorrentes, ra a primeira corrida de Iniciados até 1300 c.c., com 29 participantes inscritos. A corrida de Grupo 1 acima de 1300 c.c., engloba os concorrentes do Campeonato Nacional de Promoção, disputando-se às 16.30 h., iniciando 17 concorrentes. Às 17.10 h. corrida de motos, com 22 participantes. Às 17.20 h. corrida de Iniciados acima de 1300 c.c. com 26 pilotos. Finalmente às 17.50 h. e 18.30 h. as duas últimas corridas: Grupo 1 acima de 1300 c.c. com 31 concorrentes e Grupos 2/3/4/4/5 com 18 concorrentes.

ENTUSIASMO JUSTIFICADO

Enquanto do Norte nos chegam notícias de um delirante entusiasmo pelas corridas de Vila do Conde, que durante as últimas semanas tem vivido já um movimento desusado, também em Lisboa muitos milhares de espectadores se deslocaram ao Norte motivados pela mesma razão.

E, «a priori», podemos afirmar que tal entusiasmo é perfeitamente justificado não só pelo espectacular número de concorrentes inscritos mas pelo extraordinário espectáculo desportivo que a maior parte das corridas não deixarão de constituir.

Assim qualquer das corridas de motos se adivinha bastante disputada pois muitos concorrentes tentarão anular o favoritismo daqueles que possuem as marcas mais capazes de vencerem. As Derbi, na corrida de motociclos até 50 c.c. têm favoritismo, mas as Kreidler e as Fantic podem causar surpresas. As Yamaha, na outra corrida, das motos de maiores cilindradas são favoritas mas Manuel de Almeida terá vários adversários para a vitória final. As Karvasaki poderão ter possibilidades em Vila do Conde.

Nas duas corridas de Iniciados é naturalmente impossível equacionar previsões. O acontecimento mais importante que se pode relacionar com essas duas corridas é o facto do automobilismo português passar a contar com mais de meia centena de novos participantes, sinal que o automobilismo português não está de facto em crise. Na corrida até 1300 c.c. uma grande diversidade de carros desde os Honda n.º 600 até aos Cooper S e Datsun 1200, carros que se identificam com duas épocas diferentes do historial do nosso desporto automóvel. Mas como o regulamento do Campeonato de Iniciados não prevê uma divisão entre os carros de série e os carros transformados, não se pode adivinhar quem poderá ser sequer o carro ganhador.

Acima de 1300 c.c. uma variedade grande de carros, e os mesmos aspectos que já apontámos em relação à corrida anterior.

No Agrupamento B da Promoção, apenas António Onofre, no Datsun 120 Y, único carro que alinhará com as cores do Team RC, poderá ganhar. Justificará assim o título de Campão que merecidamente já ostenta. Mas as posições seguintes deverão ser vivamente disputadas, por vários concorrentes. No Grupo 1 acima de 1300 c.c. Clemente Ribeiro da Silva, no Opel Commodore GS/E é o mais favorito, mas dois outros pilotos do Porto, Álvaro Parente (Ford Capri) Carlos Santos (C evrolet Camaro) não facilitarão a corrida de Ribeiro da Silva. «Mêquêpê» tentou ainda participar com o Opel Commodore GS/E do Team GM mas os organizadores não autorizaram que não fosse cumprido o regulamento, no que diz respeito às inscrições.

Nos Grupos 2/3/4/5 deverá ganhar o Carlos Santos, com o GRD S-73, mas Robert Giannone (Aurora-Porsche) e «Lumaro» (GRS S-73) deverão travar uma luta muito interessante pelo segundo lugar. Bernardo de Sá Nogueira regressa às competições nacionais no Alfa Romeo 1300 GTA e disputará a vitória de Grupo 2 com Pedro Cortês, no Datsun 120 Y.

Finalmente referimo-nos à corrida de Grupo 1 até 1300 c.c. que será sem dúvida a prova mais importante, sob o ponto de vista de competição e de espectáculo, substituindo em Vila do Conde a saudosa corrida do «Troféu Datsun» Edgar Fortes tentará repetir a vitória, agora de forma indiscutível mas Francisco Nunes de Almeida, também em Simca 1000 raly 2 é igualmente favorito. E Santinho Mendes? O piloto de Abrantes, tentará com o Datsun 1200 Coupé bater os Simca. Será capaz? Eis um dos grandes aliciantes de uma corrida cujo interesse começará nos treinos quando Clemente Ribeiro da Silva, Joaquim Moutinho e Jorge Mira Amaral tentarem espectacularmente impôr os DAF e qualificá-los para a corrida.

A organização do Estrela e Vigorosa, dirigida por Carlos Fonseca, deverá estar à altura do interesse que Vila do Conde está a despertar e do prestígio que tem no automobilismo português.

PELEJÃO MARQUES

HOJE À NOITE

Oriental-Torriense

Costa Pereira, o novo treinador do Clube Oriental de Lisboa, vai esta noite apresentar a «sua» nova equipa para a época recém-iniciada: no campo Eng Carlos Salema vai defrontar o Torriense, em jogo de carácter particular que servirá de rodagem às duas turmas.

Geral

ESQUERDA DESCONTENTE COM A PROPOSTA DO P.C.

. Dividem-se as reacções à proposta anteontem apresentada pelo Partido Comunista Português segundo a qual deveriam encontrar as diversas forças para se definir uma plataforma de actuação conjunta no sentido de fazer avançar o processo revolucionário. A proposta veio a público anteontem e dirigia-se não apenas às forças partidárias (num âmbito que ia da Frente ao P.S.) mas também ao M.F.A. (apontando para as suas três convencionadas tendências). A nossa edição de ontem dava já notícia da reacção negativa do P.R.P.-B.R., um dos agrupamentos que «entraram» na plataforma «frentista» de 25 de Agosto.

De uma maneira geral as reacções são negativas. Convirá no entanto distinguir as que assumem as organizações de esquerrda das assumidas pelo P.S., pelo P.P.D. e ainda pelo P.P.M. As primeiras assumem uma atitude violentamente crítica, acusando o P.C.P. de contradizer a sua posição no seio da Frente criada a 25 de Agosto e apontando sobretudo para aa gravidade de que se reveste uma proposta de conciliação num momento em que as posições se extremam. Emitiram opiniões muito desfavoráveis à proposta do P.C.P., além do P.R.P.-B.R., o M.E.S. a L.u.A.R., e, conjuntamente, estas organizações e ainda a F.S.P., o M.E.S. e a L.C.I.

Numa reunião do secretariado provosório da plataforma de 25 de Agosto, efectivamente, a F.S.P., a L.C.I., a L.U.A.R., o M.E.S. e o P.R.P.-B.R., decidiram «considerar que a proposta feita pela direcção do P.C.P. abre a porta à conciliação com as forças civis e militares que actuam como pontas de lança do capitalismo e do imperialismo»; «considerar que a proposta feita pela direcção do P.C.P. tem como resultado objectivo enfraquecer a posição das forças progressistas e revolucionárias, civis e militares»; «considerar que a posição assumida pelo P.C.P. entra em contradição com a plataforma de 25 de Agosto, à qual as massas trabalhadoras já manifestaram a sua clara adesão, quer através das grandes manifestações de Lisboa (27-8), e do Porto (29-8), quer através de tomadas de posição de órgãos de poder popular»; «recusar categoricamente a proposta da C.P. do C.C. do P.C.P».

Perante isto, parecerá provável que a plataforma se desfaça, quer dizer, venha a ser desfalcada do P.C.P. (não se sabendo então como procederá o M.D.P., que entretanto silencia sobre as questões que se levantam). No entanto, o secretariado provisório da Frente adia uma tomada de posiçao decisiva sobre o assunto: ela denepderá da posição publicamente assumida pelo P.C.P. às críticas que lhe estão a ser feitas.

O P.C.P. aparece assim de novo colocado perante uma alternativa, não se sabendo se haverá outra, a menos que a conjuntura mude agora demasiado inesperadamente.

Quanto às reacções que a sua proposta está a merecer num âmbito por assim dizer «à direita», assinale-se que elas são igualmente negativas. Agora organizações como o P.S. ou o P.P.D., por exemplo, estão naturalmente mais «de pé atrás» do que estavam antes. A entrada do P.C.P. na plataforma de 25 de Agosto veio alargar ainda mais a distância que se cavara entre os dois

JAPÃO SACRIFICA

Continuação da pág. 3

das transferências sociais que as diferenças são surpreendentes: 4 por cento somente, do PNB são destinados às transferências, contra cifras da ordem dos 12 a 15 por cento na Europa. Os abonos de família quase não existem e as reformas são ínfimas. O nível das pensões de velhice foi elevado, há alguns meses de 7500 para 12 000 yens por mês, ou seja, o equivalente a 200 francos (1 200$00), num país onde o nível de vida não é certamente inferior ao dua França. Isto é tanto mais grave, porquanto a idade da reforma se situa entre os cinquenta e cinco e os sessenta anos e o sistema familial tradicional que protege as pessoas de idade ao mantê-las no seio do lar, desaparece rapidamente como sequência da urbanização e da crise de habitação.

Parece que neste domínio, mias uma vez, as autoridades públicas japonesas, teriam escolhido, quase consciemente, as despesas que poderiam ter um efeito sobre o crescimento económico; as despesas médicas e as subvenções aos desempregados tem aí a maior parte, ao passo que os inactivos (crianças ou pessoas de idade) são ignorados.

PLANO ECONÓMICO

Continuação da pág. 11

de Exportação, quer pela sua implantação interna, no primeiro caso, quer pelo apoio prestado às Pequenas e Médias Empresas, no segundo, estão reservados, neste documento, tarefas específicas e de elevada importância para a boa marcha do que o programa propõe. A ambos, ainda,convirá aumentar as suas delegações internacionais para a promoção das nossas exportações nos mercados do estrangeiro, que o Ministério do Comércio Externo, recentemente criado, deterá toda a direcção e coordenação da política comercial com o exterior, do qual dependerão o FFE, a repartição do Comércio Externo, Alfândega e Empresas com ou sem monopólio na comercialização externa de determinados produtos provadas, portanto . No entanto, ressalva-se no documento, sobreterminados produtos privadas, a exportação dos seus produtos, que poderão ou não efectuar-se através das E.P.C.E., conforme se verifique ou não monopólio estatal.

O reporter de serviço

Continuação da pág. 6

nestos, bem comportados, com lá dentro uma limpinha alma cristã de pegar num cachiporro para mais rebrilhar aos olhos desvanecidos doutras almas igualmente limpinhas de todo o pecado original.

Bom. Afinal, é verdade que não foi daquela vez que assaltaram a casa do militante de esquerda que mora naquela rua estreita. Mas a casa dele é ali mesmo ao lado e, é claro, o repórter quando deu por aquilo desconfiou. Isto aqui para nós, digam lá se ele não tinha razões para desconfiar...

tempo

Situação do tempo 09.00 H.

Em Portugal Continental o céu estava em geral limpo e o vento era fraco ou moderado predominando de Norte.

TEMPERATURAS DO AR

09.00 H.

PORTO	18°
P.DOURADAS	10°
COIMBRA	17°
PORTALEGRE	17°
LISBOA	17°
BRAGANÇA	15°
SAGRES	18°
FARO	22°

TEMPERATURAS EXTREMAS

TAVIRA
Máxima ..... 32°

PENHAS DA SAÚDE
Mínima ..... 3°,8

TEMPERATURAS NO ESTORIL

Água do mar	16,4°
Atmosfera	16°,6

MARÉS DE HOJE

PREIA-MAR	BAIXA-MAR
9.26 **3,1** m	2.48 **1,6** m
22.15 **3,0** m	15.35 **1,7** m
Dia 31	
11.04 **3,1** m	4.14 **1,7** m
23.49 **3,1** m	17.06 **1,6** m
Dia 1	
.. ..	5.37 **1,6** m
12.23 **3,3** m	18.19 **1,4** m

PREVISÃO GERAL ATÉ ÀS 24 H. DE AMANHÃ

Céu geralmente limpo. Vento fraco ou moderado do quadrante Norte. Pequena subida de temperatura.

BARS BOITES

DANCINGS

NINA — Dancing com atracções. **Rua Paiva de Andrade, 7-13. T.** 364859/368197
YUKY STREAP-TEASE JAPONESA

CASINO ESTORIL — Jogo autorizado.

Variedades internacionais. **T. 26461/264526/264596/264621/264946**

HIPOPÓTAMO — Conjunto Hipopotamo. Encerra aos domingos. **Av. António Augusto de Aguiar, 5-A. T. 48384.**

palavras cruzadas

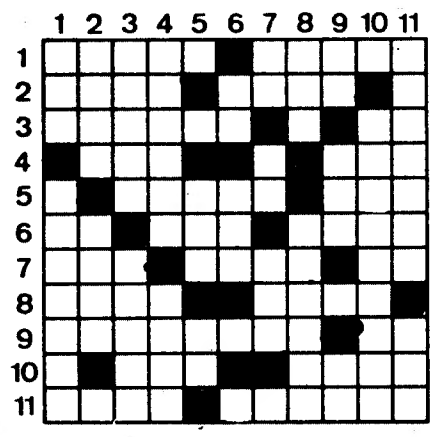
COM PROVÉRBIO
PROBLEMA N.º 11 172

HORIZONTAIS:

1 Carepa. Cobre.
2 Grande cão de fila. Cantor entre os gregos.
3 Sensatas. Post scriptum.
4 Saudáveis. Patas.
5 Áridos. Fileira.
6 Prefixo que designa afastamento. Isolados. Vender a crédito.
7 Apologia. Ratar. Batráquio.
8 Serra de Portugal. Introduz.
9 Porias data em. Mulo.
10 Olé. Grande desordem.
11 Alegria. Ecoasse.

VERTICAIS:

1 Cabelos brancos. Sabor.
2 Ices. Lábios.
3 Curas.Macacosamericanos.
4 O mesmo que pouses. O mesmo que raro.
5 Coragem. Rádio (s.q.).
6 Artigo definido. Sufixo que designa abundância.
7 Pronome pessoal. Abreviatura de Santíssimo. Ave pernalta.
8 Nome de mulher. Frescura.
9 Rio de Itália. Progenitor. Campeão.
10 Tiraremos a pele a.
11 Puxara injuriosamente as barbas a. Empregue.

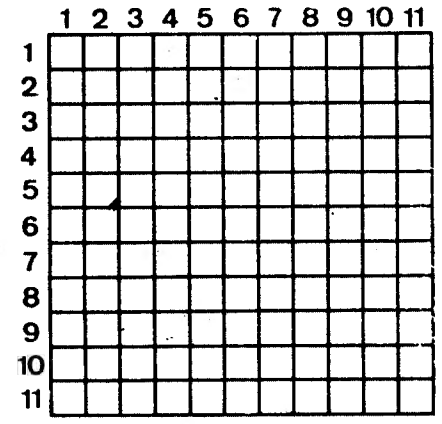


Resolveu completamente este problema? Procure agora em segundo passatempo o PROVÉRBIO nele inscrito.

NOVA MODALIDADE
PROBLEMA N.º 7331

HORIZONTAIS:

1 Declaram. Carrega.
2 Medida itinerária do Japão. Elimino. Item.
3 Esfomeado (bras). Recuar.
4 Cuincam. Dá marradas.
5 Guarnecera de asas. Transferes para outro dia.
6 Seguia. Antes de Cristo.
7 Fúteis. Freguesia do concelho de Esposende. Freguesia do concelho de Alenquer.
8 Alúminio (s.q.. Manilha. Abreviatura que se usa em música.
9 Correia. Velha.
10 Çingis. Rodear.
11 Óleo de sardinha (Pro . minh.). Rio dos Estados Unidos.



VERTICAIS:

1 Penhasco. Fêmeas dos bois.
2 Encolerizas. O mesmo que lota.
3 História. Monarca.
4 Estivera em fogo. Tecido forte de linho ou algodão.
5 Freguesia do concelho de Satão. Vendes a crédito.
6 Ruim.
7 Cai à cama. Descanso.
8 Pancada com o taco (na bola do bilhar). Átrio.
9 Diz-se de um ácido orgânico azotado, do grupo das purinas, que figura na urina em pequenas quantidades. Olé.
10 Remara para trás. Roei.
11 Detrás. Águco.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 11 171

HORIZONTAIS	VERTICAIS
1 MORRA. MARTA.	1 Morta. MORRA.
2 Ores. Mios.	2 Or. Una. Seis.
3 Ara. MAS.	3 Réu. Dra. las.
4 Tu. Fruta. Dá.	4 Rs. FARTA.
5 Andar. Ripas.	5 Arreastes.
6 Arre! Ares.	6 Crú. Pó.
7 Ata. Cãs.	7 Atracamos.
8 Os. Aspas. Dm.	8 Am. Airas. Po.
9 Rei. Tom. Aio.	9 Rim. Pés. Ain.
10 Ria. Opiar.	10 Toadas. Dias.
11 Assas. Sonsa.	11 Assas. Amora.

Provérbio: MORRA MARTA, MAS MORRA FARTA.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 7330

HORIZONTAIS	VERTICAIS
1 Pavia. Cádis.	1 Pragas. Sa.
2 Reata. Amada.	2 Ae. Oiro. Lar.
3 Ror. Dar.	3 Varada. Cira.
4 Goa. Olá. Ito.	4 Ito. Trato.
5 Aida. Bari.	5 Aaro. Cremes.
6 Sra. Cré. Sia.	6 Lira.
7 Trama.	7 Cada. Emalar.
8 Crê. Aba.	8 Ama. Abona.
9 Aliam. Lotas.	9 Darias. Atam.
10 Arte. Anas.	10 Id. Trio. Aso.
11 Araós. Ramos.	11 Saloia. Ás.

rádio

EMISSORA

1.º Programa

14.00 Música variada;
17.00 Temas juvenis.
19.00 Informação de transito — música variada
20.00 Jornal da noite
21.00 Músia portuguesa
22.00 Som de pesquisa
22.30 Temas de saúde
22.50 Música variada
24.00 Fecho

2.º Programa

17.40 Cravistas: Prelúdios e fugas de «O Cravo bem Temperado», de Bach
19.10 O maestro sir John Barbirolli: «Sinfonia Londres», de Vaughan Williams, pela Orq. «Hallé»
20.00 Jornal da noite
21.00 Música ligeira variada
22.00 Que quer ouvir? Selecção da ópera «O Navio Fantasma» de Wagner.

Programa em Onda Média-2

(397 m - 755 KHz)

20.30 Ciclo de Melodias de Autores «Três Baladas» de Debussy.
21.00 Orquestras de câmara: Sinfonia a duas orquestras
21.27 Cantata: «O País ara Além das Estrelas», de Daniel Jones
22.30 Concerto Sinfónico 1.ª Parte Abertura da Opera «Guilherme Tell», de Rossini, p. Orquestra Sinfónica da NBC — 2.ª Parte: A Sagração da Primaver de Stravinsky, p. Prquestra Filarmónica de Berlim
00.08 Instrumentistas célebres.
03.00 Música coral-sinfónica: Uma Cantata de Ntal, de Honegger
00.00 Fecho

RÁDIO CLUBE

Onda Média

16.00 Noticiário
16.04 Programa CDC
18.05 Movimento
21.03 Rádio Placard
21.15 Hora luterana
21.30 Quando o telefone toca
2230 Quando telefone toca
23.15 Rubrica do Oeste
23.30 No Mundo aconteceu
00.05 Alavanca
01.00 Madrugada
06.03 Diário Rural
07.30 Talismã.

Modulação de frequência

16.04 Programa CDC
18.05 O nosso programa
19.05 Em órbita-1
20.30 Boa noite em FM
22.02 Clube à gó-gó
00.05 Em órbita-2
01.05 Banda sonora Sonipol
02.05 Perspectiva

SOCIEDADE «ESTORIL»

COMUNICADO

O comboio saído do Cais do Sodré com destino a Oeiras, parou às 11.55 h., na estação de Pedrouços, onde prolongou o estacionamento por 7 minutos, em detecção de irregularidade mecânica.

O comboio que se lhe seguia, no mesmo sentido, embateu nele, sem razões de ordem técnica que o possam justificar, uma vez que a travagem e a sinalização, ambas automáticas, asseguram devidamente a segurança.

As primeiras diligências para averiguar as causas do acidente, não revelaram qualquer deficiência em nenhum dos dois sistemas de segurança citados, pelo que, por enquanto, não se encontra outra explicação que não seja o erro humano.

As conclusões finais do inquérito deverão conduzir a uma opinião definitiva.

Lamenta-se a existência de alguns feridos, sem gravidade, a quem a empresa apresenta as suas desculpas, extensivas, também, a quantos sofreram as anomalias do horário decorrentes do acidente, que se prolongaram por hora e meia.

Agradece-se a prontidão e eficiência das entidades solicitadas a prestar socorros.

farmácias de serviço

LISBOA

TURNO H-1
TODA A NOITE

AJUDA
Lídia Almeida, Calçada da Ajuda, 170 (tel. 637318)
ALTO DE S. JOÃO
Zional, Rua Morais Soares, 58-C (tel. 847708)
ALVALADE
Brisália, Avenida Rio de Janeiro, 66 (tel. 722368)
AREEIRO
Central, Avenida Paris, 2 (tel. 720820)
AVENIDAS NOVAS
Cardote, Avenida Visconde Valmor, 28-A/C (à Avenida da República) tel. 772291)
BAIRRO AMÉRICA
Martins, Rua Fernão de Magalhães, 33 (tel. 849448)
BAIXA
Durão, Rua Garrett, 90 (tel. 324166)
BENFICA
Santa Cruz, Avenida Gomes Pereira, 34-A (tel. 704828)
CAMPO DE OURIQUE
Almeida, Rua Silva Carvalho, 136 (tel. 681726)
CASTELO
Santa Luzia, Rua da Saudade, 2-B (tel. 869831)
CHIADO
Durão, Rua Garrett, 90 (tel. 324166)
ESTEFÂNIA
Romano Baptista, Rua Passos Manuel, 6-10 (tel. 570593)
OLIVAIS-SUL
Higiene, Rua Cidade Vila Cabral, lote 43 (tel. 310026)
S. SEBASTIÃO DA PEDREIRA
Sousa Martins, (ao Matadouro) (tel. 553468)

TURNO H-2
ATÉ ÀS 22 HORAS

ALVALADE
S. Miguel, Praça Francisco de Morais, 1 (tel. 771469); Roma, Avenida de Roma, 85-B (tel. 772466); Ideal, Avenida Almirante Gago Coutinho, 49-A (tel. 712803)
BAIXA
Centro Farmacêutico, Rua das Portas de Santo Antão, 88 (tel. 321211)
CAMPOLIDE
Pinto, Rua de Campolide, 11-A (tel. 682610)
CAMPO DE OURIQUE
Elma, Rua D. Maria Pia, 358-A (tel. 686176)
ESTEFÂNIA
Mundial, Largo de D. Estefânia, 10 (tel. 45578)
GRAÇA
Monte, Rua Senhora do Monte, 3 A/B (tel. 867842)
LUMIAR
Patuleia, Alameda das Linhas de Torres, 362-B (tel. 790332)
PICHELEIRA
Marluz, Calçada da Picheleira, 140-B/C (tel. 720703/728395)
MARQUÊS DE POMBAL
Ribeiro e Castro, Rua Braamcamp, 52-C (tel. 43409)
POÇO DO BISPO
Freitas, Rua Zófimo Pedroso, 11 (tel. 381136)
SANTO AMARO
Santo Amaro, Rua Filinto Elísio, 29-A/B (tel. 637070)
MADRAGOA
Lys, R. da Esperança, 17-19 (T. 660913)
S. SEBASTIÃO DA PEDREIRA
Berna, Avenida de Berna, 44-A (tel. 773568)
SETE RIOS
Canto, Estrada das Laranjeiras, 202-B (tel. 780841)

LINHA DE CASCAIS

ALGÉS
Almeida Nifo, Av. Comb. G. Guerra, 64 (Telef. 212070)
CARCAVELOS
Central
PAÇO DE ARCOS
Godinho, Av. Patrão Lopes, 4 (Telef. 2432039)
OEIRAS
Central, R. Conde Ferreira, 29 (Telef. 2430058)
PAREDE
Brandão, Av. da República, 77-C (Telef. 2471054)
ESTORIL
Parque, Arcadas do Parque, 3 (Telef. 260191)
CASCAIS
Nova, Estrada de Alvide-Fontainhas (Telef. 281044); Marginal, Av. Marginal (Telef. 280078)

LINHA DE SINTRA

AMADORA
Amadora, Praceta 28 de Maio, 3-A (Telef. 935518); Carmelo, R. Elias Garcia, lote 28 (Telef. 933303); Helenica, R. Elias Garcia, 2 (Telef. 933613); S. Jorge, R. Pedro del Negro, 5-Reboleira (Telef. 938703)
DAMAIA
Lemos, Rua de Goa, 21-A (Telef. 971121)
QUELUZ
Gil, Av. Miguel Bombarda, 28 (Telef. 950117); Simões Lopes, Av. Elias Garcia, 51 (Telef. 951023)
CACÉM
Rodrigues Garcia, Av. dos Bons Amigos, Lote 5-D
MEM MARTINS
Miranda Garcia, Est. de Mem Martins, 173-B (Telef. 2914103)
S. PEDRO DE SINTRA
Valentim, (Telef. 980456)
SINTRA-MARRAZES
Estefânia, (Telef. 2930058)
COLARES
Abreja, (Telef. 299088)

OUTRA BANDA

ALCOCHETE
Gameiro, R. António dos Santos Jorge, 15 (Telef. 234100)
ALHOS VEDROS
Gusmão, R. Cândido dos Reis, 30 (Telef. 204020)
ALMADA
Cristo Rei, Av. do Cristo Rei, 31-A (Telef. 2766498)
BAIXA DA BANHEIRA
Aliança, Estrada Nacional, 178-B (Telef. 2040302)
BARREIRO
Avenida, Av.. Alfredo da Silva, 88 ((Telef. 2073212)
COVA DA PIEDADE
Atlântico, R. Padre Manuel Bernardes (Telef. 2764466)
MOITA
Silva Rocha, P. da República, 16 (Telef. 239029)
MONTIJO
Montepio, R. Almirante Reis, 93 (Telef. 2310035)
SESIMBRA
Leão, Av. da Liberdade, 13 (Telef. 2233471)
SETÚBAL
Normal do Sul, P. do Bocage (Telef. 22216)
SEIXAL
Soromenho, R. Paiva Coelho, 38 (Telef. 2218560)

PORTO

TURNO 3

ATÉ ÀS 22 HORAS

Pasteleira, Rua André de Rezende, 92; Almeida Cunha, Rua Formosa, 327; Contumil, Rua de Contumil, 540; Sampaio, Rua de Cedofeita, 636; Vaz Teixeira, Rua do Heroísmo, 56; Birra, Praça da Liberdade, 125; Costa Lima, Avenida da Boavista, 855; Marques de Mendonça, Rua do Ameal. 251; Monte Cativo, Rua do Monte Cativo, 444; São Jerónimo, Rua de Santos Pousada, 622; Cardona dos Santos, Rua de D. Manuel II, 90 e Oriental, Rua do Bonjardim, 727

A PARTIR DAS 22 HORAS

Pasteleira, Rua André de Rezende, 92; Almeida Cunha, Rua Formosa, 327; Sampaio, Rua de Cedofeita, 636 e São Jerónimo, Rua de Santos Pousada, 622

COIMBRA

Solum, R. Carolina Michaelis, 20 (T. 32120); Nazaré, R. Ferreira Borges, 139 (T. 22605); Santa Isabel, Av. Sá da Bandeira, 28 (T. 24916)

cinemas

BERNA
T. 776098 14.00, 16.30, 19. 21.15
Não acons. a menores de 13 anos
o filme de Norman Jewison
JESUS CRISTO SUPERSTAR
35.ª Semana
O mais espectacular filme dos últimos 10 anos

APOLO 70
T. 763319 14.00, 16.30, 19.00, 21.15
Não acons. a menores de 13 anos
O excepcional filme de Mel Brodes
BALBURDIA NO OESTE
Hoje às 24.00 Grupo D (18 anos)
VAGABUNDOS SELVAGENS
Amanhã às 11.00 (M. 6 anos)
SE A MINHA CAMA VOASSE
Amanhã às 24.00 Grupo D (18 anos)
VIAGENS COM A MINHA TIA

ROXY
T. 48560 14.00, 16.30, 18.45 e 21.15
Interdito a menores de 18 anos
Colorido
PECADOS EM FAMÍLIA
2.ª Semana

PATHE
T. 821933 14.15, 16.30, 18.45, 21.15
Não acons. a menores de 18 anos
A LINGUAGEM DO AMOR
Aviso ao público: Este filme conté cenas eventualmente chocantes
O MAIS OUSADO FILME SUECO SOBRE EDUCAÇÃO SEXUAL

CASTIL
T. 530194 15.30, 18.30, 21.15
Interdito a menores de 18 anos
CONTOS IMORAIS
Hoje às 24.00 ante-estreia
A MATRIARCA

D. JOÃO V DAMAIA
T. 971794 21.00
Não acons. a menores de 18 anos
MURO DE SEPARAÇÃO
com Paul Newman e Antony Perkins

ALVALADE
T. 897480 14.15, 16.30, 19.00, 21.15
Para todos
CARROCEL WALT DISNEY
em 2.ª semana

EDEN
T. 320769 14.00, 16.30, 19.00 e 21.15
Int. a menores 18 anos
em 2.ª Semana
PECADOS EM FAMÍLIA
Colorido

TIVOLI
T. 570595 15.15, 18.30, 21.15
Não acons. a menores de 18 anos
Um drama de impacto explosivo!
VEREDICTO
Com Sophia Loren e Jean Gabin

IMPÉRIO
T 555134 15.15, 18.30, 21.15
Não acons. a menores de 18 anos
«O TRIPLO ECO»

CASINO ESTORIL
T. 264621 18.15, 21.15
Não acons. a menores de 18 anos
OS RAPAZES DO GRUPO

ROYAL
T 865037 15.30, 21.15
Não acons. a menores de 18 anos
FARFILLON
3.ª semana

POLITEAMA
T. 326305 14.15, 16.30, 19.00 e 21.30
Interdito a menores de 18 anos
2.ª Semana
KUNG-FU NO OESTE SELVAGEM

ROMA
T. 727778 15.30, 18.30, 21.15
Interdito a menores de 18 anos
EMMANUELLE
(Este filme contém cenas eventualmente chocantes 37.ª semana

CINEMA 2000
T. 2100055 16.00, 21.15
Não acons. a menores de 13 anos
A BÍBLIA

VOX
T. 720808 15.15, 18.30, 21.15, 24.00
Não acons. a menores de 18 anos
num filme sem peias nem pudores
SEM QUAISQUER PRECONCEITOS

CARLOS MANUEL
T 2930394 21.15
Não acons. a m. 18 anos
O PREÇO DO SILÊNCIO
Às 15.30 e 21.15
Não acons. a menores de 18 anos
PECADO VENIAL

SATÉLITE
T. 562632 15.30, 18.30, 21.15
Interdito a menores de 18 anos
O CIO (HEAT)

MUNDIAL
T. 538743 15.15, 18.30 e 21.30
Não acons. a menores de 18 anos
ANNA
AQUELE PARTICULAR PRAZER

CALEIDOSCÓPIO
T. 795093 14.00, 16.30, 19.00, 21.15
Não acons. a menores 18 anos
ASFALTO QUENTE
A vida de uma mulher louca de deseio
Com Goldie Hawn e Ben Johnson

CONDES
T. 322523 14.00, 16.30, 18.45. 21.15
Não acons. a menores de 18 anos
BURCH CASSIDY E O KID
DOIS HOMENS E UM DESTINO
c/ Paul Newman, Robert Redford

ODEON
T. 326283 15.15, 18.15, 21.15
Interd. a menor. 18 anos
4.º MÊS DA COMÉDIA BREJEIRA
14.ª SEMANA DE SENSACÃO
DECAMERON PROIBIDO
com Eva Maria Grubmuller e Pupo de Lucas
ERAM 4 INSACIÁVEIS... NA AUSÊNCIA DOS MARIDOS, O AMOR ANDAVA À SOLTA...

LONDRES
T. 801313 14.15, 16.30, 18.45, 21.15
Não acons. a menores de 13 anos
JOHN AND MARY
c/Dustin Hoffman
Hoje às 24.00 (18 anos)
A PROMESSA

S. JORGE
T. 54153/4 15.15, 18.15, 21.15
Não acons. a menores de 18 anos
O 2.º filme do ciclo Pasolini
OS CONTOS DE CANTERBURY
3.ª Semana

AVIS
T. 47163 15.30, 18.30. 21.45
Não acons. menores 13 anos
PARA A FRENTE É QUE É O CAMINHO
c/ Frankie Howerd e Zsa Zsa Gabor

CINEBOLSO
T. 573407 14.30, 16.45, 19, 21.30
Interdito a menores de 18 anos
ACIDENTE
Às 24.00 (18 anos)
FOGO NOS LÁBIOS

CINEARTE
T. 660446 15.30, 21.15
Interdito a menores de 18 anos
O PADRINHO MANDA MATAR

ESTÚDIO
T. 555135 15.30, 18.30, 21.15
Não acons. a menores de 18 anos
OS CANIBAIS
2.ª Semana
Um filme de Liliana Corani

ESTÚDIO 444
T. 779095 15.30, 18.30, 21.15
Interdito a men. de 18 anos
CONTOS IMORAIS
Este filme contém cenas event. chocantes 5.ª semana

EUROPA
T. 661016 15.15, 18.30, 21.15, 24.00
Interdito a menores de 18 anos
CAMINHOS DO PRAZER
Este filme contém cenas eventualmente chocantes Em 18.ª semana

RESTELO
T 610375 21.00
Não acons. a menores 18 anos
DECAMERON
em 5.ª semana

MONUMENTAL
T. 555131 15.15. 18.15. 21.15
Grupo B - 10 anos em 70 mm
LONGE DA MULTIDÃO
A projecção do filme inicia-se após a abertura da sessão

outros espectáculos

LISBOA/Teatros

MARIA MATOS
21.30 (13 anos)
«Legenda do Cidadão Miguel Lino»
VARIEDADES
21.15 (13 anos)
«Adeus Valentina»
A.B.C.
20.45 e 23.00 (18 anos)
«Pra Trás Mija a Burra»
MONUMENTAL
20.45 e 23.00 (18 anos)
«Lisboa Acordou»
CAPITÓLIO
20.45 e 23.00 (18 anos)
«Mostra-Me a Tua Piscina»
LAURA ALVES
21.45 (18 anos)
«As Escandalosas»

LISBOA/Cinemas

PARIS
21.00 (18 anos)
«Ligações Perigosas»
ROMOTORA
21.00 (6 anos)
«Os 4 Malucos Mosqueteiros»
JARDIM
21.15 (18 anos)
«Os Demónios de Daytona»

LINHA DE CASCAIS

CASCAIS
Oxford
16.00 e 21.15 (6 anos)
«Um por Todos, Todos por Um»
PAREDE
Royal
21.15 (13 anos)
«Da-lhe agora»
ESTORIL
Casino
18.15 e 21.15 (18 anos)
«Os rapazes do grupo»

LINHA DE SINTRA

Cine Chaby
21.15 (18 anos)
«Os Vikings»

OUTRA BANDA

ALMADA
Incrível
21.15 (6 anos)
«Os quatro malucos Mosqueteiros»
TRAFARIA
Pavilhão Jardim
21.15 (18 anos)
«007 vive e deixa morrer»

PORTO/Cinemas

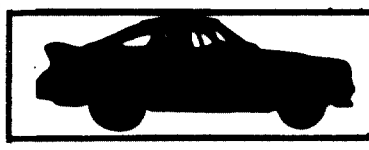
PASSOS MANUEL
21.30 (18 anos)
«Tamanho Natural»
RIVOLI
21.15 (18 anos)
«Frankenstein Júnior»
TRINDADE
21.15 (10 anos)
«My Fair Lady»
COLISEU
21.15 (18 anos)
«As Sobrinhas»
ÁGUIA DE OURO
21.30 (13 anos)
«Os Dois Bombeiros»
S.JOÃO
21.15 (13 anos)
«A Linda Pamela»
VALE FORMOSO
21.15 (18 anos)
«Dillinger»
ESTÚDIO FOCO
21.15 (10 anos)
«Spártacos»
JÚLIO DINIS
21.15 (14 anos)
«Os Três Super-Homens na Selva»
ESTÚDIO
21.15 (13 anos)
«Não Chores com a Boca Cheia»

COIMBRA

TIVOLI
21.15 (18 anos)
«A Freira de Monza»
AVENIDA
21.15 (18 anos)
«A Bela Casta Susana»

AGRADECIMENTO

Maria Eduarda Batista Morgado vem por este meio agradecer ao Lar de St.ª Teresinha, **Largo António de** Sousa Macedo, o carinho **com que foi tratada sua** Mãe durante a sua prolongada doença.



motor

DL

RENASCENÇA GRÁFICA, S.A.R.L.
ADMINISTRAÇÃO-GERAL
RUA CASTILHO, 195, 1.º, 2.º
TEELEF. 654531/2/3/4
REDACÇÃO, SERVIÇOS TÉCNICOS E PUBLICIDADE
RUA LUZ SOIANO, 44
Telef. 321154/5, 320271/2/3
RUA DA ROSA, 75
END. TEL. DIBOA TELEX 12363
LISBOA-PORTUGAL

Governo provisório da Madeira

LISBOA, 30 — (ANI) — Um porta-voz autorizado do Comando Territorial da Madeira declarou, esta tarde, à ANI, desconhecer inteiramente tudo o que se relacione com a hipotética constituição de um certo «Governo provisório» naquele arquipélago. A notícia, posta a circular pela agência americana United Press, informava que um movimento clandestino, a chamada «Frente de Libertação do Arquipélago da Madeira», assinava a proclamação pedindo simultaneamente a abertura de negociações com o Governo de Lisboa.

TROPAS SUL-AFRICANAS AVANÇAM SOBRE SÁ DA BANDEIRA

LUANDA, 30 — (Especial para o «DL») — Prossegue o avanço das forças sul-africanas por território angolano, numa clara violação à qual apenas se tem oposto o M.P.L.A. e as suas forças. A cidade de Pereira d'Eça, a quarenta quilómetros da fronteira, foi já ocupada pelas forças invasoras. Ontem, havia indícios seguros de que aviões e helicópteros da África do Sul estariam já a sobrevoar Roçadas.

As forças sul-africanas são constituídas por cerca de 800 homens, entre os quais se contam mercenários portugueses da ex-P.I.D.E./D.G.S. e ex-comandos moçambicanos, apoiados por meios militares sofisticados, tais como carros blindados, obuzes de longo alcance etc.

O objectivo dos agressores não parece ser apenas o de assegurar o controlo de Pereira d'Eça e de Roçadas, prevendo-se que o seu avanço prossiga em direcção a Sá da Bandeira, atacando, no caminho uma base da SWAP que se situa entre a fronteira sul-africana e Serpa Pinto.

Em Brazaville, um comunicado do M.P.L.A. chama a atenção das autoridades políticas e militares portuguesas para a responsabilidade que lhes cabe ainda na direcção do país até à proclamação da independência. Este comunicado cita ainda o presidente Agostinho Neto, que declarou recentemente: «O M.P.L.A. não pode aceitar que o país seja dividido em pedaços. Apenas o M.P.L.A. pode garantir a integridade territorial e a unidade da população de Angola».

De acordo com uma análise feita pelo M.P.L.A. sobre a invasão sul-africana, esta tem por objectivo espalhar as forças armadas daquele movimento por várias frentes, para aliviar as tropas dos movimentos fantoches que não conseguem qualquer progresso.

RUPTURA ENTRE O M.P.L.A. E O GOVERNO PORTUGUÊS

LUANDA, 29 — (FP/R) — Encontra-se praticamente consumada a ruptura entre o M.P.L.A. e o Governo português, depois do comunicado de três páginas publicado em Luanda pelo movimento de Agostinho Neto e que constitui um verdadeiro acto de acusação contra as autoridades de Lisboa e o alto-comissário português em Angola.

Respondendo oficialmente ao decreto-lei publicado em Luanda e que anuncia a «suspensão momentânea dos acordos de Alvor» e a reunião dos poderes legislativo e executivo entre as mãos do alto-comissário, Ferreira de Macedo, o M.P.L.A. põe em causa toda a política seguida em Angola pelas autoridades portuguesas.

«A coberto de uma falsa neutralidade — declara o documento — o Governo português permitiu que o nosso país fosse invadido pelo exército do Zaire e pelo da África do Sul».

«O mesmo Governo — prossegue o comunicado — assistiu impassível aos crimes atrozes perpetrados pela F.N.L.A. e pela U.N.I.T.A.

O M.P.L.A. acusa o Governo português de ter consentido «no assassínio em massa de angolanos, torturados até à morte, violados e espancados até os canibais imperialistas se sentirem satisfeitos». O M.P.L.A. retoma, assim, a acusação de canibalismo já anteriormente dirigida contra a F.N.L.A.

Um comunicado do departamento político do M.P.L.A. dizia que o movimento popular continuaria a desempenhar os seus deveres governativos «na luta contra o imperialismo e para a reconstrução nacional».

Acrescentava que o M.P.L.A. — o único movimento que tem ministros no Governo de transição após a retirada dos outros movimentos — assumiria totais responsabilidades governamentais em 11 de Novembro.

«Nós, o M.P.L.A., assumiremos no fim a total responsabilidade governamental em 11 de Novembro de 1975», dizia.

«Nós, o M.P.L.A., repetimos uma vez mais ao Governo português que o povo angolano não abdicará dos seus direitos e não hesitará em os defender pela força das armas».

GARMENDIA E OTAEGUI:

P.S.P. DISSOLVE MANIFESTAÇÃO

Ao dispersar «à antiga» a segunda manifestação dos antifascistas portugueses e espanhois que exigem clemência e libertação para José António Garmendia e Angel Otaegui, activistas bascos condenados por um Tribunal Militar de Burgos a morrer estrangulados pelo medieval garrote, e que protestam contra o regime sanguinário do «generalíssimo» Francisco Franco, a Polícia de Segurança Pública — P. S. P. demonstrou mais uma vez que é eficiente quando se trata de reprimir a esquerda e que a sua passividade foi um factor fundamental no sucesso dos assaltos e dos incêndios às sedes dos partidos progressistas no Norte do País.

O INÍCIO

Desde as 18 horas, os manifestantes começaram a concentrar-se no Rossio para pouco depois das 19 e 30 arrancarem com a manifestação dando uma volta à praça com a palavra de ordem «Franco, fascista, asssassino».

Aos portugueses e espanhóis, a grande maioria juntavam-se também representações italinas, francesas e alemãs que tanto quanto possivel, tentavam acompanhar as outras palavras de ordem: «Morte ao fascismo», «Garmendia, Otaegui, o povo os salvará», «Fim ao Pacto Ibérico».

Inicialmente, o trajecto a ser percorrido pela manifestação previa a passagem pela Chancelaria, à Rua do Salitre, para ser completado na Embaixada, à Praça de Espanha.

A subida da Avenida da Liberdade correu sem qualquer incidente. Ao chegarem diante da Chancelaria, os manifestantes fizeram uma rápida paragem ao deparar com o forte dispositivo de segurança montado pela P. S. P, montado com aproximadamente 50 homens armados de pistolas, bastões e bombas de gás lacrimogéneo.

Os manifestantes caminharam mais meio quarteirão, deram a volta diante do Cinema São Jorge e regressaram à Chancelaria gritando fgte: «Garmendia, Otaegui, o povo os salvará».

O MEIO

Palavras de ordem gritadas com mais vigor. Um espanhol ensaia um discurso: «A Polícia fascista portuguesa não impedirá que nós, antifascistas portugueses e espanhóis, apoiemos os nossos irmãos antifascistas bascos que foram condenados pelo regime de Franco». Outro, com a cara tapada, sobe ao monumento da Grande Guerra, encharca com álcool uma bandeira espanhola com a cruz suástica pintada a preto e queima-a, sob os aplausos dos camaradas. Tentando aproveitar a possivel distração dos polícias, que também assistiam à queima da bandeira, um manifestante tenta furar o cordão da P. S. P. o que surpreendentemente consegue, mas não pode tentar nada contra a Chancelaria porque a recuperação das forças de segurança foi rápida. Entretanto, escapou das bastonadas e da prisão, subindo ao correr a Rua do Salitre, enganando, no trajecto, o carro da Polícia, que tentou cortar a sua passagem. Vibração entre os manifestantes.

Esta proeza gerou um início de confronto, que foi rapidamente superado. Seguiu-se um período mais calmo, onde os manifestantes das primeiras filas tentavam convencer os polícias que os motivos da manifestação eram justos, que apesar de estarem fardados os polícias também pertenciam ao povo, que tinham os mesmos problemas, que eram igualmente explorados e que agora, agindo como noutros tempos, a sua culpa era maior.

A conversa foi interrompida por um novo incidente, quando um provocador foi detectado no meio dos manifestantes e foi empurrado na direcção do cordão da Polícia.

O ambiente «esquentou» rapidamente, houve novo início de confronto e as posições voltaram a ser irremediavelmente opostas. Surge então uma nova palavra de ordem: «Franco não manda na Polícia portuguesa». É queimada uma segunda bandeira espanhola, igualmente pintada com uma cruz suástica, e as primeiras pedras começam a estilhaçar os vidros da Chancelaria.

O FIM

De arremessos esparsos, a situação logo evoluiu para a «chuva de pedras». Mas tão logo começou a «chover», a polícia avançou com brutalidade. As bastonadas foram distribuídas indiscriminadamente e não só. Uma jovem, atirada sob o «capot» de um automóvel, foi massacrada por quatro polícias. Entretanto, ao lado, um deles caiu com uma pedra na testa. O pânico generalizou-se com os tiros de pistola — quwe a polícia afirma terem sido disparados para o ar e que os manifestantes afirmam que eram bem mais baixos, e com as bombas de gás lacrimogéneo. Os manifestantes dispersaram-se em todos os sentidos da avenida da Liberdade e pelas ruas próximas. Um grande número de polícias correu atrás dos grupos desordenados até aos Restauradores.

Enquanto isso, um «comando» de mais ou menos 15 participantes tratou de partir as montras da Ibéria, — linhas aéreas espanholas — uns 200 metros acima da Chancelaria, e que estavam desguarnecidas. A Alitalia — companhia de aviação italiana — também teve as montras partidas por aqueles que se enganaram ou que tiveram má pontaria.

A Assembleia Constituinte aprovou ontem o texto de um telegrama a enviar pelo seu presidente ao embaixador espanhol, protestando contra a pena de morte a que foram condenados José António Garmendia e Angel Otaegui.

O texto: «Vivamente emocionado, dou conhecimento a V. Ex.ª de ter sido aprovado hoje na Assembleia Constituinte um voto de protesto contra a condenação à pena de morte, absolutamente proscrita em Portugal, em disposição unanimemente votada por esta Assembleia, dos dois militantes antifascistas espanhois da E.T.A., Garmendia e Otaegui, pelo tribunal militar de Burgos. Em nome e por mandato da Assembleia a que presido e em meu nome próprio, peço instantemente a V. Ex.ª seja interprete junto do Governo espanhol nossos sentimentos de repulsa e protesto contra tal condenação e também os nossos votos formulados, em nome dos mais básicos direitos humanos, para que seja poupada e respeitada a vida daqueles dois combatentes.»

Da mesma manweira, não param de chagar à Chancelaria, à Embaixada, as Cortes e à O.N.U., centenas de moções aprovadas em comissões de moradores, trabalhadores, aldeias, quartéis, partidos políticos e organizações portuguesas.

CASINO ESTORIL
SLOT MACHINES — ACESSO LIVRE A MAIORES DE 21 ANOS
SALA DE JOGOS — TODOS OS DIAS DAS 15 ÀS 3 HORAS
AMANHÃ
MATINÉE ÀS 17 H.
DA POLÓNIA
ELŻBIETA ZAKOWICZ
Famosa vedeta da canção
BOB ARNO
MARIEMA
BLUEBELL GIRLS SHOW
FERRER TRINDADE e sua orquestra
"NUEVOS AMIGOS" e TIO BANDEIRA and his group with J.M. CONCHA
MAIORES DE 13 ANOS
PREÇOS
CHÁ COMPLETO, 70$00
(Taxas e impostos incluídos)

Férias
Se ainda não teve as suas férias aproveite uma das nossas maravilhosas viagens
LONDRES · Preços desde 3 750$
TORREMOLINOS · » 2 030$
ROMA · » » 5 200$
MADEIRA · » » 2 650$
AÇORES · » » 3 950$
MARROCOS · » 2 925$
Estadias de uma semana
Consulte-nos já!
AGÊNCIA DE VIAGENS
HOTELCAR
Avenida da Liberdade 107
Telefs 369045 6 369178 9 328891 2

INGLÊS
CURSOS INTENSIVOS EM SETEMBRO
INSCRIÇÕES ABERTAS
central school of languages
international house
Rua Marquês Sá da Bandeira, 16
Telefs. 57 14 96 / 53 40 54 / 53 40 62

LANIDOR
14 LOJAS
MALHAS — PRONTO A VESTIR
SALDA
2.ª FEIRA — DIA 1 SETEMBRO
MANTEREMOS A TRADIÇÃO DOS MELHORES SALDOS DO PAÍS

ESCOLHA!
COSTA do SOL
8 DIAS TUDO INCLUIDO DESDE
5.048$00
PALMA DE MAIORCA
8 DIAS TUDO INCLUIDO DESDE
5.428$00
Mundicolor inclui passagens, hoteis e excursões
Procure o alegre sol de Mundicolor na sua Agência de Viagens.
Os preços indicados referem-se a viagens com partida de Lisboa. Mediante um pequeno suplemento, poderá igualmente partir do Porto ou de Faro
MUNDI COLOR IBERIA
A VIAGEM QUE SONHOU FEITA REALIDADE